



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROG. DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
Campus Universitário Petrônio Portela – Bairro Ininga – Teresina – PI
CEP 64.049-550 – mpp@ufpi.edu.br – Fone (86) 3215-5808



NA PELE QUE SE HABITA – DIÁLOGOS, VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES NEGRAS GAYS NA UNIVERSIDADE

ANTONIO DE MOURA FÉ

TERESINA-PI

2024

ANTONIO DE MOURA FÉ

**NA PELE QUE SE HABITA – DIÁLOGOS, VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DAS
MASCULINIDADES NEGRAS GAYS NA UNIVERSIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Dr. Rafael Fernandes de Mesquita.

TERESINA-PI

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

F288n Fé, Antonio de Moura.
Na pele que se habita – diálogos, vivências e construção das masculinidades negras gays na universidade / Antonio de Moura Fé -- 2024.
132 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em Políticas Públicas, Teresina, 2024.

“Orientador: Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita”.

1. Gays. 2. Masculinidades. 3. Ensino superior. 4. Estudantes negros. 5. Racismo estudantil. I. Fé, Antonio de Moura. II. Título.

CDD 306.766 2

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

ANTONIO DE MOURA FÉ

**NA PELE QUE SE HABITA – DIÁLOGOS, VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DAS
MASCULINIDADES NEGRAS GAYS NA UNIVERSIDADE**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof.^a Dr.^a Elaine Ferreira do Nascimento
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Cruz
Universidade Federal da Paraíba- UFPB

EPÍGRAFE

Somos corpos identitários coagidos a não poder viver a nossa própria identidade, conscientes de que nem sempre o que separa as pessoas pretas das pessoas brancas seja apenas o racismo, mas também a falta de oportunidades. Dê-nos oportunidades, e conquistaremos o mundo.

Antonio de Moura Fé

AGRADECIMENTOS

Queridos amigos e familiares,

Hoje, ao finalizar esta etapa significativa em minha jornada acadêmica, sinto-me profundamente grato e abençoado por cada pessoa que fez parte deste caminho, e é com imensa gratidão em meu coração que expresso meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus e a Jesus Cristo por me concederem força, sabedoria e perseverança ao longo desta trajetória, a eles dedico toda a glória e reconhecimento.

À minha querida família, em especial aos meus “tiospais” adotivos, Rosélia e Miguel (in memoriam), minha sobrinha filha, Maíra, e minha mãe Creuza, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando cada passo que dei; o meu mais profundo agradecimento, pois vocês, são meu alicerce e minha fonte de amor incondicional, sou eternamente grato.

Um agradecimento especial à minha prima Noême, cujo apoio e gentileza foram fundamentais para mim. Sua presença em minha vida é um presente inestimável.

Aos colegas de trabalho que torceram por mim, obrigado por sua confiança e incentivo, saibam que cada palavra de encorajamento significou muito para mim.

E aos queridos amigos Ana Karina Sampaio, Wedson Vicente e Eduardo Silva, que estiveram sempre presentes oferecendo apoio e amizade sincera, meus mais sinceros agradecimentos. Vocês são verdadeiros tesouros em minha vida.

Gratidão também aos novos amigos que fiz ao longo desses anos de mestrado, Willsomar, Carmem, Marilene, William, Thalison, Lara, Lucas, Aluydio e tantos outros, vocês tornaram essa jornada mais leve, prazerosa e enriquecedora. Suas palavras de estímulo, seus sorrisos e camaradagem, foram essenciais para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Ao professor Dr. Rafael Fernandes de Mesquita, meu orientador dedicado, meu profundo agradecimento. Sua paciência, tolerância, orientação, e confiança em meu potencial e comprometimento, foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Sua excelência como mentor inspirou-me a alcançar meu melhor.

Também expresso minha gratidão as professoras Elaine Ferreira e Vera Lúcia, cujas contribuições durante o exame de qualificação foram inestimáveis para o aprimoramento deste trabalho.

A todos vocês, que de alguma forma fizeram parte desta jornada, meu mais sincero obrigado. Que nossos caminhos continuem a se cruzar e que possamos compartilhar muitas outras conquistas.

Com gratidão e carinho,

Antonio de Moura Fé

RESUMO

Este estudo aborda a complexidade das vivências dos alunos negros gays e das políticas de ação afirmativa, como as cotas, reconhecendo que sua eficácia não se limita em apenas acessar ao ensino superior, mas também abrange aspectos cruciais de permanência e acolhimento no ambiente acadêmico. Para isso, propõe-se uma abordagem bibliográfica detalhada sobre diversos temas interligados, como gênero, sexualidade, patriarcado, dominação masculina, masculinidades, raça, racismo, cotas e homofobia, concomitante com entrevistas individuais, com o objetivo de aprofundar na compreensão das vivências, dos diálogos, e da construção das masculinidades negras gays no contexto da universidade. Essa análise proporcionará uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e identitárias dentro do contexto universitário, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre o tema abordado. Ao mergulhar nas narrativas individuais e coletivas das masculinidades negras gays na universidade, espera-se destacar as resiliências, as resistências e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas para superar os obstáculos e alcançar o sucesso acadêmico. Pretende-se representar a voz desses estudantes, possibilitando a expressão de suas experiências, perspectivas e demandas, de modo a informar e orientar políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às diversidades. Por fim, o estudo visa contribuir para uma compreensão mais ampla das interseccionalidades entre raça, gênero e sexualidade na educação superior, e como essas interseções moldam as experiências e as oportunidades dos estudantes. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam informar e inspirar futuros estudos sobre os discentes negros gays na universidade, bem como explorar as políticas públicas e ações destinadas a promover a equidade e a justiça social no ensino superior e na sociedade em geral.

Palavras-chave: masculinidades; gays; ensino superior; estudantes negros; racismo estudantil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	10
3. OBJETIVOS	12
3.1 Objetivo Geral	12
3.2 Objetivos específicos	12
4 DESCORTINANDO OS CAMINHOS TEÓRICOS	12
4.1 Breves Noções de Gênero e Sexualidade	14
4.2 Do Patriarcado a Dominação Masculina	24
4.3 As Masculinidades	30
4.4 Masculinidade Hegemônicas	32
4.5 Masculinidade Negra	34
4.5.1 Ações Afirmativas e Cotas para Negros na Universidade	38
4.5.2 Raça, Racismo e suas Implicações	44
4.5.3 Definindo a Homofobia	51
5. A PRETITUDE COLORINDO OS ESPAÇOS ACADÊMICOS	54
5.1 Os Desafios de ser Negro na Universidade	55
5.2 Vivenciando a Masculinidade Negra Gay na Universidade	59
6. PERCURSO METODOLÓGICO	65
6.1 Abordagem e Delineamento da Pesquisa	66
6.2 Produção de dados	67
6.3 Participantes da pesquisa	68
6.4 Procedimentos Analíticos	69
7. ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DA PELE QUE SE HABITA	69
7.1 Revivendo Memórias	70
7.2 Rabiscos de Perfis e suas impressões iniciais	71
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	122
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	126

1. INTRODUÇÃO

A sociedade é construída pela colonização das violências e opressões, muitas vezes gratuitas, pois “não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro” (Fanon, 2021, p. 24), evidenciando o domínio que a branquitude exerce sobre as demais classes de subjetividades, que reverbera em um efeito dominador e extrativista. Dominador no sentido de se impor violentamente sobre o outro, como um ser superior por considerá-lo menor, e extrativista na acepção de absorver a energia essencial de quem está fora do padrão, por meio de violentos processos de submissão ou de opressão.

Podemos afirmar que quanto mais marcas fora do normal um indivíduo possui, mais violências ele sofre, pela norma que gera, segrega e perpetua essas violências, que é o suposto padrão, posto que o negro sempre foi visto de forma desqualificada para o estudo, trabalho e sociabilização. E, segundo Clóvis Moura (1988), tal alijamento é reflexo direto da autoidentificação da classe dominante como branca, e que elege como tipo ideal representativo da superioridade étnica, o branco europeu, não oportunizando ao negro o acesso às universidades e também a sua própria identidade. O autor ainda reforça que ao negro, será vinculado um tipo negativo e inferior tanto do ponto de vista étnico quanto cultural.

Compreendo, portanto, que a discriminação racial se apresenta de várias maneiras e intensidades, partindo do *bullying* com comportamentos de intimidação por meio de atos racistas que recorrem a apelidos depreciativos, piadas e até agressões físicas, todas direcionadas a diminuir a dignidade e o valor do outro indivíduo, conforme pontua Marques (2010, p. 217). Ao ampliarmos as vozes de pessoas negras e defendermos os seus direitos, poderemos trabalhar em prol de uma sociedade que celebre e respeite todas as identidades de gênero.

No entanto, para que esses sujeitos possam adentrar na universidade por meio do sistema de cotas ou ampla concorrência, foi necessário percorrer um longo e árduo caminho; mesmo que nas últimas décadas tenha ocorrido uma expansividade no ensino superior público, facultando que as universidades acomodassem uma fração mais heterogênea da população brasileira (Corrochano, 2013). Todavia, ainda que não haja uma base de dados analíticos estatísticos, é necessário apenas percorrer os espaços físicos das universidades, que será possível perceber que esse

crescimento na educação superior denota imenso contraste, especialmente considerando o critério racial que no ambiente acadêmico, em geral, continua soberanamente branco.

Ademais, com o propósito de compensar a classe negra discriminada, o advento da lei 12.711/2012, as chamadas políticas de cotas, promulga a determinação de vagas para estudantes negros oriundos de escolas públicas nas instituições federais de ensino superior, possibilitando o acesso à graduação e à pós-graduação por uma pequena parcela de negros. Além de que, programas de acesso às universidades como ProUni e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), também foram responsáveis pelo crescimento no acesso a esta modalidade de ensino.

Compreendo que, diante dessas disparidades, torna-se acentuado o isolamento vivenciado pela maioria da comunidade negra que consegue alcançar o ensino superior nas universidades, ao passo que para muitos jovens falta o sentido de pertencimento e se veem como figuras estranhas no cenário acadêmico. Como afirma Antonio Sérgio Guimarães (2003), as cotas foram, até o presente momento, o único instrumento identificado por algumas universidades brasileiras para responder a tais disparidades.

Percebo variadas formas de preconceito e violência contra as pessoas consideradas fora do padrão dentro da universidade, tornando-se crucial reconhecer e desafiar as estruturas opressivas que perpetuam a violência e a discriminação contra grupos marginalizados na nossa sociedade. Pois, ao reconhecer o domínio da heteronormatividade e da supremacia branca, é imprescindível resistir e se reconstruir para começarmos a dismantelar estes sistemas de poder e a criar uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Dito isso, diálogos dessas conjecturas precisam estar em evidência e discursão com as comunidades negras e classes LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários), assim como em toda a sociedade, já que a identificação das experiências daqueles que possuem a homossexualidade e a negritude, como marcadores de identidades numa sociedade supremacista branca e heteronormativa, refletem a subalternidade, a exemplos de que são lidas como menores, no sentido pejorativo da palavra.

Portanto, é crucial buscar uma compreensão mais aprofundada de uma realidade que geralmente só pode ser deduzida, daí a importância em proceder na

pesquisa como um estudo de possibilidade de análises das experiências de vida dos negros gays nas universidades. Ignorar essa trajetória de vivências, permeadas de conflitos, é um conveniente instrumento de fuga de seu enfrentamento, pois basta contar com a indiferença para que se propague ainda mais as disparidades de diversas formas de preconceitos e injustiças. Dessa forma, surge a indagação sobre, **como se constroem, na pele que se habita, os diálogos, vivências e a construção das masculinidades negras gays na universidade?**

Assim, o objetivo geral desta pesquisa busca compreender na pele que se habita, como se constroem os diálogos, vivências e a construção das masculinidades negras gays na universidade, bem como as negociações das suas vivências, percepções e compreensão dos múltiplos fatores que enfrentam mediante os processos de construção do preconceito, da discriminação e da segregação, por meio das inter-relações correlatas para suas permanências no curso, já que a questão do acesso do estudante negro gay no ensino superior e a concepção de política pública de educação precisam ser contextualizados historicamente, em um panorama que possa contemplar um percurso que não pode ser escondido.

2. JUSTIFICATIVA

Discutir temas sobre masculinidades negras gays é sempre relevante, pois emerge a partir dos discursos das esferas sociais, políticas e acadêmicas, um largo eixo de vertentes sobre toda uma trajetória de uma etnia, relacionada com uma orientação sexual supostamente divergente. A pesquisa se molda com base em diversos teóricos que discutem a temática de raça e racismo, como bell hooks (2004), Kabengelê Munanga (2003), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Neusa Santos (1990), Karla Akotirene (2018), Djamila Ribeiro (2019), entre outros que fortaleceram este trabalho.

Além disso, para compreender melhor uma verdade que muitas vezes só consegue ser inferida, é preciso investigar a contingência das experiências de negros nas universidades, principalmente em programas cujas áreas de formação são consideradas elitizadas. Ignorar a existência de um problema é uma maneira apropriada de evadir de seu confronto. Isso porque, enquanto se contar com a indiferença, todos os tipos de lacunas e de injustiça se espalharão, posto que,

pesquisar sobre negros, racismo, preconceito, é algo que já se tornou trivial, e que não faz perceber novas problemáticas para discussões.

Com o intuito de me perceber na pele que habito, na minha trajetória na formação de nível superior e, agora, na Pós-Graduação, em nível de mestrado, continuo a revisitar, nessa trajetória, questionamentos demandados dos conflitos de estudantes negros e estudos sobre a masculinidade, o que evidencia a necessidade de se entender a complexidade dessa questão, visto que os estereótipos de gênero e raça se interseccionam, e isso me levou a questionar como as masculinidades negras gays são construídas, reproduzidas, moldadas em cursos universitários e como os estudantes negros vivenciam essas identidades emolduradas por seus conflitos, muitas vezes enfrentadas no cenário acadêmico.

Então, precisamos expandir mais as discussões sobre a construção e vivência de tais masculinidades, no âmbito acadêmico, a fim de que contribuam com mais visibilidade, representatividade e voz na sociedade como um todo. Mediante a construção de conhecimentos críticos e reflexivos sobre si mesmos, os homens negros gays podem se tornar agentes de transformação social, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e igualitário em uma sociedade desigual.

Os caminhos a serem percorridos, remete-me a diálogos de suma importância, pois se refletem em diversos níveis, desde a superação de estereótipos que limitam a imagem do homem negro até a busca por direitos e justiça para essa população historicamente marginalizada.

Assim, a importância das vivências e a construção das masculinidades negras gays na universidade, justifica-se pela relevância que esse tema tem para a construção de uma sociedade plural, inclusiva e antirracista, sendo que é imprescindível para estabelecer uma representatividade étnica que tradicionalmente foi excluída.

Uma sociedade justa e equitativa requer uma diversidade representativa, tanto no corpo docente quanto discente, e não apenas em áreas consideradas minoritárias.

3. OBJETIVOS

Dada a importância do discurso sobre as masculinidades negras em cursos de alta demanda, este estudo é relevante para reavaliar as desigualdades e disparidades da ausência do negro no cenário acadêmico, na tentativa de se buscar uma contribuição para a análise da construção das masculinidades negras ao longo do contexto histórico-cultural, político e social.

3.1 Objetivo Geral

Compreender os conflitos, desafios das vivências e a construção das masculinidades negras gays, a partir da entrada nos cursos da Universidade Federal do Piauí.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar de que modo os acadêmicos buscam exercer suas masculinidades negras gays como meio de resistência no contexto universitário;
- Perceber de que forma a naturalização das diferenças entre os sujeitos devido à cor da pele, tipo de cabelo é entendida como obstáculos e preconceitos;
- Verificar como se desencadeiam os processos da construção do racismo e da homofobia dentro do cenário universitário com negros gays.

4. DESCORTINANDO CAMINHOS TEÓRICOS

Procurar realizar uma abordagem sobre masculinidades negras requer uma ancoragem em temas mais complexos que perpassam toda uma construção generificada durante o percurso histórico dessas comunidades. Bell hooks (2019) nos fala que o retrato da masculinidade negra emerge de obras que constrói os homens perpetuamente como "fracassado" que são "fodidos" (hooks, 2019, p. 148). A autora está argumentando que essa representação muitas vezes retrata os homens negros como fracassados, psicologicamente perturbados, perigosos, violentos e obcecados por sexo. Essa caracterização é influenciada pelo contexto racista em que vivem, que

impede que eles alcancem o que é considerado o padrão masculino dominante, centrado na virilidade, pelo fato dessas representações perpetuarem estereótipos prejudiciais e desumanizantes sobre os homens negros.

Hooks (2014) vai nos dizer ainda que, ao longo da história, “o homem negro foi inicialmente explorado como um trabalhador dos campos; a mulher negra foi explorada como uma trabalhadora dos campos” (hooks, 2014, p. 18). Neste trecho, bell hooks está discutindo a exploração histórica dos negros, tanto de homens quanto mulheres, argumentando que, ao longo da história, os homens negros foram explorados como trabalhadores nos campos, uma referência à escravidão e ao sistema agrícola baseado na força de trabalho escravo.

Ao destacar essa exploração conjunta, hooks faz uma crítica ao modo como a sociedade tratava e ainda trata os negros, evidenciando a interseção entre raça e gênero na opressão histórica das pessoas negras. Ela está chamando a atenção para a necessidade de reconhecer e combater tanto o racismo quanto o sexismo sistêmico.

Logo, as feminilidades e as masculinidades foram injustamente subalternizadas e subjugadas por séculos pelo gênero masculino hegemônico dominante. Portanto, é fundamental seguirmos uma abordagem embasada em estudos robustos que abordem esses conflitos de forma abrangente.

Por meio de pesquisas verificadas em bancos de dados como Scielo e Google Acadêmico é possível constatar várias pesquisas que versam sobre o racismo contra o negro na universidade, o que traz uma discussão já existente mas que faltavam falar de outros marcadores relevantes como homofobia, orientação sexual e identidade de gênero, que também são importantes e calados pelas diversas formas de racismo e discriminações.

Ao trazer essa discussão acadêmica para o público e ao interseccionar questões de raça, gênero e orientação sexual, espera-se abrir espaço para compartilhar as experiências identitárias cotidianas de diversos alunos, cientes de que muitos deles já enfrentaram diversos tipos de violência devido à falta de apoio, acolhimento, e lamentavelmente pela normalização dessas violências. Espera-se que ao ler as páginas desta pesquisa, muitas outras pessoas se identifiquem e compartilhem suas próprias vivências, contribuindo, assim, para uma mudança no cenário perverso que perpetua essa realidade.

A pesquisa foi fundamentada em diversas contribuições ancoradas na compreensão do pensamento feminista negro de hooks, Kilomba, Collins, Akotirene,

Ribeiros, Davis, entre outras; com suas estruturas interpretativas, abordagens epistemológicas e políticas de empoderamento. A combinação desses estudos teóricos e empíricos é essencial para desenvolver uma compreensão mais completa e contextualizada dessas questões.

Portanto, ao adotarmos uma perspectiva interdisciplinar, podemos construir conhecimentos parciais que se conectam com o cerne desta pesquisa, e ao empregar as noções de interseccionalidade e matriz de dominação, partindo dos estudos de Collins(2019), que ilustram como raça, classe, gênero e sexualidade formam sistemas de opressão que se influenciam mutuamente; será possível oferecer uma lente valiosa para examinar as complexas interações entre raça, gênero e outras formas de identidade.

Por meio dessa abordagem, podemos entender melhor como as experiências das masculinidades negras são moldadas não apenas pelo patriarcado, mas também pelo racismo estrutural e outras formas de opressão. Assim, ao integrar teorias e metodologias diversas, é possível capturar a riqueza e a complexidade dessas experiências, contribuindo para um entendimento mais profundo e nuanceado pelas masculinidades negras na sociedade contemporânea.

4.1 Breves noções de gênero e sexualidade

O suporte teórico do conceito de gênero, assenta-se na teoria e na investigação feminista emergida na década de 1970, impulsionada pelo movimento feminista, que “condenava todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres” (Fonseca, 1995, p. 7). Uma vez que estamos dialogando sobre gênero, a Saffioti (2004, p.107/108) pontua que “não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero”. A autora relata que o primeiro pesquisador a estudar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968), embora não tenha prosperado, mas foi fruída por pesquisadoras norte-americanas que passaram a utilizar as categorias de gênero para falar das “origens inteiramente sociais das identidades subjetiva de homens e mulheres” (Scott, 1990, p.75).

Ademais, foi a partir do ano de 1975 que os estudos sobre gênero ganharam força com a publicação do “famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, que frutificaram estudos de gênero...” (Saffioti, 2004 p. 107-108). A autora resgatou esse conceito e o

usou como uma estratégia para expressar, conceituar e estudar sistemas de sexo/gênero a partir de uma perspectiva antropológica.

Todavia, Saffioti (1999b) deixa evidente a importância da contribuição de Simone de Beauvoir a respeito desse tema.

A rigor, embora não haja formulado o conceito de gênero, Simone de Beauvoir mostra que só lhe faltava a palavra, pois, em sua famosa frase – “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” – estão os fundamentos do conceito de gênero. Lutando contra o essencialismo biológico – “A anatomia é o destino” –, enveredou pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem. Foi, por conseguinte, a precursora do conceito de gênero (Saffioti, 1999b).

Essa afirmação sugere, mesmo que Simone de Beauvoir não tenha utilizado explicitamente o termo "gênero" em suas obras, que ela abordou conceitos fundamentais nos quais posteriormente seriam associados ao termo gênero. A frase "ninguém nasce mulher, mas se torna mulher" de Beauvoir é vista como precursora do conceito de gênero, pois ela destaca a ideia de que a identidade de gênero não é determinada apenas pela biologia do nascimento, mas é moldada ao longo da vida por influências sociais, culturais e históricas. Assim, essa autora sugere que Beauvoir, mesmo sem usar a palavra "gênero", abordou os aspectos essenciais do conceito em seu trabalho.

Saffioti (1999b) explica que o gênero não é apenas determinado pela anatomia física das pessoas, mas é principalmente uma construção social influenciada por normas culturais, expectativas sociais e relações de poder. Em outras palavras, o que consideramos como características e comportamentos masculinos e femininos não são inerentes às pessoas por determinação do sexo biológico, mas são aprendidos, construídos e internalizados mediante as culturas e as interações sociais, refletindo assim as dinâmicas de poder e as hierarquias presentes na sociedade. Essa perspectiva destaca a natureza fluida e variável do gênero, que pode ser questionada, desafiada e reconstruída constantemente.

Já na sua funcionalidade, foi por meio das feministas norte-americanas que o termo *gender* (gênero) passa a ser utilizado como distinto de *sex* (sexo), com o propósito “rejeitar” uma ordem biológica subentendida no uso de termos como “sexo ou diferença sexual”, visando atenuar, por meio do discurso, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1988 p. 28-50). O conceito funciona como um instrumento de análise, sendo ao mesmo tempo uma ferramenta política.

Conforme fui explorando as pesquisas de Connell (2002, p. 18) sobre gênero, percebi que a autora evidenciou as observações concluídas a partir do trabalho realizado por Juliet Mitchell e Gayle Rubin na década de 1970. Tais estudos contribuíram com maior destaque para o entendimento de que o gênero é uma construção estrutural internamente complexa, porquanto sobrepõem diferentes lógicas de pensamentos e vivências, fato especialmente importante na análise das masculinidades que, atravessando diferentes trajetórias históricas dentro de suas estruturas relacionais, estarão sempre sujeitas a muitas mudanças, conflitos internos e rupturas históricas.

Por conseguinte, decorrendo de um percurso de aportes reflexivos sobre gênero, observei que as experiências do masculino e feminino trazem na sua constituição uma série de questionamentos, que contribuíram na elaboração de novas estruturas nas normas de valores morais, sociais, políticas e sentimentais.

Com apoio nas pesquisas de Connell e Pearse (2015), trazemos para a reflexão, a partir da afirmação “perceber a existência da ordem de gênero é fácil, compreendê-la, não”, de que no cotidiano percebemos e compreendemos o gênero como um atributo dado, de forma que passamos a reconhecer as pessoas como “masculino ou feminino, menino ou menina”. Ao passo que vamos configurando nossos encargos em meio a essa distinção em torno desses “arranjos familiares” que aparentam fazer parte da natureza dominante, como por exemplo, os casamentos tradicionais compostos apenas por uma pessoa de cada gênero. (Connell, Pearse, 2015, p. 36-38).

Nesse contexto, vale ressaltar as contribuições do movimento feminista no campo das reflexões sociopolíticas, delatando a concepção de que as masculinidades hegemônicas são consideradas naturais, e essas manifestações alinhadas a outros movimentos sociais emergentes, promoveram mudanças importantes sobre as relações sociais de gênero e que permitiram maior amplitude para suas pertinentes indagações históricas.

De acordo com Oliveira (1998), os relatos feministas, combinado com outras argumentações basilares, incentivaram os homens a reflexões sobre sua conduta e seus vínculos sociais. Essa demanda de questionamento sobre comportamento do homem e as peculiaridades ancestrais associadas à masculinidade hegemônica, permitiu evidenciar suas discrepâncias, oposições e limitações numa sociedade patriarcal contemporânea. Um fato, essencialmente pertinente, foi a necessidade de

apontar a arbitrariedade cultural na construção da masculinidade e o que significa ser masculino e feminino, no contexto histórico de se inter-relacionar gênero e sexo.

Sobre esse pensamento e refletindo com Goldenberg (1999, p. 159), é possível afirmar que o termo gênero emerge com a finalidade de desnaturalizar os papéis identitários associados ao masculino e feminino que desconjunta o sexo, na condição biológica da natureza humana, do gênero, como uma preferência natural e produto de uma construção social histórica. Entendo, portanto, que os adjetivos atribuídos à objeção masculino/feminino não partem prioritariamente da dimensão biológica humana que variam de cultura para cultura, podendo dessa forma serem transformados.

Seguindo esse raciocínio, a partir de Connell e Pearse (2015, p. 39), caminho para a compreensão de que “o ser mulher e o ser homem” não devem ser vistos como elaborações de experiência cravadas pela natureza, e nem somente como uma determinação exterior praticadas por normas autoritárias ou pressão social. Concebemos que as pessoas “constroem a si mesmas como masculinas ou femininas”, exigindo um lugar de permanência na ordem de gênero ou replicando o lugar que lhe foi outorgado, na categoria de como se é conduzido em suas experiências de vivências cotidianas.

Com o intuito de fomentar mais elucidações, examinei em Saffioti (2004, p. 107-108), que faz reflexões nos seu livro *Gênero, patriarcado e violência*, questionamentos de que não existem intenção de eliminar o uso do termo conceitual gênero, mas sim de eliminar a sua utilização exclusiva, tendo em vista que “gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão” (Saffioti, 2004 p.138).

Além disso, Connell e Pearse (2015) relatam que gênero está relacionado na forma como os indivíduos e grupos atuam e alimentam os padrões sociais que são propagados entre as relações sociais; é o que a teoria social chama de estrutura, assimilado-o a uma estrutura social e não apenas uma expressão de caráter biológico, muito menos marcadores identitários fixos na vida ou na personalidade da conduta humana, mas sim um modelo em nossas organizações sociais, cujas atividades do nosso cotidiano, são construídas por esse modelo. Sendo assim, as autoras definem que “o gênero é uma estrutura de relações sociais que se centra

sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (Connell; Pearse, 2015, p. 47-48)

Segundo Oyèrónké Oyěwùmí, “o gênero é preeminentemente um construto cultural, não pode ser teorizado em um vácuo cultural, como muitas das pessoas dedicadas à pesquisa tendem a fazer” (Oyewùmi, 1997, p. 77). Essa afirmação sugere que o gênero não pode ser entendido isoladamente, mas que o termo deve ser compreendido dentro do contexto cultural em que está inserido. Ela enfatiza que essa terminologia é moldada por normas, valores e práticas culturais específicas, sendo que qualquer análise ou teorização sobre essa categoria deve levar em conta os elementos culturais que cercam os indivíduos em uma dada sociedade. Portanto, tentar entender o gênero sem considerar seu contexto cultural seria uma abordagem inadequada e limitada, sem considerar a importância de uma análise culturalmente sensível para o conceito aqui descrito.

Analogamente, trago Butler (2003, p. 198), ao dizer que o gênero é socialmente construído e reproduzido em um modelo binário, desassociando a ideia de que o gênero se desdobra do sexo biológico. A autora reflete e questiona o conceito de gênero como atos performáticos, uma vez que esse tipo de performance pode-se construir ou reconstruir em qualquer corpo, desagregando-se das primícias de que a cada corpo reproduziria somente um gênero. Butler (2003, p. 198) preconiza reavaliar o corpo não mais na perspectiva de uma base natural, mas como uma “superfície politicamente regulada”.

Fazendo uma releitura de Simone de Beauvoir, ela afirma que:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (Butler, 2003, p. 200).

Nessa direção, Butler (2003, p.15) retrata que sexo e gênero emergem de algo que ela declara como “heterossexualidade compulsória”, considerando ambas as condutas normativas, afirmadas pela repetição de padrões julgados regulamentados e adequados aos parâmetros heterossexuais. Vale ressaltar que a heterossexualidade compulsória não está atribuída prioritariamente a condições relacionadas de práticas

que envolvam gênero e sexo, condicionando dessa forma que todos somos inevitavelmente heterossexuais. Segundo a autora, ela é o princípio normalizado que atribui coerência e torna os gêneros inteligíveis.

Para compreendermos melhor a questão de gênero, trago a definição conforme os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) formulados pelo MEC/SEF (1998, p. 321/322) direcionado ao ensino 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental que sobre essa questão discute o seguinte:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero" (MEC/SEF 1998, p. 321-322).

A partir dessas reflexões, passo a compreender e definir que gênero é um processo de estruturação sociocultural, edificado ao longo da história, não podendo ser definido ou fixado no pré-nascimento, pois é uma constante reconstrução na formação identitária do indivíduo, a partir da percepção que tem de si mesmo no corpo que habita, em consonância com sua mente, pensamentos e emoções.

Após essa brevidade temática acerca do conceito de gênero, reuni-los a partir dos autores já mencionados nesta seção, para que seja possível, por parte do leitor, uma melhor compreensão dos conceitos, além da possibilidade de comparação entre as diferentes definições.

Quadro 1 – Conceituando gênero

AUTORES/AUTORAS	DEFINIÇÃO DE GÊNERO
Simone de Beauvoir	Embora não tenha formulado o conceito de gênero, a frase "ninguém nasce mulher, mas se torna mulher" de Beauvoir é vista como precursora do conceito de gênero, pois ela destaca a ideia de que a identidade de gênero não é determinada apenas pela biologia do nascimento, mas é moldada ao longo da vida por influências sociais, culturais e históricas (p. 12).

Saffioti uma releitura de Simone de Beauvoir	O gênero não é apenas determinado pela anatomia física das pessoas, mas é principalmente uma construção social influenciada por normas culturais, expectativas sociais e relações de poder. Em outras palavras, o que consideramos como características e comportamentos masculinos e femininos não são inerentes às pessoas por determinação do sexo biológico, mas são aprendidos, construídos e internalizados mediante as culturas e as interações sociais, refletindo assim as dinâmicas de poder e as hierarquias presentes na sociedade (p. 12).
Saffioti	Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão (p. 14).
Connell e Pearse	O gênero é uma estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais (p. 15).
Oyèrónké Oyèwùmí	O gênero é preeminente um construto cultural, não pode ser teorizado em um vácuo cultural, como muitas das pessoas dedicadas à pesquisa tendem a fazer (p. 15).
Judith Butler	O gênero é socialmente construído e reproduzido em um modelo binário, desassociando a ideia que o gênero se desdobra do sexo biológico (p. 15)
Judith Butler uma releitura de Simone de Beauvoir	O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um <i>locus</i> de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos (p. 15).
PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)	O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social (p. 16).
Como eu defino Gênero a partir dessas leituras.	Gênero é um processo de estruturação sociocultural, edificado ao longo da história, não podendo ser definido ou fixado no pré-nascimento, pois é uma constante reconstrução na formação identitária do indivíduo, a partir da percepção que tem de si mesmo no corpo que habita, em consonância com sua mente, pensamentos e emoções (p. 16).

Fonte: Adaptado de Beauvoir (1949), Butler (2003), Connell (2016), Oyèrónké Oyèwùmí (2021) e Saffioti (2004).

Sendo assim, é natural perceber uma associação de gênero ao sexo quando se fala de sexualidade, por ser um termo elaborado no interesse sexual e na atração

afetiva entre os indivíduos. No entanto, a sexualidade pode relacionar-se a outras formas da procura pelo prazer, bem como as emoções aquinhoadas, visto que sexualidade é algo particular e pertinente, levando-se em consideração que ao se produzir desejo e prazer para um determinado grupo, não reflete as mesmas sensações para outros, sendo que os sentimentos são construídos e desenvolvidos com bases nas vivências de cada ser humano.

Nesse contexto, buscarei suporte na obra de Michael Foucault – História da Sexualidade I – A Vontade do Saber, e de outros autores, por entender ser de extrema importância articular esta pesquisa aos conceitos foucaultianos para que se possa melhorar o entendimento acerca da problematização que paira sobre a sexualidade.

Diversos pesquisadores, nos últimos tempos, intensificaram estudos específicos que permitiram uma compreensão e distinção entre as concepções de gênero e sexo. Esses dois conceitos não são tão óbvios pois devido a processos culturais, aprendemos que o sexo é condicionado anatomicamente a atributos corporais como genitálias e aparelhos reprodutivos, o que para muitas culturas o termo ainda é visto como proibido ou sujo.

Foucault (1988), defende que em séculos anteriores, contrariando os sistemas de repressão sexual, o que se produziu foi uma construção exagerada sobre as discussões em torno da sexualidade. Na conjuntura moderna, simultaneamente, instalaram-se em regiões, “senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discricção: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais,” nas esferas dos discursos, o efeito é quase oposto: “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (Foucault, 1988, p. 21).

A fim de melhor compreensão, trago ainda as palavras de Foucault (1999), ao se referir à sexualidade como: “um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (Foucault, 1999, p.139). Isso porque Foucault (1988, p.100) nos diz que a sexualidade é uma terminologia que se pode chamar de “dispositivo histórico”. Ela não é algo encoberto que se compreende com obstáculos, mas uma enorme cadeia da superfície promovendo a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências”, articulando-se uns aos outros, segundo grandes planejamentos de “saber e de poder”.

Ao passo que esse autor argumenta que a sexualidade faz parte de uma invenção social, tal palavra foi idealizada a partir de discussões sobre sexo, em que as regras são intencionalmente normalizadas para os benefícios do sexo. A incitação dos discursos em torno do sexo regulamenta e estabelece a produção de conhecimentos e de supostas verdades, constituídos por um conjunto de regras e códigos sociais, apoiados pelas instituições tais como Estado, família, escola, igreja, e outras instituições, no intuito de promover mudanças no comportamento e sentimentos dos indivíduos.

Além disso, Michel Foucault (1988) relata que no início do século XVII, o sexo era visto com menos rigidez, com menos preconceito e vivências de práticas sexuais com bastante franqueza, sendo que “não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade”. Não havia, de certa forma, proibições, pudores ou quaisquer outros tipos de coerção. “Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX” (Foucault, 1988, p. 8).

O autor cita que pairava a libertinagem nessa época com uma certa liberdade de expressão, de posturas, o código moral se dissipava com ausência de uma censura repressiva, em que tudo se falava e se permitia de forma desavergonhada, por meio de “gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam" (Foucault, 1988, p. 8).

Foucault ainda relata que no século XIX, período marcado pela Era Vitoriana, na qual a rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, a sexualidade que era livre passou a ser repressiva, e “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca e a absorve, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir”. Teve início aí o surgimento de uma época repressora e punitiva, na qual não se podia mais falar sobre sexualidade. “Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (Foucault, 1988, p. 8).

Desde então, surgiu a prática de proibir, reprimir e castigar qualquer expressão de sexualidade que não ocorresse dentro do contexto do casamento e que não tivesse como propósito exclusivo a procriação. Essa imposição de restrições deu origem a

uma série de tabus e preconceitos em relação ao sexo e às diversas manifestações de sexualidade que divergissem desse padrão estabelecido. Como resultado, foram construídas barreiras sociais que marginalizaram e estigmatizaram as expressões sexuais consideradas "periféricas", contribuindo para a perpetuação de normas rígidas e limitantes em torno da sexualidade humana. Logo, as práticas sexuais permitidas só existiam "no espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais" (Foucault, 1988, p. 9).

Sob o enfoque histórico, a sexualidade permaneceu determinada por junções de poder no qual a Igreja e o Estado desenvolveram papéis ativos, tendo a família como objeto de suas interposições. Frente a isso, Foucault (apud Weeks, 1999) argumenta que deveríamos perceber essa força de poder, não de forma negativa, que atua em princípios de proibições "não deverás", mas sim, como um impulso positivo sensibilizado com a condução e o cultivo da vida "você deve fazer isso ou aquilo" (Weeks, 1999, p. 51).

Para isso, buscaram-se maneiras adequadas de regular o comportamento sexual, em favor de uma moralidade conservadora, o objeto "sexo" se torna assunto relevante, uma vez que não conseguiram reprimir ou silenciar a sociedade, a sexualidade passou a ser tratada como um crescente mecanismos de incitação, tendo a repressão se tornado o elo e uma força motriz, entre poder, saber e sexualidade. Em concordância com os argumentos de Foucault (1988, p. 29), ao afirmar que "não se fala menos de sexo", mas que o discurso permanece em constância, apenas mudaram "as pessoas que falam", o contexto, os locais e se fala de "outra maneira", a partir de outra perspectiva, afim de se obter "outros efeitos".

De acordo com Weeks (1999) e outros escritores contemporâneos, a sexualidade é determinada como "a descrição geral para uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Michael Foucault denominou de 'o corpo e seus prazeres'" (Weeks, 1999, p. 43). Este autor ainda afirmou que o sentido atribuído à nossa sexualidade e aos nossos corpos são alimentados e perpetuados de várias maneiras por uma estrutura que os definiram e, em particular, essas definições dirigem o entendimento do indivíduo e do seu corpo como matriz de sua sexualidade.

Sobre tal argumentação específica, na perspectiva brasileira, encontro suporte em Parker (1991), que nos fala que a "linguagem do corpo", na contemporaneidade

brasileira, desenvolve uma função fundamental na elaboração do gênero como "fato social", mais que rigorosamente um "fato biológico". Já que é por meio da linguagem que o corpo do sujeito, não é apenas classificado, mas "descrito e interpretado, é investido de múltiplos sentidos e analisado em termos de valores diferenciais" (Parker, 1991, p. 72).

A fim de favorecer da assistência da medicina para controlar e regular as atividades corporais, a sociedade, juntamente com os sexólogos, acabou por determinar os padrões sexuais, em "um processo complexamente interconectado, pelo qual a definição precisa das 'verdadeiras' características femininas e masculinas está aliada a um novo zelo em definir, nos discursos do judiciário, médico e político, o que é 'normal' ou 'anormal'" (Weeks, 1999, p.150).

Por conseguinte, num panorama em que as reflexões que representam os gêneros das masculinidades e feminilidades, foram previamente concebidos dentro de uma sociedade hegemônica, acabam disseminando o preconceito e a discriminação, a partir de um ideal de sexualidade baseados na moralidade cristã que fortalece o modelo de família tradicional, marginalizando outras atividades sexuais fora da esfera reprodutiva.

Portanto, assimilei que para compreender o processo dessa reconstrução conceitual sobre o gênero, que permeia na sociedade, é preciso entender que as questões de gênero e sexualidade são inerentes às questões de poder, tendo em vista que todo esse processo de constituição é histórico. Em virtude disso, é essencial fazer essa interseccionalidade de gênero e sexualidade, para conceber que não há como fazer discursos sobre masculinidade, mas sim masculinidades, designando uma categoria eminentemente fluida e por isso mesmo suscetível de reconstrução.

4.2 Do patriarcado à dominação masculina

Observando o percurso da história da humanidade, compreendemos que na sociedade, "o patriarcado é uma construção histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2500 anos até ser concluído", sendo que esse processo de constituição e dominação do patriarcado foi formado lentamente, e sua base de "organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores" (Lerner 2019, p. 350). Segundo as pesquisas de Almeida no ano 1995, a masculinidade hegemônica está associada a um elóquio

que confere vantagens aos homens, sendo possível relacionar a visão do patriarcado à masculinidade hegemônica. Sobre isso, Rosely Gomes Costa comenta que “o patriarcado seria uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas” (Costa, 2002, p. 216).

Para melhor compreender esse sistema, colocaremos a lupa nos conceitos de patriarcado pelo olhar do movimento feminista como uma estruturação social onde se predomina o domínio masculino em todas as camadas sociais, especialmente pelos homens enquadrados no padrão heteronormativo, já que “os homens quase nunca sabem o que a palavra “patriarcado” quer dizer – eles não a usam no cotidiano a despeito de aplicarem suas regras ao mesmo tempo que sofrem com elas” (Thorpe *et al*, 2016, p. 94).

De acordo com bell hooks (2004), o sistema patriarcal é um processo político-social que persiste na ideia de que os homens são visceralmente “dominadores, superiores a tudo e a todos considerados fracos”, principalmente as mulheres, e portador do direito de dominar e governar os fracos, expandindo e mantendo esse domínio por meio de várias formas de “terrorismo psicológico e violência” (hooks, 2004, p. 38).

Nessa perspectiva, prossigo com a autora bell hooks (1981). Na obra *Não sou eu uma mulher*, há a sugestão de que “debaixo do patriarcado” os homens detêm o poder de determinar o que é considerado como a norma cultural da identidade, sendo essa norma baseada na masculinidade. Dessa forma, “os homens são os árbitros da identidade dos homens e das mulheres”, definindo as características, os comportamentos e os papéis socialmente valorizados a partir de um panorama masculino, que conclui por colocar a mulher de forma subjugada e subordinada. Esse sistema também destaca que a norma cultural da identidade masculina é definida por poder, privilégios, prestígios e prerrogativas sobre as mulheres. “É isto que é masculinidade. E não é nada mais que isto” (hooks, 1981, apud Stoltenberd, 1977).

Podemos presumir, então, que o patriarcalismo se trata de um processo de construção cultural no qual o homem tende a assumir as pressupostas maiores responsabilidades e dominação de classe, colocando-se como autoridade suprema de chefe sobre a família que se mantém sobre sua proteção.

Simone de Beauvoir (1949) pontua que em quase todo o período histórico foi demonstrado que os “homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde

os primeiros tempos do patriarcado”, considerando benéfico manter as mulheres em uma condição de dependência e subserviência; e suas leis e normas sociais foram estabelecidas para beneficiar os homens em detrimentos das mulheres; “e assim foi como ela se constitui concretamente como o outro” (Beauvoir, 1949, p. 207).

Esse processo enraizou um sistema cultural determinado, em todas as épocas, a segregação das mulheres que são tratadas de forma submissa em múltiplos espaços da sociedade, assim como também grupos de outras raças, religiões, gênero ou orientações sexuais.

É possível perceber que dentro do sistema patriarcal há uma supervalorização do poder masculino em relação ao gênero feminino. Os homens, geralmente, são considerados mais talentosos, dominadores, e com habilidades naturais para liderar e governar. Já as mulheres, desvalorizadas e vista como o sexo frágil da relação, são consideradas fisicamente e mentalmente fracas, aptas apenas para procriar e cuidar dos afazeres do lar. Por analogia de bell hooks (2004), o patriarcalismo estabelece o “domínio masculino” por todos os mecanismos necessários, portanto, apoia, promove e tolera a violência sexista, sendo que as formas mais naturais de violência patriarcal são aquelas produzidas no ambiente familiar, em entre os “pais patriarcais e seus filhos” (hooks, 2004, p. 43).

Vale destacar também o pensamento de bell hooks (2019, p. 170) na obra Teoria Feminista, da Margem ao Centro. O principal aspecto ressaltado é que as normas patriarcais masculinas assumiram uma forma distinta na sociedade capitalista em comparação com o que era antes. Já que no pré-capitalismo, o patriarcado concedia aos homens um amplo poder de dominação masculina sobre as mulheres de suas famílias, os quais tinham o total direito de impor suas regras sobre elas e decidir sobre seus destinos (com quem iriam se casar, estudar, aprender ler...) e até mesmo usar violência sem enfrentar punição.

Neste pensamento, a autora delinea a violência masculina como um instrumento de poder, empregado para subjugar as mulheres em seus relacionamentos interpessoais, manifestando-se claramente como uma expressão do abuso de poder visando controlar e dominar. Ela ressalta que essa violência constitui uma aplicação direta dos conceitos de hierarquia e autoridade coercitiva, nos quais os homens buscam manter o controle sobre as mulheres através da imposição da força e da dominação. É uma dinâmica opressora, na qual a mulher é colocada em uma posição de submissão, enquanto o homem se posiciona como o detentor do poder e

da autoridade, reforçando assim as desigualdades de gênero e a perpetuação de relações desequilibradas e opressivas.

Pierre Bourdieu (2012) destaca em *A Dominação Masculina*, conceitos de como é construída a masculinidade. Este autor assegura no início dessa obra, que a partir do momento que se discute masculinidade, é preciso entender que sua meta de dominância permeia o sexo frágil da feminilidade, cuja dominação assume o papel de violência, não obrigatoriamente física ou verbal, mas de forma emblemática, percebida em um nível muito tênue, quase sempre silenciosa.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2012, p. 8).

Avançando nessa construção cultural, vou percebendo que a sociedade vai solidificando e criando formas de estabelecer e perpetuar a dominação masculina sobre as demais classes sociais nos seus mais variados núcleos, sendo esse processo alimentado dentro da própria formação familiar, a proporção que o gênero masculino recebe tratamento e educação diferenciada do gênero feminino, estabelecendo caminhos para uma superioridade masculina.

Dentro dessa historicidade, é possível compreender como algumas atribuições e posturas comportamentais foram sendo incorporadas em princípios, práticas e culturas sociais, às quais “as mulheres foram criadas para obedecer e servir aos homens”, dentro de uma sociedade patriarcal em que “os homens devem ser fortes para prover sua família, para desenvolver estratégias e liderar, e também podiam esperar ser servidos. Esses são os papéis de gênero aparentes em todas as instituições de uma comunidade, desde famílias, escolas e estádios, até os tribunais” (Thorpe *et al.*, 2016, p. 94). Essas normas foram se tornando parte dos marcadores identitários que estavam construindo e fortalecendo o sistema patriarcal, no qual a mulher era submissa, muitas vezes considerada objeto e sem poder de voz, e o homem sempre o conquistador que determinava todas as regras.

Gerda Lerner no seu livro *A criação do Patriarcado*, sobre esse aspecto, cita que “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que

executava a troca ou que definia os termos das trocas” (Lerner 2019, p. 353). A autora segue seu discurso atribuindo outro papel ao gênero feminino o de “esposa substituta”, o qual se tornou determinando e legalizado para as senhoras da corte de elitizada, que em troca de “poder e privilégios”, deveriam se associar aos homens da corte, “e baseavam-se, minimamente, no desempenho satisfatório ao oferecer a esses homens serviços sexuais e reprodutivos. Se uma mulher não conseguisse atender essas demandas, era logo substituída e, conseqüentemente, perdia todos os seus privilégios e status” (Lerner 2019, p. 353).

Já em relação à forma como homem adquiria o domínio sobre as classes dominada, ela explica que:

O papel definido pelo gênero para guerreiros levou os homens a adquirir poder sobre homens e mulheres de tribos conquistadas. Essa conquista induzida pela guerra ocorria sobre pessoas já diferenciadas dos vencedores pela raça, etnia ou simples diferença tribal. Em sua origem derradeira, “diferença” como uma marca de distinção entre conquistados e conquistadores, era baseada na primeira diferença claramente observável entre os gêneros. Os homens haviam aprendido como afirmar e exercer poder sobre as pessoas um tanto diferentes deles na primitiva troca de mulheres. Dessa maneira, os homens adquiriram o conhecimento necessário para elevar “diferença” de qualquer tipo a um critério para a dominação (Lerner 2019, p. 353/354).

Diante desses argumentos, constata-se que na relação, ou mesmo disputa entre gêneros, há dominadores e dominados, sendo que ambas as partes nessas duas classes distintas, grandes parcelas foram estigmatizadas, escravizadas e exploradas. Seja o homem negro explorado nas mais diversas formas de trabalhos escravo, seja a mulher na condição de trabalhadora, procriadora e provedora de serviços sexuais. Percorrendo as pesquisas de Silvia Walby (1990), em relação ao patriarcado, Christopher Thorpe (2016) define como “um sistema de estruturas e práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Ela alega que existem seis estruturas em interação: “a família, o trabalho pago, o Estado, a violência masculina, a sexualidade e as instituições culturais.” (Thorpe, 2016, p. 96).

Perante o processo da elaboração e a construção da dominação masculina, quase sempre vinculados à forte presença do poder por meio dos métodos de produção, Gerda Lerner (2019) informa que aqueles que mantinham os mecanismos de produção dominavam as classes menos favorecidas e os que não tinham posses. Sendo que, dessa forma, os homens dominantes adquiriam não apenas produtos de subsistência, mas também adquiriam na condição de produtos de serviços sexuais

femininos, várias “mulheres da própria classe” como também “de mulheres de classes subordinadas”. Os que as tinham como sua legítima posse, o produto resultante da condição de procriadora de mulheres subordinadas, os filhos, em especial das escravas negras, “seriam usados como trabalhadores, negociados para casamentos ou vendidos como escravos, conforme o caso” (Lerner, 2019, p. 355).

Também a esse respeito, cito Neuma Aguiar (2000). A autora afirma que “a dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo” (Aguiar, 2000, p. 308).

Constatando que a condição feminina quase sempre foi de natureza subserviente, muitas vezes totalmente submissas e colocadas categoricamente no limiar da sociedade, quando equiparada ao masculino, é perceptível a proporção que assumia com maior ênfase a função de procriadora e cuidadora do lar, não tendo oportunidade de uma participação ativa na vida social; sua construção sócio-histórica tende a ser definida por aqueles que têm autoridade e voz ativa, construindo e solidificando o que Bourdieu (2012) retrata de “forças simbólicas” que corroboram como normas, com as quais são incitadas pelas instituições sociais como escolas, igrejas, famílias, etc.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (Bourdieu, 2012, p. 50).

A dominação patriarcal, na sociedade, foi ficando mais forte, dominando e subjugando as classes subalternas na qual os grupos dominantes, que geralmente eram as classes ricas e poderosas, detinham o controle dos grupos julgados inferiores cujo domínio era atenuado por atribuições recíprocas. Dessa forma, o dominador estabelecia uma permuta de favorecimento em contrapartida da submissão das classes oprimidas. Dessa forma, foi-se criando um controle dominador dos chefes de famílias sobre seus tutelados, tal qual de um monarca sobre súditos.

Saffioti (2004), “considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas”, principalmente em relação ao gênero feminino que moldaram toda sua vida em detrimento de uma dominação paternalista. A autora afirma que “a ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão

feminina.” Ela ainda defende a teoria de que, “dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual” (Saffioti, 2004, p. 67).

4.3 As masculinidades

A construção da masculinidade é um processo complexo que envolve a interação de diversos fatores, tais como a cultura, a sociedade, a família e a biologia. Com a socialização, os indivíduos são ensinados a se comportarem de acordo com os padrões de gênero estabelecidos, que determinam o que é ser homem ou mulher. No entanto, a construção da masculinidade não é homogênea, pois ela pode variar de acordo com as diferentes culturas e épocas, pois “o masculino assumirá uma identidade de gênero instituída culturalmente, que supõe ocupar posições sociais determinadas” (Ecco, 2008 p. 95).

Assim, compreendo ser necessário começar a discussão sobre masculinidades, contrapondo a história, uma vez que a proposta é buscar compreender o processo de construção dessas identidades masculinas. Posto que, a feminista brasileira Zuleika Alambert (2004), relata que os homens e as mulheres em tempos pré-históricos, viviam em consonância até certo ponto, sem que nenhum dos dois ocupasse socialmente um "papéis" mais proeminente, já que na prática eles viviam em parceria com o sexo oposto.

Conforme a autora descreve, em um período no qual a agricultura era uma atividade primordial, e que nessa época de “aurora da humanidade” não havia desigualdades entre os pares, existia uma comunidade equitativa, na qual os indivíduos viviam em pequenos aglomerados, mantendo-se altruístas para a sobrevivência e proteção contra as intemperanças e animais ferozes. Quem ousava se separar, em pouco tempo sucumbia. “Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres” (Alambert, 2004, p. 27).

Por conseguinte, o gênero masculino é constituído de analogias convencionadas culturalmente, cuja idealização de um protótipo de masculinidade se instaura como padrão na sociedade ideológica (Badinter, 1997). Deve-se considerar

a masculinidade tal qual uma zona simbólica e que a constituição de sua interpretação ocorre mediante os desenvolvimentos das suas experiências socioculturais. O resultado desse longo processo social são os padrões e valores forjados pelos agentes a custo de uma memória discursiva. Ressalta-se ainda que o sujeito constrói seu próprio discurso usando a estrutura dos discursos que preexistem na sociedade (Maingueneau, 1997), e essas concepções são interpoladas e renovadas, ganhando novos significados. Em outras palavras, os homens obedecem às normas discursivas predeterminadas e legitimadas na sociedade. Sobre isso, Badinter (1997) diz que "masculinidade não é essência, mas uma ideologia que tende a justificar a dominação masculina" (Badinter, 1997, p. 27).

Também é importante dizer que a masculinidade foi "ensinada e construída", desse modo, pode ser transformada. Em séculos passados, o homem podia demonstrar suas emoções publicamente como chorar, ter medo, ter vertigem, já no final do século XIX, qualquer tipo de emoção mais aflorada poderia "comprometer sua dignidade masculina", ficando evidente que tal edificação pode, conseqüentemente, "ser demolido para ser novamente construído" (Badinter, 1993, pág. 29).

Por analogia a Viveros (2011, p. 113), é possível dizer que a masculinidade é "uma construção cultural performativa que se materializa em condições diferenciadas de classe, idade, raça e etnia que se inter-relacionam". Este autor estabelece que a masculinidade não é uma qualidade essencial fixa, mas "um processo permanente de negociação que começa na infância e continua ao longo da vida e no qual os julgamentos dos 'outros significativos' como suas próprias orientações e auto definições" (Viveros, 2002, p. 32-68).

Nessa perspectiva, é possível que a desconstrução da masculinidade tradicional possa ser importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A aceitação das diversas formas de expressão de gênero pode ampliar as possibilidades de liberdade individual e de relacionamentos mais saudáveis e respeitosos. É fundamental entender que a masculinidade não precisa ser uma prisão, e sim uma construção fluida que reconhece a diversidade humana e estimula a solidariedade, a compaixão e a empatia entre os indivíduos.

Kimmel (1997), caminha nessa mesma direção ao definir a masculinidade como "um conjunto de significados em constante mudança que construímos por meio de nossos relacionamentos com nós mesmos, com os outros e com o nosso mundo". Ele afirma que o caráter social dessa construção, que muda ao longo do tempo, "dá

um sentido de possibilidade histórica para substituir a resignação desanimada, que invariavelmente acompanha essencialismos a-históricos e atemporais” (Kimmel 1997, p. 49-50).

4.4 Masculinidades hegemônicas

A origem do termo "masculinidade hegemônica" remonta ao campo da sociologia, mais especificamente ao trabalho do sociólogo americano R.W. Connell em seu livro "Masculinidades", publicado em 1995. “O argumento em *Masculinidades* se originou em grande parte das pesquisas empíricas realizadas nos anos 1980 e início dos anos 1990, muitas das quais descreviam a construção das masculinidades em contextos específicos” (Connell, 2005, p.14). Essas pesquisas etnográficas, de grande amplitude, incluíam várias escolas, carreiras esportivas, locais de trabalho, estudos das sexualidades e relatos diversos das masculinidades, promovendo um olhar diversificado e detalhado das relações do homem e do gênero. Connell definiu o conceito de “*masculinidade*”, afirmando que “na medida em que o termo pode ser definido, é um lugar nas relações de gênero, nas práticas pelas quais homens e mulheres ocupam esse espaço no gênero e nos efeitos dessas práticas sobre a experiência corporal, de personalidade e cultura” (Connell, 2005, p. 71).

O conceito “hegemonia”, que faz parte do estudo de Gramsci (1971), é extremamente pertinente para a compreensão dessa estrutura teórica, levando em consideração que a dominação masculina não se manifesta apenas de modo pessoal e direto pelo exercício da força física ou da violência, tal como verificado em estudos sobre masculinidades (Anderson; Umberson, 2001; Connell; Messerschmidt, 2005). Além disso, a natureza hegemônica das masculinidades nem sempre é praticada de maneira direta e explícita (Beasley, 2008), pois se encontra interligada nas diversas organizações e culturas de nossa sociedade (Connell; Messerschmidt, 2005) e, mais particularmente, em suas formas emblemáticas de representação nas organizações (Collinson; Hearn, 1994).

Tomando como base os estudos de Gramsci (1971), para compreender a concepção de "hegemonia", que se origina da análise das relações de classe, é concebido que ela é um conceito desenvolvido para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra e que se refere à dinâmica cultural pela

qual um grupo solicita e mantém uma posição condescendente na vida social, isso sem em considerar o momento e a cultura, sempre favorável ao gênero masculino.

Poderíamos dizer então, que "masculinidade hegemônica" é um termo criado pela sociologia para descrever o poder e a legitimidade concedidos aos homens em detrimento de outros grupos sociais. Connell (2005) aprofunda a definição e explica que "a masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração da prática de gênero que incorpora a resposta aceita, em um momento específico, ao problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou se considera garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres" (Connell, 2005, p. 77).

De acordo com o pensamento Donaldson (1993), a manutenção das masculinidades hegemônicas está estruturada, essencialmente, por meio do domínio do poder de alguns grupos sociais em dispêndio de outros, na medida em que a parcela dominadora, direta ou indiretamente, designa circunstâncias, moralidades, costumes determinados como certos e questões a serem dialogadas. Tal advertência finda por abranger diferentes meios e atores sociais, como mídias e instituições de ensino e que pode, até mesmo ser validada pelo poder público nas suas diversas camadas de governo (Donaldson, 1993). Para Connell e Messerschmidt (2005), essa operação é caracterizada pelos hábitos de dominação dos homens sobre as mulheres, sejam essas práticas globais ou individuais, nas quais a compreensão ultrapassa os diferentes papéis ou identidades em nossa sociedade, contudo tais práticas são precisamente empreendidas e reproduzidas no exercer do cotidiano social.

A hegemonia da masculinidade é reforçada por muitos fatores, desde o controle econômico e político, até a cultura e a religião. No entanto, Connell (2005) apontou que "a "masculinidade hegemônica" não é um tipo de personalidade fixa, sempre a mesma em todos os lugares", mas que essa hegemonia é sempre instável e contestável, o que sugere que a "masculinidade hegemônica" é um processo em constante evolução, pois ela "ocupa a posição hegemônica em um determinado modelo de relações de gênero, posição sempre discutível" (Connell, 2005, p. 77).

Quando as condições que sustentam o patriarcado mudam, os fundamentos do domínio de uma determinada masculinidade se desgastam. Os novos grupos questionam as velhas soluções e constroem uma nova hegemonia. Consequentemente, a hegemonia é uma relação historicamente móvel. Seu fluxo e refluxo são elementos chave da descrição da masculinidade (Connell, 2005, p. 78).

A ideia de que a masculinidade hegemônica pode ser contestada e mudada é essencial para entender como as pesquisas sobre masculinidades e gênero evoluíram ao longo das últimas décadas, confirmando a criação de novos modelos de masculinidade, que exploram diferentes facetas do que significa ser um homem e de como elas se destacam em relação às demais. Entre esses novos modelos de masculinidade, destacam-se a masculinidade negra, a masculinidade transgressora, masculinidade feminista, a masculinidade sensível, transmasculino, entre outros.

4.5 As masculinidades negras

A construção da masculinidade negra é um tema complexo e multifacetado, visto que envolve questões históricas, sociais e culturais. Desde a época da escravidão, a imagem do homem negro foi estereotipada e associada a ideias de mão de obra bruta, virilidade, força física, e agressividade. Esses estereótipos foram usados para justificar a exploração e a opressão dos homens negros, que eram vistos como uma ameaça à ordem social estabelecida. A esse respeito, concordo com Moura (2019, p. 221) quando afirma que “assim como o negro foi marginalizado social, econômico e psicologicamente, também foi marginalizado culturalmente, sendo, por isso, toda a sua produção cultural considerada subproduto de uma etnia inferior ou inferiorizada”. Essa afirmação, possivelmente, está atrelada a um modelo de sociedade do pertencimento, ou seja, pensamos aqui sobre uma irmandade de sujeitos que de alguma forma faz regras, constrange corpos e busca aprimorar traços físicos, biológicos e raciais para se naturalizar e se declarar como masculinos.

Para Connell (1995), a ideia das masculinidades são construtos sociais que se compõem e se reconstróem à luz da história, da cultura e são continuamente marcados sobre relações de domínio. Portanto, não podem ser consideradas como verdades absolutas e permanentes. Nesse sentido, não devemos pensar em masculinidade no singular, e sim masculinidades plurais que coexistem na sociedade de forma fluida e contraditória.

Já segundo Osmundo Pinho (2004), as masculinidades são construídas socialmente de forma que estão definidas como estruturas dominantes, moderadamente subalternizadas e completamente subordinadas aos métodos das representações sociais. Ainda sobre esse aspecto, o mesmo autor diz que , “seria possível falar em masculinidades hegemônicas ou hegemônicas e em subalternas

ou subalternizadas”. Assim, ele também enfatiza que dentro da nossa cultura social, as categorias “hegemônicas e subalternos não estão definidos essencialmente, mas sim como sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação que ocorrem em contextos sociais estruturados, porém abertos à inovação” (Pinho, 2004, p. 65).

Percorrendo um processo contínuo de construção e desconstrução social, é importante para trazer a percepção de que “não existe uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela”, e enquanto se marginaliza e segrega outros tipos de masculinidades, muitos homens são inseridos e socializados, pois “tais formas baseiam-se no poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens individuais que também desenvolvem relações harmoniosas com outras masculinidades” (Kaufman, 1995, p. 125).

Fundamentalmente, interseccionalizar masculinidades e raça se torna primordial para que a pesquisa se substancie, já que “interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”, e que permite a compreensão da “experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global” (Akotirene, 2018, p. 30). De acordo com Mbembe (2014), raça é uma criação ficcional útil, que não deve ser relacionada ao campo biológico. Todavia, é uma concepção usada para classificar os povos, designar organizações não europeias, inferiorizando essas nações que não se enquadram no modelo masculino de homem branco eurocêntrico.

Este autor retrata que a denominação do termo *negro* “foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado”. Sendo o negro um indivíduo estigmatizado e considerado humilhado e sem honra, “na ordem da modernidade, é o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital” (Mbembe, 2014, p. 19).

Então, quando busco refletir sobre a masculinidade negra e o cotidiano do seu espaço em uma comunidade de hegemonia branca, percebo os desafios que estão alinhados ao pensamento de Frantz Fanon quando este reafirma que “no mundo em que me encaminho, eu me recrio continuamente” (Fanon, 2008, p.189). Demanda-se, pois, vários questionamentos, tais como que tipos de masculinidade os negros estão tentando reivindicar nas suas lutas contra séculos de estereótipos racistas numa sociedade colonial e patriarcal.

Alguns questionam se as exigências negras por uma masculinidade satisfatória são refletidas em modelos patriarcais de preponderância de masculinidade branca como modo de combater estereótipos racistas, considerando “que efetivamente, o ‘preconceito de cor’ é uma idiotice, uma estupidez que deve ser banida” (Fanon, 2008, p. 43), pois esse viés tem retroalimentado o racismo nas masculinidades negras.

Nessa perspectiva, faz-se necessário indicar que na luta contra o estereótipo do sexismo e do racismo, o homem negro nunca será desagregado de sua cor, por isso "o negro não é um homem", já que sua cor é um marcador identitário, tornando-o inferior ao suposto padrão do homem branco universal. Sobre essa questão, Frantz Fanon (2008) ressalta que "o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo" (Fanon, 2008, p. 26).

Nessa reflexão, Fanon está discutindo a questão da identidade negra em um contexto de colonialismo e opressão racial. Ao afirmar que "o negro é um homem negro", ele está enfatizando a importância da raça na formação da identidade do negro, sugerindo que a experiência e a percepção de ser negro são centrais para a sua existência. Ao mencionar que o negro se estabeleceu em um universo do qual será preciso retirá-lo, Fanon está apontando para a ideia de que a identidade negra foi moldada e influenciada por um ambiente social e histórico marcado pela opressão, discriminação e desumanização. Ele sugere que essa condição não é natural ou inevitável, mas sim resultado de um contexto colonial específico de injustiça e violência.

Portanto, se faz urgente a necessidade de uma transformação radical desse "universo" opressivo, no qual a identidade negra foi formada, a fim de permitir que o negro se liberte das construções sociais e históricas que o mantêm em uma posição de subordinação e marginalização.

Cabe destacar, que esse ‘preconceito de cor’ está fortemente atrelado a um caráter desumanizador da escravidão, constituindo a base para as edificações racistas sobre a comunidade negra após o período abolicionista. Dessa forma, Silvio Almeida define o racismo “como processo histórico e político,” que “cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (Almeida, 2020, p. 51), por conseguinte:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o

que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (op. cit., p. 20- 21).

Segundo Brah (2006, p. 344), todo tipo racismo traz uma “história específica”, emergido em conjunturas políticas, econômicas, e socioculturais, por meio de construções peculiares e assumem “diferentes formas em diferentes contextos”. O racismo, na elaboração histórica do Brasil, está no processo do branqueamento racial da identidade nacional. Na própria construção da identidade brasileira, teve-se que recorrer a uma série de fragmentos simbólicos que formam um aglomerado de contradições. Segundo Souza (2009, p. 35), a nacionalidade brasileira visa estabelecer uma sensação de companheirismo com os filhos daquele país. É um anexo de símbolos característicos que não constituem basicamente a verdadeira dinâmica das relações sociais, mas são invenções que justificam a sujeição do estado aos seus processos dominantes.

De acordo com Hasenbalg (2005), as diferenças raciais não são unicamente um legado da escravidão, mas um canal de reprodução dos princípios racistas refletidos nas escolhas sociais e atuais, sobre a atribuição de pessoas a posições sociais e oportunidades diferenciadas. Para o autor, o preconceito racial não desapareceu com o término da escravidão, pelo contrário, tornou-se um obstáculo à ascensão social do negro, mantendo-o nas bases das condições periféricas da sociedade. Ele compreende que a raça é um dos critérios mais relevantes para regular os mecanismos de recrutamento para conquistar cargos nas categorias estruturadas (Hasenbalg, 2005, p. 208).

Ao passo que as masculinidades negras são intrincadas e diversas, elas não se restringem a simples denominações estereotipadas e racistas referente aos negros ou simplesmente a sua necessidade de ser uma masculinidade patriarcal supremacista branca. A libertação negra da diáspora passou por debates sobre como nos posicionamos contra o racismo e o patriarcado em nossas vidas cotidianas, tendo em vista que todas as representações do homem negro nas perspectivas de um olhar colonial terão sempre vários arquétipos negativos. Então, Fanon faz um convite a uma “descida aos verdadeiros infernos”, transitando pela “zona do não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rama essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (Fanon, op. cit., p. 26).

4.5.1 Ações Afirmativas e Cotas para Negros na Universidade

As ações afirmativas e cotas para negros são temas que geram bastante polêmicas e discussões no nosso país, pois enquanto uns defendem que essas medidas são necessárias e urgentes, como forma de corrigir as desigualdades históricas e promover inclusão social, outros argumentam que elas são injustas, associadas a esmolas e possui caráter discriminatório.

O sistema de cotas raciais, segundo Tavares (2008), apareceu nos Estados Unidos, em 1961, sob a presidência de John Kennedy, como uma medida de ação afirmativa para combater os efeitos prejudiciais das leis de segregação que vigoraram de 1896 a 1954. Essas leis impediam que os negros frequentassem as mesmas escolas que os brancos americanos, assim como outros espaços, como preconizava o sistema do *apartheid*.

No intuito de suplantar as disparidades socioeconômicas e promover uma maior equidade social, o Brasil adotou, em 2003, o sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras, por meio da Lei de Cotas (Lei nº 10.558). Essa lei determinou que as universidades públicas federais reservassem pelo menos 50% de suas vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, sendo que metade dessas vagas deveria ser destinada a estudantes negros, pardos ou indígenas.

Mas, o que seriam as ações afirmativas? O que seriam as cotas? No Brasil, o conceito de ação afirmativa ainda é bastante desconhecido por ser um conceito recente para a maioria do povo brasileiro, que não tem conhecimento em termo de sua definição e nas suas diversas formas de implementação, fato esse que contribui para a existência de uma visão limitada em relação a questão racial, dificultando e impedindo as discussões mais aprofundadas sobre as relações étnicas no Brasil, bem como a implantação de políticas públicas que levam em consideração a raça.

De acordo com Rocha (1996), as ações afirmativas são ações temporariamente estabelecidas pelo estado de forma voluntária ou coercitiva, com o propósito de mitigar as desigualdades sociais crescentes que foram historicamente aglomeradas ao longo dos anos, assegurando os direitos iguais em oportunidades e condições sociais, reparando as perdas resultantes dos processos discriminatórios e marginalizados,

motivados por questões raciais, étnicos, religiosos entre outros. Portanto, segundo a autora, as ações afirmativas têm como objetivo confrontar as sequelas retidas das discriminações ocorridas no passado, e não necessariamente no presente.

Elas também podem ser consideradas como qualquer projeto, seja ele público ou privado, cujo propósito seja conceder direitos às pessoas pertencentes aos grupos sociais desfavorecidos, promovendo o bem-estar da coletividade. Questões étnicas, religiosas, raciais, ocupacionais, gênero, classe e castas são as esferas mais comumente abordadas por tais políticas, cujas medidas englobam a divisão de recursos pelas ações afirmativas incluindo a participação política, empregos, serviços de saúde, acesso à educação, reconhecimento histórica e cultural (Feres Júnior *et al* 2018).

As ações afirmativas se instituem como processos efêmeros que idealizam uma reparação histórica de discriminação e escravidão no passado do povo preto, ao mesmo tempo em que almejam agilizar os caminhos que levem a igualdade para todos os que estão inseridos nas minorias étnicas raciais, expostas as vulnerabilidades sociais, garantindo a diversidade e o pluralismo social, que é fundamental para uma democracia social. Aqui, pode-se afirmar que elas representam ações concretas que tornam possíveis os direitos à igualdade, caracterizando pelo respeito à diferença e à diversidade, transitando nas igualdades de oportunidades para todos (Piovesan, 2005).

Como resultado das lutas de ações afirmativas para concretizar a universalidade da política nacional em relação às comunidades negras, às quais a política de cotas se evidencia como uma ferramenta essencial que contribui para corrigir as desigualdades históricas oportunizando novas chances de acesso e vivência para o povo negro. Todavia, quando se trata da educação escolar para negros, pesquisas científicas demonstram que ao longo dos anos da história da educação brasileira, os negros sempre foram excluídos das instituições de ensino.

Portanto, posso presumir que o primeiro marco dessa negligência ocorreu com a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo que essa transição ocorrida ao término do século XIX, contribuiu de forma vigorosa para maiores disparidades sociais no acesso à educação, sendo que no século seguinte poucas transformações positivas vieram a acontecer. Dessa forma, a partir de um discurso racista e segregador, pseudo-intelectuais e administradores valeram-se de suas

falácias racialistas para influenciar a exclusão do processo educacional dos negros, retratando-os como “doentes, indolentes e improdutivos” (Carvalho, 1989, p. 101).

As políticas públicas de ações afirmativas para as comunidades pretas ainda têm um longo caminho a percorrer na sociedade brasileira para alcançar os direitos que lhe são cabíveis. Pois, mesmo com todo o esforço dos movimentos sociais negros, nas difíceis batalhas contra o racismo e as desigualdades raciais, ainda encontram extrema resistência das suas pautas pela sociedade atual, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988 incluiu os direitos sociais como valioso marco jurídico para a classe negra, fruto do resultado dos combates e ordenamentos sociais no âmbito da redemocratização, designando também condições sociais, políticas e civis, sendo que nessas condições estão inseridas, o direito a educação, que é universal, gratuita, obrigatória e acessível para todos.

Assim, as instituições sociais públicas ou privadas, precisam de ações afirmativas para efetivar políticas públicas e sociais, pois são extremamente necessárias e obrigatórias para promover a redução e correção das desigualdades que estão historicamente relacionadas e impostas a determinados grupos sociais que são majoritariamente excluídos.

Essas ações afirmativas têm como principal objetivo promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os grupos historicamente marginalizados, em especial os negros e as pessoas de baixa renda, já que na sua forma conceitual de “ação afirmativa” no que concerne as políticas públicas e privadas, tem o compromisso de reparar as consequências do processo discriminatório que historicamente se mantem enraizados nos grupos sociais minoritários (Gomes, 2001).

Dentro das leis jurídicas brasileiras, os direitos sociais são competências cujas ações estão sob a responsabilidade das esferas estaduais que detém o compromisso de concretização e subsistência das políticas públicas e de uma série de atuações estatais que se evidenciam em todo o processo de implementação dos direitos à educação como direito universal para todos.

Como é de conhecimento notório, todo esse ordenamento e preservação desses direitos está expresso na Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 3º dispõe de forma explícita o princípio da igualdade de direitos para todos, cabendo ao Estado a função de executar a promoção do bem-estar social sem quaisquer tipos de preconceitos e ações discriminatórias de origem de raça, cor ou idade (Brasil, 1988).

Tais direitos também podem ser observados em outros documentos legais como no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente e na LDB – Lei de Diretrizes de Base.

No que se refere ao acesso ao ensino superior, no Brasil, é necessário lograr êxito em um exame rigoroso que fora popularmente conhecido como vestibular, todavia, mesmo ocorrendo em instituições públicas e gratuitas, esse modelo de ingresso não conseguiu atender às grandes demandas, uma vez que havia um descompasso entre o número de inscrições e a quantidade de vagas ofertadas, fazendo com que a universidade fosse uma perfeita representação social da elite branca brasileira.

Em 1988 foi criado o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio - com a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos ao término da escolaridade básica. Mas foi somente em 2004 que ele teve a sua importância valorizada e aumentada, quando o MEC estabeleceu o Programa Universidade para Todos (ProUni) e associou a adesão de bolsas de estudo às faculdades privadas, mediante os resultados da nota do exame obtido (Brasil, 2005). A participação se expandiu à medida que o ENEM passou a ser visto como um passaporte para as instituições privadas de ensino superior.

Nas últimas décadas, o Brasil tem proposto uma série de mudanças e reformulações das normas sociais, no intuito de granjear maior equidade por meio da implantação de formatos de instituições de ensino superior, novos modelos de grade curricular e novas condições de políticas públicas de inclusão ProUni – Lei nº 11.096/2005, reformulada pela Lei nº 11.509.

Destaco, sobremaneira, a acentuada importância das estruturas legais afirmativas outorgadas a partir do ano de 2003, com ascensões relevantes nas esferas históricas políticas como a Lei 10.639/03 (Ensino Obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), a Portaria de Igualdade Racial (Lei nº 12.228/2010), a Lei de Reserva de Vagas Universitárias, cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Despacho Normativo nº 18, de 11 de 2012 e decreto nº 7.824 de 2012 (determina a lei de reserva de vagas).

O debate em torno das dificuldades e desigualdades na ascensão ao ensino superior público brasileiro resultou na anuência da Lei 12.711/2012, mais popularmente conhecida como "Lei de Cotas". Seu propósito versa em expandir as oportunidades e possibilidades sociais e educacionais por meio de ações democráticas que permitam ao estudante o ingresso ao ensino superior público

(Souza et al., 2021). Essa lei estabeleceu a reserva obrigatória de vagas nas Instituições Federais de Ensino - IFES para os alunos todas as instituições escolares públicas, com critérios de renda baixa e de origem étnico-racial (pretos, pardos e indígenas) e para PCD - pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

A "Lei de Cotas" marca um avanço nas lutas contra o racismo, uma vez que reformula a estrutura do sistema social. A partir dessa lei, ocorre o empoderamento de coletivos universitários pretos, bem como de pesquisas e pesquisadores nos campos das afinidades étnico-raciais, além da solidificação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) nas universidades (Guimarães *et al*, 2020).

De acordo com Bertúlio, Duarte e Silva (2011), o programa de cotas para o Ensino Superior (público e privado) é uma ferramenta poderosa para incluir socialmente grupos minoritariamente excluídos. Essas ações afirmativas são diligências específicas e transitórias que têm como finalidade diminuir e minimizar um passado histórico de discriminação, acelerando assim o método de consolidação da igualdade social e alcançando a equidade material para os grupos marginalizados e vulneráveis, como minorias étnicas, raciais, mulheres e outros grupos sociais.

Wanderley (2007) argumenta que as cotas, como uma forma de ação afirmativa, são uma exceção ao princípio constitucional da igualdade e, por significarem uma exceção a um princípio tão precioso, devem satisfazer duas condições basilares de legitimidade e validade quais sejam: relevância social e provisoriedade. Em relação à relevância social, sustenta-se que toda ação afirmativa deve ter uma relevância para a sociedade com a finalidade de promover a equidade.

O sistema de reserva de vagas nas universidades representa uma iniciativa afirmativa conforme a concepção de Munanga (2001, p. 31), pois busca proporcionar aos grupos discriminados e abandonados um tratamento especial para contrabalançar as desvantagens resultantes de sua condição como vítimas de racismo e outras maneiras de métodos discriminatórios.

Diante dessas reflexões posso concluir, então, que as cotas são todos os tipos de políticas públicas de inclusão social que visam promover a igualdade de oportunidades em áreas como educação, trabalho e cultura. No contexto das universidades brasileiras, as cotas, como produto das ações afirmativas, são medidas para garantir que os estudantes negros e de baixa renda tenham acesso à educação superior, o que historicamente lhes fora negado.

Já as ações afirmativas, que não se limitam apenas em cotas para negros, são políticas públicas que visam a correção das desigualdades e discriminações históricas e estruturais, promovendo a inclusão dos grupos socialmente excluídos em diversas áreas, como as educacionais, trabalhistas e culturais. No caso das cotas para negros nas universidades do Brasil, as ações afirmativas têm o objetivo de garantir o acesso desses estudantes ao ensino superior, considerando que historicamente eles foram impedidos de terem acesso às mesmas oportunidades que os brancos.

Uma das principais críticas às cotas para negros na universidade brasileira é a ideia de que elas promovem uma espécie de discriminação reversa, privilegiando um grupo em detrimento de outros. Essa visão desconsidera o fato de que as cotas têm como objetivo corrigir desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos minoritários, como os negros.

Uma corrente de pensamento contrária às cotas raciais ganhou destaque nos principais jornais e revistas do país (Guimarães, 2008, p. 124). Segundo essa corrente, qualquer pessoa que se dedica aos estudos é capaz de ingressar em uma universidade. Na visão adotada por esse grupo, a reserva de vagas implica na violação do princípio de igualdade entre *todos*, como estabelecido pela Constituição Federal brasileira, já que essa argumentação incita uma efetiva igualdade entre todos sem distinção.

Outra crítica bastante comum é de que a “Lei de Cotas” compromete a qualidade do ensino superior, com uma imaginável redução na qualidade do ensino em detrimento do desempenho do cotista (Garcia; Jesus, 2015), ao permitir que estudantes menos qualificados ingressem nas universidades. No entanto, estudos demonstram que essa visão não se sustenta, já que os alunos cotistas têm desempenho acadêmico semelhante ou até mesmo superior ao dos demais alunos, e já demonstravam esses identificadores efetivos antes mesmo dessas políticas de Leis de Cotas (Vieira *et al*, 2019).

Apesar das críticas e dos desafios enfrentados na implementação dessas políticas, os estudos mostram que elas têm um impacto positivo tanto para os estudantes cotistas quanto para a qualidade do ensino nas universidades. Portanto, é fundamental continuar aprimorando essas políticas para garantir uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Pereira (2012), o Sistema de Cotas aprovado não resolve o problema estrutural da educação superior, no Brasil, tanto pública quanto privada.

Além disso, essa não é a intenção do sistema. É imprescindível e necessário melhorar a qualidade do ensino público, oferecer incentivos financeiros para que crianças de baixa renda permaneçam na escola e implementar todos os mecanismos possíveis para promover a igualdade de oportunidades desde o início da educação básica.

A implantação de cotas para negros tornou-se um longo combate de natureza reformista e de caráter democrático, que educa ou mobiliza os negros politicamente, e acima de tudo, questiona a secular opressão racial desse país. O pensador marxista e líder revolucionário, Leon Trotsky, no folheto "Programa de Transição" (1989), enfatiza que é necessário saber combinar demandas específicas e gerais; é preciso abraçar um programa mínimo em que, por meio de medidas transitórias, sinalize para um programa máximo que rompa com as estruturas do sistema.

Portanto, ao optar por implementar um programa de ações afirmativas, o Estado, por meio da universidade brasileira, não apenas busca corrigir os equívocos decorrentes dos 500 anos de colonialismo e escravidão, mas também a ação de reconhecer a necessidade de valorizar a população negra tanto no âmbito individual quanto social. Assim, é evidente a consciência de que a identidade pode ser moldada positiva ou negativamente ao longo das interações com outros indivíduos e para que isso aconteça é crucial que existam constantes ações políticas de igualdade e reconhecimento mútuo (Santos, 2006b, p. 20).

4.5.2 Raça, Racismo e suas Implicações

No final do século XV, o termo raça passou a ser usado com o sentido de conjunto de características inatas do ser humano, aplicado inicialmente aos reis e seus descendentes. Foi a partir de 1550, conforme afirmação de Boule (2005), que esse conceito foi estendido para a nobreza, diferenciando os novos nobres, titulados pelo rei, das pessoas comuns. Essa ideia de raça como uma diferenciação entre grupos humanos ganhou força ao longo dos séculos seguintes, principalmente durante o período colonial e imperialista.

No campo da ciência, o termo raça começou a ser utilizado originalmente por Carl Von Linné, no século XVIII, para classificar espécies animais e vegetais. No entanto, ao longo do tempo, o conceito de raça foi estendido para os seres humanos. Assim, entendo que concepção de raça, como forma de hierarquizar os grupos humanos, tem suas raízes históricas na época da colonização e escravidão, quando

os europeus do século XIX utilizavam essa ideia para justificar a exploração e dominação de outros povos, perpetuando uma visão distorcida que foi se propagando ao longo dos séculos e reforçada por teorias pseudocientíficas que tentavam legitimar a superioridade de determinados grupos étnicos.

Nesses termos, o conceito de raça emerge por meio do negro no horizonte da análise científica de Octavio Ianni (1978) ao nos conduzir para uma reflexão de que o negro aparece ao branco, e a si mesmo, como um tipo social cuja sociabilidade e cultura apresenta características que o diferencia do branco. “Algumas de suas atividades, bem como os valores que as organizam, parecem diferenciar e discriminá-lo, a ponto de transformá-lo em um problema ou desafio para o branco e para si mesmo” (Ianni, 1978, p. 52). Isso porque o branco procura encontrar em si mesmo as razões do distanciamento social, sendo que essa percepção do que é diferente e problemático para os brancos está enraizada numa construção social histórica que perpetua estereótipos e preconceitos.

Ianni (1978), evidencia que a sociedade branca, em muitos aspectos, atribui características negativas aos negros, tais como inferioridade intelectual, criminalidade ou promiscuidade. Se por um lado, os negros se esforçam para compreender como as suas ações, pensamentos e não privilégios, contribuem para perpetuar as desigualdades e as discriminações; por outro lado, eles buscam navegar e se posicionar no tecido social, no qual, muitas vezes, são vistos como diferente, distante ou discriminados pelos brancos. Na contramão, os negros pretendem compreender como a sua identidade é moldada pela forma como são percebidos e tratados pelos outros, especialmente pelos brancos, uma vez que para se identificar é preciso aceitar passiva ou criticamente, a identidade imposta pelas pessoas brancas. Eis aqui o cerne do tenso universo social no qual o indivíduo aparece como um problema para o equilíbrio social, para si mesmo e para o cientista social.

O autor reforça que a identidade da comunidade branca "contém um reflexo da identidade que ela imputa ao negro" (Ianni, 1978, p. 52). Portanto, é fundamental que as pessoas brancas reconheçam que sua percepção das pessoas de cor é influenciada por estereótipos discriminatórios, construídos a partir de suas próprias crenças e visões arbitrárias. Esse reconhecimento é crucial para desafiar e dismantelar os preconceitos arraigados, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa. Ao entender como suas próprias identidades são moldadas em relação às identidades dos outros grupos, as pessoas brancas podem se engajar em um

processo de autorreflexão e desconstrução de privilégios, contribuindo assim para a construção de uma comunidade mais inclusiva e respeitosa para todos.

Após o término do longo período escravocrata no Brasil, que não foi seguido por políticas eficazes de integração, agravou-se consequências mais profundas para os ex-escravizados e para a sociedade em geral. Sem a preparação ou apoio adequado, esses indivíduos foram deixados à mercê de uma sociedade que ainda mantinha estruturas de poder desiguais, pois gerou uma situação na qual enfrentaram dificuldades significativas para se inserir plenamente na sociedade em transformação, enquanto a sociedade como um todo lutava para lidar com as complexas ramificações do legado escravocrata. O próprio Estado não se encarregou com responsabilidades que os preparassem para um novo estilo de vida e de organização do trabalhador (Fernandes, 2008).

A ausência de medidas efetivas, para a integração dos libertos na sociedade capitalista emergente, resultou em uma série de desafios e dificuldades enfrentadas por eles. Sem acesso à educação formal, treinamento profissional ou oportunidades econômicas significativas muitos ex-escravizados foram forçados a continuar trabalhando nas mesmas condições precárias que experimentaram durante a escravidão.

Apontados como mão-de-obra negra desclassificada, foram substituídos pelos imigrantes europeus repercutindo consequências profundas para a sociedade negra brasileira. Ao serem excluídos do trabalho competitivo, os trabalhadores negros foram privados de oportunidades de ascensão social e econômica. Isso perpetuou um ciclo de desigualdade e marginalização que ainda é proliferado nos dias atuais.

A desqualificação dos trabalhadores negros para o mercado de trabalho não foi apenas uma questão de falta de habilidades ou competências, mas sim resultado de um sistema estrutural racista que operava no Brasil. A ideia de que a mão-de-obra europeia era superior à africana ou afrodescendente era baseada em estereótipos racistas e preconceituosos, visto que a exclusão dos trabalhadores negros do mercado competitivo também teve impactos na construção da identidade negra.

Segundo Clóvis Moura (1988), a referida exclusão é causada diretamente pela forma como a classe dominante se identifica como branca. Se por um lado, essa autoidentificação leva à eleição do branco europeu como o tipo ideal que representa a superioridade étnica; por outro lado, o não-branco é constantemente doutrinado com

um estereótipo negativo e inferior, tanto do ponto de vista étnico como cultural (Moura, 1988, p. 62).

Tal visão distorcida e discriminatória perpetua um sistema de opressão que marginaliza e exclui os negros, limitando-os em suas oportunidades e reforçando desigualdades sociais, justamente ao serem constantemente associados às características negativas e inferiores; os negros são privados do reconhecimento de sua identidade étnica e cultural, além de serem submetidos a um processo de marginalização e de exclusão, afetando-lhes a autoestima e senso de pertencimento, perpetuando um ciclo de desvalorização e subjugação.

Seguindo com o objetivo de alcançar um branqueamento no país, promover a miscigenação racial e, ao mesmo tempo, eliminar a presença negra na sociedade, os governos pós-abolição incentivaram a imigração em massa de europeus, oferecendo-lhes vantagens e benefícios para que estes se estabelecessem no país. Essa busca por mão-de-obra europeia tinha como intuito não apenas "limpar" a nação da presença negra, mas também disseminar uma cultura considerada "superior".

No entanto, a política de branqueamento não se limitou apenas à imigração. Ela também se manifestou por meio de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, a partir da imposição de padrões estéticos eurocêntricos e da valorização da pele clara, solidificando e estabelecendo as bases do racismo, promovendo a branquitude como padrão superior a ser alcançado, e a raça negra como uma espécie inferior na escala de valores morais e sociais (Moura, 1988).

A partir dessas reflexões, fica evidente que esse processo de branqueamento no Brasil teve início durante o período colonial, quando a elite branca europeia buscava consolidar seu poder e privilégios, utilizando-se da miscigenação forçada entre colonizadores brancos e as populações indígenas e africanas. Assim, foi criado um padrão fenotípico de referência que privilegiava características europeias, como a pele clara e os traços finos, perpetuando a construção de um modelo fenotípico de referência tinha como objetivo reforçar a ideia de superioridade racial branca, legitimando assim a supremacia racial branca.

Nessa ótica, cito os estudos de Bento (2002) que levantam uma questão importante sobre a construção social da branquitude. Conforme o autor, o branco não é apenas visto como um sujeito no desenvolvimento de branquitude, mas sim como uma espécie perfeita de humanidade. Isso implica que a sociedade atribui

características positivas e desejáveis aos indivíduos brancos, enquanto outras comunidades raciais são classificadas como "não tão humanos".

Para Grada Kilomba (2019), "no mundo conceitual branco", o sujeito negro é identificado como objeto "ruim". Essa concepção do sujeito como objeto "ruim" no mundo, reflete a maneira como a sociedade branca tem historicamente reprimido e estigmatizado certos aspectos da humanidade. A "agressividade e a sexualidade" são exemplos desses aspectos que foram transformados em "tabu" (Kilomba, 2019, p. 37).

A sociedade branca, ao longo dos séculos, construiu uma narrativa que associa a agressividade e a sexualidade com o "outro", com o diferente, com o não-branco. Narrativa esta que perpetua estereótipos racistas que desumanizam as pessoas negras, retratando-as como seres perigosos e hipersexualizados ao longo da história. Essa forma de pensar tem raízes profundas no colonialismo e na escravidão, na qual os corpos negros foram objetificados e explorados nas suas diversas formas de opressão, de um racismo até então não conceituado etimologicamente.

O racismo não apareceu de repente, ele é o resultado de um processo prolongado de desenvolvimento, que foi se manifestando e se fortalecendo gradualmente, por meio da opressão, colonização e exploração das comunidades colonizadas. Durante esse período, as potências coloniais estabeleceram e impuseram sua suposta superioridade racial e cultural sobre os povos nativos, utilizando o fator racial como justificativa para subjugar, escravizar africanos, e perpetrar tratamentos desumanos contra os povos indígenas nas suas colônias como padrão de dominação fundamental para sustentar e expandir os impérios coloniais, enquanto perpetuava um sistema de opressão que marginalizava e explorava grupos étnicos vulneráveis.

A partir do pensamento da Djamila Ribeiro (2019), na obra *Pequeno Manual Antirracista*, entendo que o racismo é um sistema complexo e arraigado que vai além das ações individuais de uma pessoa baseado na sua conclusão ao afirmar que o racismo "é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo" (Ribeiro, 2019, p. 12). Ele se manifesta por meio de estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam a discriminação racial e negam direitos básicos às pessoas de determinadas raças, pois ao entender o racismo como um sistema de opressão, reconheço que ele não depende apenas da vontade individual de alguém ser racista ou não. Embora as atitudes racistas possam

ser expressas por indivíduos, elas são alimentadas e reforçadas por instituições e normas sociais que privilegiam certos grupos raciais em detrimento de outros.

É preciso dizer que as formas de racismo estrutural permeiam diversos aspectos da sociedade, manifestando-se em disparidades no acesso à educação, saúde, moradia, bem como em práticas discriminatórias consideradas normatizadas, que ocorrem no mercado de trabalho e no cotidiano social. Essa realidade persistente reflete uma desigualdade arraigada, que continua a impactar negativamente os grupos racialmente marginalizados, perpetuando um ciclo de injustiça social e econômica.

Consequente, o racismo, na condição de sistema opressor, é uma prática diária e difundida, uma vez que está enraizado nas estruturas sociais e institucionais, manifestando-se de diversas formas, desde atitudes sutis até ações explícitas de discriminação racial. Infelizmente, essa realidade é onipresente, ou seja, está presente em todos os aspectos da vida cotidiana.

Para aprofundar o termo conceitual de racismo, lanço mão da definição de Silvio Almeida (2019). Este autor afirma que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 45). Tal forma de discriminação racial encontra-se enraizada em ideias e crenças que atribuem características negativas ou positivas a determinados grupos raciais, visto que essas são ideias perpetuadas por meio de estereótipos, preconceitos e discriminações presentes em diversas esferas da sociedade, podendo se manifestar de maneira explícita ou sutil.

Almeida (2019) deixa evidente, no livro “O que é o Racismo Estrutural”, que apesar de existir uma ligação entre os conceitos de racismo, preconceito racial e discriminação racial é importante reconhecer que eles são distintos e têm características próprias. O preconceito racial é “o juízo baseado em estereótipos” sobre pessoas de um grupo racial específico, podendo levar ou não, a atos de discriminação. Enquanto que a discriminação racial acontece quando pessoas de diferentes raças recebem tratamentos distintos “a membros de grupos racialmente identificados”.

Se por um lado o racismo é um fenômeno de sistema bastante complexo que envolve tanto comportamentos individuais quanto crenças e ideologias coletivas; por outro lado, ele se manifesta por meio de ações de discriminação e preconceito racial

contra pessoas de diferentes raças, baseadas em características físicas observáveis, como cor da pele e tipo de cabelo, revelando atitudes que podem ser motivadas por aversão ou até mesmo ódio em relação a esses grupos.

É importante dizer que o racismo também está enraizado em ideias e imagens que perpetuam a crença na existência de raças superiores e inferiores simbolizadas em concepções construídas socialmente ao longo do tempo e que podem ser reforçadas por instituições, mídia e discursos políticos, já que o racismo não se limita apenas a atitudes individuais, mas também se manifesta em estruturas sociais.

Para Grada Kilomba (2019), o racismo na essência é uma realidade violenta, pois na sua construção da diferença o sujeito é percebido como “diferente” por causa de sua raça de origem ou de natureza religiosa. No entanto, a autora nos instiga a indagar: quem é “diferente” de quem? Seria a pessoa negra “diferente” da pessoa branca ou o contraditoriamente, temos o branco “diferente” do negro? Somente se transfigura “diferente” posto que se “difere” de uma categoria que detém o poder de se estabelecer como norma - "a norma branca". Dessa forma, todas as pessoas que não são brancas são consideradas “diferentes” (Kilomba, 2019, p. 75).

Diante dessas reflexões, fica perceptível que a associação entre o preconceito e o poder resulta na formação do racismo. E, como já foi descrito anteriormente, o racismo é um sistema de poder, como está exemplificado na fala da autora ao dizer que “(...) o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (Kilomba, 2019, p. 76). Portanto, apenas aqueles que pertencem ao grupo racial dominante podem ser racistas, pois possuem o poder institucional para discriminar e oprimir outros grupos.

Essa perspectiva destaca a importância do contexto histórico e social na compreensão do racismo, ao reconhecer que certos grupos raciais têm sido historicamente marginalizados e subjugados, essa visão argumenta que eles não têm a capacidade de exercer o mesmo tipo de poder e influência sobre os brancos. No entanto, é importante ressaltar que essa visão não nega a existência de preconceito ou discriminação entre diferentes grupos raciais. Ela simplesmente enfatiza que o preconceito e a discriminação racial são fenômenos reais e persistentes em nossa sociedade.

Neste trabalho, é necessário reforçar que o racismo é um sistema estrutural enraizado na sociedade e que ele perpetua desigualdades e injustiças com base na cor da pele, pois entendo esse sistema como uma forma de opressão que é

perceptível que ele não apenas prejudica as pessoas racializadas, mas também beneficia aqueles considerados brancos, estabelecendo privilégios evidentes ou sutis, manifestando-se em oportunidades negadas a pessoas não brancas ou em tratamentos diferenciados baseados na raça. Sendo assim, é importante ressaltar que a luta contra o racismo não é uma questão de nós contra eles, mas sim um esforço em conjunto para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.5.3 Definindo a Homofobia

O conceito de homofobia, segundo Daniel Borrillo (2009), apareceu inicialmente nos EUA no ano de 1971, mas foi somente a partir da década do ano de 1990 que essa terminologia passou a englobar os dicionários europeus. O autor enfatiza que homofobia se configura muito além da simples “hostilidade” ou ódio em relação aos homossexuais. Ela se manifesta de diversas formas arbitrárias, desde a discriminação e exclusão social, até a violência física e verbal. Possui raízes profundas em preconceitos e estereótipos negativos sobre a orientação sexual, resultando em uma marginalização sistemática da comunidade LGBTQIAPN+.

A homofobia se manifesta como um sistema de opressão, exclusão e violência que se intensifica em cada cultura e estrutura social local. Esse tipo de preconceito precisa ser analisado em conjunto com outras formas de discriminação, como o racismo, por exemplo. Ela não pode ser analisada isoladamente, pois está intrinsecamente ligada a outros sistemas de opressão. O racismo, por exemplo, é uma forma de discriminação baseada na cor da pele ou na origem étnica das pessoas. Quando combinado com a homofobia, cria-se uma realidade ainda mais difícil para as pessoas LGBTQIAPN+ que também são racializadas.

Nesse ponto, Daniel Borrillo (2010) é inflexível ao destacar que a homofobia se nutre da mesma lógica que as demais manifestações de violência e subjugação: "desumanizar o outro e torná-lo inexoravelmente diferente" (Borrillo, 2010, p. 9). A ideia de que a desumanização torna o outro "inexoravelmente diferente" sugere que essa percepção de diferença é persistente e profundamente arraigada, alimentando divisões sociais, impedindo a empatia e o entendimento mútuo, visto que desumanizar alguém é retirar dela a natureza da humanidade, o que pode levar a uma série de

consequências, tais como justificar tratamentos desumanos de violência, discriminação, segregação e opressão.

Para Junqueira (2007), a homofobia é um “conjunto de emoções negativas, como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo”, que frequentemente levam a preconceitos e ações discriminatórias contra “pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros” (Junqueira, 2007, p. 59-69). O autor destaca que a homofobia não é apenas uma questão de sentimentos individuais, mas também pode se manifestar em várias formas sistêmicas de discriminação e violência contra essas comunidades, tornando-se prejudicial que gera impactos negativos e significativos na vida social, mental e no bem-estar das pessoas LGBTQIAPN+.

O comportamento discriminatório também se estende a travestis e transexuais, alvos específicos da intolerância de gênero. Além disso, a homofobia também afeta pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos padrões tradicionais de masculinidade e feminilidade impostos pela sociedade. Essa forma de discriminação, baseada na orientação sexual ou identidade de gênero, é prejudicial não apenas para as vítimas diretas, mas também para toda a sociedade, pois perpetua estereótipos de violência e discriminação.

Borrilo (2010), enfatiza que a “homofobia é um fenômeno complexo e variado”, que se manifesta de diferentes maneiras em nossa sociedade, observadas em “piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado” (Borrilo, 2010, p. 75), perpetuando estereótipos negativos, reforçando assim a discriminação.

Essas formas mais sutis de homofobia podem parecer inofensivas à primeira vista, mas contribuem para a marginalização e exclusão dos indivíduos LGBTQIAPN+. No entanto, a homofobia também pode assumir “formas mais brutais” e extremas. Um exemplo histórico disso foi o genocídio ocorrido durante o regime nazista na Alemanha, no qual milhares de pessoas LGBTQIAPN+ foram perseguidas, presas e exterminadas nos campos de concentração, sendo este um episódio trágico que retrata como a homofobia pode levar a morte de pessoas apenas por seu modo de existir.

Ainda é importante ressaltar que o uso do termo homofobia não se limita apenas a emoções negativas. Ele também abrange atitudes discriminatórias, preconceituosas e violentas direcionadas a pessoas com orientação sexual que não seguem o suposto padrão heteronormativo. Ela pode se manifestar de diversas formas, desde comentários ofensivos, piadas pejorativas, agressões físicas e até

exclusão social. Em muitos casos, essas atitudes de emoções e repulsa podem ser interpretadas como uma forma de defesa inconsciente contra a possibilidade de ser homossexual. A pessoa homofóbica pode sentir medo de descobrir sua própria orientação sexual ou temer o julgamento dos outros, caso a identifique como homossexual.

A prática de atos para evitar homossexuais e situações relacionadas ao seu universo, assim como a repulsa em relação às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, são sintomas claros de homofobia refletidas em preconceitos arraigados a uma falta de compreensão e aceitação da diversidade sexual, tornando-se prejudiciais para a convivência social respeitosa.

Percorrendo os pensamentos de Guacira Louro (2004), faz-se necessário pontuar que a homofobia, para este autor, opera ao atribuir qualidades negativas como defeituoso ou abjeto a indivíduos homossexuais ao sugerir que a homofobia também pode se manifestar como um medo de perder a identidade de gênero, especificamente o medo de deixar de ser visto como um homem ou mulher “real” ou “autêntico” (Louro, 2004, p. 28-29).

A declaração de Louro implica na percepção de gênero que está profundamente enraizada e rígida socialmente, levando à discriminação contra aqueles que não se conformam com as normas tradicionais de gênero. Os indivíduos homofóbicos podem ver a homossexualidade como uma ameaça à sua própria compreensão do gênero, temendo que a aceitação de diversas orientações sexuais que desafiam o conceito binário de homem e mulher ameacem os padrões heteronormativos.

A noção de “terror em relação à perda de gênero” sugere que a homofobia decorre de um medo irracional de se desviar das expectativas da sociedade, medo este que se pode manifestar de várias formas de preconceito, discriminação e violência contra indivíduos LGBTQIAPN+.

Independentemente de ser uma escolha pessoal ou uma característica inerente ao desejo erótico por indivíduos do mesmo sexo, é importante reconhecer e respeitar tanto a homossexualidade quanto heterossexualidade. Além disso, é importante reconhecer também que a orientação sexual não define o valor de uma pessoa ou sua capacidade de contribuir para a sociedade, pois a diversidade sexual é uma parte natural da condição humana e deve ser respeitada e protegida.

Ao afirmar que os comportamentos homoeróticos devem ser protegidos como qualquer outra manifestação da vida privada representa a defesa do direito à intimidade e à liberdade individual. Assim, reafirmo que cada indivíduo tem o direito de viver sua sexualidade de acordo com suas preferências, desde que seja consensual e não prejudique outras pessoas.

Portanto, é fundamental combater a homofobia por meio da educação, conscientização e promoção da igualdade de direitos. É necessário criar um ambiente seguro e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

5. A PRETITUDE COLORINDO OS ESPAÇOS ACADÊMICOS

A presença da negritude na universidade é uma questão de fundamental importância que merece toda a atenção, pois muitas vezes é relegada a segundo plano ou até mesmo ignorada; enquanto isso, a cultura acadêmica branca é elevada ao status de norma predominante que está associada à falta de inclusão e engajamento, tendo em vista que ao longo da história as pessoas negras têm enfrentado barreiras significativas para acessar e permanecer no ensino superior e, uma vez dentro das instituições, muitas vezes, deparam-se com ambientes hostis e carentes de representatividade, deparando-se com verdadeiros obstáculos para permanecer nos espaços universitários.

Dado o exposto, bell hooks (2003) faz um convite para que se reflita em torno das questões das desigualdades educacionais e dos impactos que um ambiente hostil pode exercer sobre os estudantes negros. Ela sugere que, em muitos casos, a educação é associada à ansiedade e ao estresse devido à falta de inclusão e representatividade nos currículos e nas práticas educacionais, e como resultado, alguns estudantes negros podem perder a fé no potencial transformador da educação.

A autora afirma que “a educação como prática da liberdade nunca esteve disponível para nenhum grupo significativo de negros.” (hooks, 2003, p. 83). Seus argumentos se baseiam na ideia de que a promessa da educação como uma ferramenta de libertação e empoderamento nunca foi cumprida para muitos negros, devido às estruturas de opressão e injustiça que permeiam o sistema educacional. Essa afirmação destaca a urgência de abordar as desigualdades sistêmicas e de trabalhar para criar sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos, nos quais

todos os grupos tenham acesso igualitário a oportunidades de aprendizado significativas.

Nesse contexto, é importante reconhecer que a presença de pessoas negras na universidade não é apenas uma questão de representatividade superficial, mas sim uma forma de resistência e transformação. Portanto, para promover efetivamente a negritude na universidade, é necessário um compromisso institucional sólido com a diversidade e a inclusão. O que implica não apenas reconhecer a importância da presença de pessoas negras nas universidades, mas também valorizar e integrar o conhecimento produzido por autores e autoras negras nos currículos acadêmicos.

Os atos de reconhecimento e valorização da presença negra nos espaços acadêmicos podem construir uma universidade verdadeiramente plural e democrática, capaz de refletir a riqueza e a complexidade da sociedade em que vivemos, criando espaços essenciais, seguros e acolhedores, para que as vozes marginalizadas, incluindo aquelas das pessoas negras, possam ser ouvidas e valorizadas.

5.1 Os Desafios de ser Negro na Universidade

A educação superior é frequentemente vista como um trampolim para a ascensão social e o sucesso profissional, no entanto, muitos estudantes negros enfrentam desafios únicos ao ingressar na universidade devido às diversas formas de racismo e preconceito, já que ser negro na universidade exige enfrentamentos diários, visto que a universidade é um ambiente complexo e desafiador, especialmente para os ingressantes. Tais desafios, nos dizeres de Fanon (2008), já formam na vivência habitual, mas que podem variar de acordo com o curso, instituição e experiência individual desses sujeitos e suas identidades, pois emerge a necessidade de não ser “escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas da minha aparição” (Fanon, 2008, p. 108).

Analisando o ensino educacional brasileiro, é possível perceber uma estrutura fechada de oportunidades, resultado de um sistema elitista desde sua origem. A educação sempre foi voltada para atender às demandas das classes mais privilegiadas, deixando de lado as necessidades e realidades das camadas mais pobres da população, provocando uma exclusão educacional que está refletida nos baixos índices de participação da população negra nos diferentes níveis de ensino, já

que a discriminação educacional é uma realidade que impede o acesso desses indivíduos.

Sobre essa reflexão, nas palavras de Hasenbalg (2005), a educação no Brasil reproduz e perpetua as desigualdades sociais existentes, principalmente no que diz respeito à população negra. Apesar do sistema educacional ter sido um meio de ascensão social para essa parcela da população, “a discriminação educacional juntamente com a discriminação racial”, presente na educação, ainda se mostra ineficaz, contribuindo assim para produção da “exclusão virtual dos não brancos das escolas secundárias e das universidades” (Hasenbelg, 2005, p. 193), em vez de atuar na promoção da igualdade de oportunidades.

De acordo com Silva (1995), as práticas escolares também podem impactar penosamente os negros ao reforçar estereótipos e imagens de subalternidade, com sérias consequências para sua dignidade e na construção de sua identidade, já que esses fenômenos tendem a contribuir para manter os estudantes negros longe das oportunidades que a escolaridade bem-sucedida poderia trazer ao seu futuro acadêmico.

Essa realidade dificulta o processo de construção de uma identidade positiva para os estudantes negros, uma vez que eles são constantemente confrontados com mensagens que reforçam e internalizam a ideia de que são inferiores, devido a perpetuação de estereótipos racistas. A falta de uma representatividade e a invisibilidade da cultura negra, no currículo escolar, contribuem para a marginalização de estudantes negros que sentem desvalorizados, excluídos e com o sentimento de não pertencimento àquele lugar.

Nesse íterim, cabe-me então perguntar o que é ser negro e o que é identidade. Aqui, busco algumas definições literárias pelas quais percebo que se declarar negro, não é tão natural como se espera, tendo em vista que a identidade negra é um processo a ser construído historicamente, às margens de uma sociedade que reverbera um racismo velado.

Neusa Sousa (1990), relata que “ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças”. Nessa direção, é preciso dizer que se é marginalizado e excluído em todos os ambientes, é primordial que se “reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tomar-se negro” (Sousa, 1990, p. 82). Esta autora ainda fala que constantemente a população negra

fora “violentado” de forma injusta, “continua e cruel, sem pausa ou repouso”, a partir de uma dupla imposição que é “a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Sousa, 1990, p.11).

Para Grada Kilomba (2019), "no mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto "ruim", sendo que essa concepção na sociedade hegemônica reflete a maneira de como a população branca tem historicamente "reprimido" e estigmatizado certos aspectos da humanidade, como a "agressividade e a sexualidade", que são exemplos desses aspectos que foram transformados em "tabu" (Kilomba, 2019, p. 37).

A partir dessa reflexão, fica entendido que a branquitude, ao longo dos séculos, construiu uma narrativa que associa a agressividade e a sexualidade com o "outro", com o diferente, com o não-branco, e essas narrativas perpetuam estereótipos racistas que desumanizam as pessoas não-brancas, retratando-as como seres perigosos e hipersexualizados. Essa forma de pensar tem raízes profundas no colonialismo e na escravidão, no qual os corpos negros foram por muito tempo objetificados e explorados.

Conforme acontece a apreensão de tais questões, entender o termo de identidade é algo complexo que não pode ser compreendido doravante um único conceito, pois sua constituição está relacionada ao ambiente em que o sujeito é entreposto, sofrendo alterações de fatores culturais, sociais, étnicos, econômicos e políticos. Munanga (1994) sobre identidade, destacou-se que:

(...) é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (Munanga, 1994, p. 177-178).

Stuart Hall (1997) argumenta que as identidades sociais são construídas nos corpos por meio de representações culturais. Isso significa dizer que a compreensão de quem se é e de como se dão os relacionamentos é moldada pelos símbolos culturais, imagéticos e discursivos que permeiam a sociedade. Tais representações não só refletem as normas e valores sociais existentes, mas também desempenham um papel crucial na sua reprodução e transformação.

Mais tarde, Hall (2006, p. 13) ainda justifica que a identidade "unificada e coerente" é uma ilusão. Nesse sentido, a identidade não é algo fixo e imutável, mas sim um processo contínuo de construção e fortalecimento ao longo da vida. É formada por múltiplas influências, como a cultura, o contexto social, as experiências pessoais e as relações estabelecidas com os outros. Para este autor, "as velhas identidades são desestabilizadas pelo novo que faz surgir novas identidades no contexto contemporâneo" (Hall, 2006, p. 7).

Dessa forma, a identidade de uma pessoa não pode ser reduzida a uma única característica ou grupo de características. Ela é complexa e multifacetada, sendo moldada pelas interações sociais e pelos diferentes papéis desempenhados em diferentes contextos. As relações estabelecidas pelos sujeitos, ao longo da vida, desempenham um papel fundamental na construção da identidade e, por meio dessas interações, os indivíduos aprendem sobre si e desenvolvem suas habilidades.

Percorrendo essa mesma ideia, Tomaz Tadeu da Silva (2000) destaca que as identidades incorporam elementos e ambiguidades depositadas no cerne da linguagem com identidades que são construídas mediante sistemas simbólicos e representações culturais que estão presentes na linguagem. Elas não são fixas ou estáticas, mas sim fluidas e em constante transformação. Isso significa que a maneira como os sujeitos se identificam e se relacionam com os outros é influenciada pelas palavras, símbolos e discursos presentes na sociedade.

As considerações de Gomes (2003, p. 171) leva-me a refletir sobre a construção da "identidade negra em uma sociedade que historicamente" perpetuada por estereótipos e preconceitos raciais que, "desde muito cedo", os negros foram ensinados a "negar-se a si mesmo", sua própria cultura, sua história e características físicas para se encaixarem e serem aceitos nos padrões impostos pela sociedade dominante.

Toda essa negação é posta como desafios a serem enfrentados diariamente pelos negros brasileiros, que precisam lidar com o racismo estrutural presente em diversas esferas da sociedade, representando uma luta que envolve desconstruir os estereótipos negativos associados à população negra e reafirmar sua valorização, orgulho e pertencimento. Evidentemente, é importante ressaltar que a construção da identidade negra positiva não significa excluir outras identidades, e sim construir sobre novos conceitos uma identidade que foi descriminalizada e marginalizada.

O choque cultural também pode ser um grande desafio para os estudantes universitários negros, já que o não entendimento da simbologia de sua ancestralidade, de sua religião, dos seus traços fenóticos, do seu corpo negro e das diferentes formas da manipular o seu cabelo, suas roupas e suas raízes ancestrais, podem ser um dos caminhos para a intolerância, racismo e incompreensão da identidade negra em nossa sociedade; gerando, de acordo de acordo com Cerqueira (2017), vários crimes e violências, pois a juventude masculina negra é a maior vítima dessa realidade.

Conforme esclarece Vanstreels (2014, p. 24), essas dificuldades enfrentadas por determinados grupos étnicos no acesso e permanência na educação superior, são reflexos de um longo processo histórico de exclusão e desigualdade social no Brasil. Desde o período colonial, a população negra, indígena e parda foi marginalizada e privada de oportunidades educacionais que durante séculos esses grupos foram submetidos à escravidão, genocídio e discriminação racial; o que resultou em uma profunda desigualdade socioeconômica que se perpetuou ao longo do tempo, afetando diretamente o acesso desses grupos à educação superior. Além disso, as políticas públicas adotadas ao longo da história do Brasil não foram suficientes para reverter essa situação, tornando-se pertinente a construção de políticas públicas específicas.

5.2 Vivenciando os Desafios das Masculinidades Negras Gays na Universidade

A universidade, na condição de um espaço de fomento da aprendizagem e conhecimento, representa uma etapa essencial para a formação profissional dos sujeitos sociais, sendo, pois, um construto de uma sociedade hegemônica e que traz enraizado em suas matrizes arquétipos normativos, muitos deles em forma de preconceito.

Como homem negro, observo que questões de gênero, raça e orientação sexual tendem a implicar uma cobrança por um padrão hegemônico antes mesmo da infância, o que torna de suma importância conhecer e compreender suas relações nos campos acadêmicos, para melhor lidar com o preconceito na contemporaneidade. As experiências de indivíduos negros que se identificam como LGBTQIAPN+, nas universidades, são particularmente importantes, uma vez que enfrentam formas interseccionalizadas de discriminação e marginalização.

Compreendo que para os homens negros gays frequentarem uma universidade pode representar um grande desafio, isso por enfrentarem barreiras e obstáculos, já que eles se tornam residentes de dois mundos distintos; vivencia, ao mesmo tempo, dois tabus da sociedade brasileira: a homossexualidade e a raça. Além de serem mundos tabus, experimentam as múltiplas facetas de uma sociedade preconceituosa e descontínua.

É fato. O aluno homossexual negro vive uma dualidade extremamente desafiadora, isso porque ele enfrenta não apenas a discriminação e o estigma associados à sua orientação sexual, mas também o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Esses dois aspectos se entrelaçam e se potencializam, criando uma realidade complexa e muitas vezes opressora nos *campi* acadêmicos, no qual o estudante gay e preto tende a se tornar refém do poder hegemônico por meio das normas vigentes, dentro de um cenário universitário punitivo.

Foucault (1999), afirma que o cenário escolar de ensino é um “mecanismo de poder” que se concretiza “continuamente por vigilância”, no qual o corpo passa a ser visto como objeto que pode ser disciplinado, “adestrado” por meio de regras punitivas para que os sujeitos educacionais não infrinjam as normas prescritas pelo poder (Foucault, 1999, p. 41).

Em virtude de que muito desse retrato ainda persiste nos dias atuais, quando se está inserido numa masculinidade negra gay na universidade, tende-se a enfrentar os desafios no ambiente acadêmico e fora dele. Desafios estes que vão desde as dificuldades em acessar o ensino superior até a falta de representatividade dentro das universidades, já que elas se construíram e se consolidaram como ambientes acadêmicos brancos e que, contraditoriamente, “foi justamente desse ambiente segregado que saíram todas as teorias que negam a existência de segregação racial no Brasil” (Carvalho, 2006, p. 91).

Conforme ocorre a regulamentação das diferenças entre os indivíduos, delineada a partir da cor da pele, fica compreendida como “racialização” quando determinados corpos são percebidos como superiores e categorizados como universais, enquanto outros são racializados como inferiores e postos à margem da sociedade (Grosfoguel, 2016b; Nascimento, 2019).

Além disso, o aluno negro gay encontra obstáculos em sua trajetória educacional e como resultado dessa racialização, ele passa a ser estigmatizado como “socialmente inferior”, ocasionando sua “invisibilização”, posturas preconceituosas e

geralmente violências, que são compreendidas como atos de “racismo” (Gomes, 2005), o que acaba dificultando seu acesso aos cursos de graduação e pós-graduação.

Essas dificuldades podem se manifestar de diferentes formas, tanto de maneira explícita quanto sutil, tendo em vista que o contexto social em que o homossexual está inserido também influencia nas dificuldades enfrentadas, já que em uma sociedade heteronormativa a norma é a heterossexualidade e os relacionamentos afetivos entre pessoas do mesmo sexo são frequentemente estigmatizados; nessa perspectiva o aluno negro gay pode enfrentar múltiplas segregação, coerção e até mesmo violências.

Conforme vivencia sua permanência na universidade, ele passa a enfrentar diversos tipos de preconceitos e discriminações no cenário acadêmico, fazendo com que muitos desses estigmas se relacionem aos traços fenóticos como a cor da pele, lábios grossos e o tipo de cabelo, que são características físicas e muitas vezes são estereotipadas e associadas a padrões de beleza eurocêntricos. Isso costuma ser doloroso e o direciona para um status de marginalização, fazendo com que ele se sinta excluído ou inadequado dentro do ambiente acadêmico.

Nessa perspectiva, Gomes (2002) afirma que esses estudos podem trazer uma reflexão mais profunda sobre a importância da representatividade e valorização da “identidade negra” na educação. Ao compreender o “corpo e o cabelo como ícones da identidade negra”, é possível explorar novos caminhos que vão além da reprodução de preconceitos e estereótipos. “A manipulação do cabelo” das pessoas negras, por exemplo, pode ser “vista como uma continuidade dos elementos culturais africanos ressignificados no Brasil” (Gomes, 2002, p. 50).

Tal situação remete à importância de reconhecer e valorizar as heranças culturais afro-brasileiras para marcar o pertencimento e romper com padrões culturais impostos, sendo o cabelo um dos principais simbolizadores da construção da identidade resistente às noções de beleza tradicionais, na medida em que a discriminação em relação ao cabelo das pessoas negras é um reflexo do racismo estrutural que permeia a sociedade até os dias de hoje. Durante o período da escravidão, os senhores brancos impuseram uma série de normas e padrões estéticos eurocêntricos, buscando assimilar as pessoas negras à cultura dominante.

A “cor da pele passou a ser tolerada pelos senhores brancos”, mas o cabelo afro, por sua natureza única e diversa, não se encaixava nos padrões impostos. Os

senhores brancos viam o cabelo afro como algo exótico e diferente, associando-o a características negativas "símbolo de "primitividade", desordem, inferioridade, não-civilização", falta de higiene e selvageria, construindo, assim, uma visão preconceituosa que foi sendo perpetuada ao longo dos anos, resultando em uma série de estereótipos e discriminações relacionadas ao cabelo afro, que passou a ser classificado como "cabelo ruim" (Kilomba, 2019, p 127).

Essa situação se torna extremamente desafiadora para o aluno negro gay, pois ele enfrenta não apenas a discriminação por sua orientação sexual, mas também o preconceito em relação ao seu cabelo. Ele passa a enfrentar uma dupla discriminação na condição de "bixa preta", que é o racismo e a homofobia, que são, geralmente, violências encontradas isoladamente. Mas, infelizmente quando estas duas violências estão relacionadas ao mesmo tempo ao sujeito negro gay, faz com que o mesmo se sinta isolado, amedrontado, perseguido e sem ter a quem recorrer, em algumas ocasiões tem que "ser macho ao quadrado em todas as situações exigidas, e só a partir desses atributos será reconhecido como um ser humano" (Nkosi, 2014, p. 91).

A falta de representatividade e apoio adequado agrava ainda mais essa realidade. Sem apoio em modelos positivos que possam inspirá-lo e sem um sistema de suporte de políticas públicas que o acolha, o aluno negro gay pode se sentir desamparado e vulnerável. Muitos deles sofrem perseguições e *bullyings*, causando danos emocionais profundos que podem afetar negativamente a autoestima, o desempenho acadêmico e até mesmo a saúde mental.

A partir do cruzamento entre racismo e homofobia, é possível perceber múltiplas formas de opressão, discriminação e dominação. Kimberlé Crenshaw (2002), dá nome a esse cruzamento e o define na interseccionalidade como maneiras de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, tais como o racismo, a homofobia, entre outros.

Corroborando com esse pensamento, vejo em Oliveira (2007) que, a partir do conceito de interseccionalidade, é possível "pensar sobre a forma pela qual o cruzamento do racismo, do sexismo e da homofobia cria desigualdades que posicionam social e politicamente alguns grupos" (Oliveira, 2007, p. 386). Esta autora argumenta que tais posicionamentos não podem ser entendidas apenas usando uma lente única da opressão, mas sim utilizar-se da análise das interações complexas entre diferentes formas de subordinação, uma vez que a interseccionalidade permite

uma compreensão mais completa das experiências das pessoas que pertencem a grupos marginalizados.

Desse modo, é inerente ao aluno negro gay, com todas as intersecções a ele atribuídas, a imersão de um sentimento que ocasiona um não pertencimento e deslocamento diaspórico que podem ser intensificados pelas diversas intersecções a qual o estudante negro gay enfrenta, visto que, além da orientação sexual e raça, ele pode lidar com questões de classe social, religião e outros aspectos que podem influenciar na sua experiência de exclusão.

Concomitantemente a isso, a falta de apoio e compreensão por parte da família, amigos e comunidade escolar, pode levar o aluno gay a se sentir sozinho e perdido. Essa evidente ausência de um ambiente acolhedor e inclusivo faz com que ele se sinta fora de casa, sem a possibilidade de ser verdadeiramente integrado à sociedade em que vive. Tal sensação pode levar, indiretamente, muitos alunos gays a um "*silenciamento*", a se protegerem, blindarem-se ou se esconderem no "*armário*", escondendo-se dessa forma a sua verdadeira identidade, por medo de rejeição e discriminação.

Isso ocorre porque o conceito de "armário" é intrinsecamente complexo em suas diversas nuances. A decisão de se assumir publicamente como gay não implica necessariamente em uma saída completa do armário. É frequente que pessoas gays se vejam obrigadas, em muitas ocasiões, a "retornar ao armário" em ambientes de trabalho, evitando divulgar abertamente sua orientação sexual, escolhendo revelar apenas a alguns membros da família e amigos, enquanto optam por manter essa informação longe de outros, sem desejar que todos estejam cientes (Drescher, 2014).

Por conseguinte, Silva (2012) esclarece que o silenciamento segue atuando a disposição de sustentar o suporte normativo hegemônico que opera ao rotular os sujeitos como "iguais", excluindo do discurso a premência de análise crítica da reverência ao "não igual", contribuindo na manutenção da ação, de modo a "criar e sustentar desigualdade" (Silva, 2012 p. 20).

Segundo Eve Sedgwick (2007, p. 19), o armário não é um espaço físico onde pessoas LGBTQIAPN+ escondem suas identidades sexuais, mas é compreendido como um dispositivo de regulação controle social que afeta tanto esses grupos quanto os heterossexuais. Ela explica que o armário funciona como uma forma de "regulação da vida dos gays e lésbicas", impondo a invisibilidade e a marginalização dessas identidades. No entanto, Sedgwick vai além ao afirmar que o armário também está

relacionado aos "privilégios de visibilidade e hegemonia" dos heterossexuais. Isso significa que a sociedade heteronormativa estabelece padrões de comportamento e identidade sexual considerados normais ou aceitáveis.

Richard Miskolci (2014) expande ainda mais o conceito ao descrever o armário como um "conjunto de normas rigidamente instituídas" que não são explicitamente declaradas, mas implicitamente compreendidas. Tais normas criam uma compreensão social de que os "espaços públicos" são inerentemente heterossexuais; relegando, assim, as relações homossexuais às camadas periféricas de marginalização ou mesmo à invisibilidade.

Nesse contexto, o armário torna-se uma ferramenta de controle social para manter a heteronormatividade e reforçar a dinâmica do poder social que força os indivíduos LGBTQIAPN+ a ocultarem as suas verdadeiras identidades e a conformarem-se com as expectativas da sociedade, ao mesmo tempo em que concede aos indivíduos heterossexuais o privilégio de serem visíveis e aceitos sem questionamentos.

O armário também perpetua uma cultura de medo, vergonha e sigilo entre os indivíduos. Ele cria uma mentalidade para alguns, onde se assumir ou expressar sua identidade de gênero pode ser perigoso, ao mesmo tempo em que na invisibilidade do armário, os homossexuais podem se sentir mais seguros, protegidos das repreensões, das interdições, das violências física e simbólica. No entanto, é importante ressaltar que a invisibilidade do armário não deve ser encarada como uma solução definitiva para a discriminação enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+. Embora possa oferecer um refúgio temporário, viver no armário também pode gerar sentimentos de isolamento e negação de si.

Desse modo, é perceptível que a permanência do aluno negro gay na universidade é repleta de métodos de preconceitos, já que ele, constantemente, passa por processos discriminatórios, visto que quando alguém não é naturalmente diferente dos outros, acaba se tornando diferente por meio de tal processo. Nas palavras de Grada Kilomba (2019), "não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação. A diferença é usada como uma marca para a invasão" (Kilomba, 2019, p. 121).

Consequentemente, essa distinção é frequentemente empregada como um motivo para legitimar a invasão ou repressão de certos grupos. E esses indivíduos percebidos como diferentes, são frequentemente marginalizados, alienados da

sociedade, sujeitos a preconceitos e estereótipos negativos. Com esse processo discriminatório, segue-se contribuindo para a exclusão social, discriminação sistemática e violações de direitos humanos, perpetuando assim um ciclo de desigualdade e injustiça, exigindo à classe oprimida, lutar para sobreviver.

Posto que os negros estão lutando com mais frequência por espaços acadêmicos, a universidade precisa, por conseguinte, reavaliar suas normas e seu perfil, além de buscar promover ações que enobreçam a diversidade, respeitem e oportunizem seus acadêmicos a assumirem esse direito em qualquer ambiente.

Márcio Aguiar (2016), pontua que:

[...] é preciso criar uma universidade que não seja eurocêntrica e branca; isso ainda tem que ser feito porque o que acontece, às vezes, é que o indivíduo entra pelas cotas e, ao invés de sair da universidade se reafirmando negro, sai como branco. Isso tem a ver com essa dificuldade que nós ainda temos de reformular a própria concepção de universidade (Aguiar, 2016).

A presença da masculinidade negra na universidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É essencial compreender que, quando se pensa que “para o negro há somente um destino, e ele é branco”, fica evidente que se tem instalado um permanente complexo de inferioridade, demonstrando que a “verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (Fanon, 2008 p. 28). Ainda hoje, a população negra enfrenta diversos obstáculos para acessar o ensino superior, seja por questões financeiras, sociais ou raciais.

É importante reconhecer que, embora os indivíduos possam estar conscientes e reconhecer as experiências e lutas enfrentadas pelas comunidades marginalizadas, as suas histórias e perspectivas servem como um poderoso lembrete da necessidade urgente de mudança social e da importância de abraçar a diversidade e a inclusão. Todavia, a sua compreensão e interpretação subjetivas dessas experiências podem ainda ser influenciadas por normas e perspectivas culturais dominantes, reflexos de construções eurocêntricas, pois ainda que a consciência seja negra, a subjetividade é branca.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

Os caminhos percorridos para se chegar a esta pesquisa foram pautados em estudos bibliográficos, roteiros de entrevista e avaliação dos cenários de estudos, concentrando-se em explorar um campo ainda poucos desbravado, mas que permitisse uma compreensão da real participação dos negros gays em cursos superiores nas universidades públicas. Esta pesquisa se esquadrinha na proposta de interpelações de carácter qualitativo, com um alinhamento geral de orientações teóricas e analíticas.

6.1 Abordagem e Delineamento da Pesquisa

Diante da complexidade humana em meio a essa pesquisa com teor predominante de critérios em abordagem qualitativa descritiva, é através das metodologias científicas que buscamos a compreensão de variados temas das pesquisas desse estudo. Segundo Minayo (2001, p. 16), o percurso metodológico é “o caminho do pensamento” pelo qual se pretende responder às questões da pesquisa por meio de inquirições realizadas a partir da “prática exercida na abordagem da realidade”, já que nelas estão inseridos princípios teóricos de questionamentos e um conjunto de técnicas que articulam a construção de um campo da “realidade do que não pode ser quantificado”. Ao passo que no campo das ciências sociais, o objeto é histórico (Minayo, 2001), isto é, as sociedades humanas examinadas estão estabelecidas em uma determinada dimensão de construção social e configurações específicas. No que se considera as atribuições da pesquisa quantitativa para dimensionar as questões sociais, a pesquisa qualitativa se dedica sobre os seus universos de significados (Martinelli, 1994, p. 43), correspondentes a um nível mais profundo das relações e fenômenos que não podem ser reduzidos à “operacionalização de variáveis”, (Minayo, 1999, p. 21).

Ocorre que na pesquisa qualitativa, uma conjectura de concordância entre pesquisador e os participantes investigados, apesar de que, perpassa por relações de poder, uma posição que “constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas” (Silva *et al.*, 2007, p. 27).

A vigente pesquisa se sustenta em análises de teor considerados como “básicos ou genéricos” que, segundo Merriam (1998; 2002), são aqueles que abrangem as particularidades imprescindíveis da metodologia qualitativa, mas não os que proporcionam o seu dimensionamento como um estudo de caso, estudo etnográfico, etnometodologia, grounded theory, ou qualquer outra modalidade específica. Para Merriam (2002, p. 6) o estudo qualitativo básico tem como propósito “descobrir e compreender um fenômeno, um processo, ou as perspectivas e visão de mundo das pessoas nele envolvidas”.

Dentre as técnicas de coleta para obtenção de dados, foi utilizado o roteiro de entrevistas em profundidade ou semiestruturada, que oferece vertentes para que eu encontrasse evidências aprofundadas em conteúdo, a partir das respostas dos participantes assentindo um diálogo entre ambos (May, 2004). A técnica transpassa entre roteiros de entrevistas estruturadas, com seu rigor específico e entrevistas focais, que não estabelecem previamente um guia temático. Perante essa lógica, a entrevista em profundidade “permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos” (Duarte, 2005, p. 62). A preferência pela entrevista teve como “premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores” (Spindola; Santos, 2003, p. 120).

6.2 Produção de dados

Com vistas à produção do material metodológico, foi utilizado o formato de entrevistas individuais mediante questionário enviado anteriormente, com perguntas selecionadas para melhor desenvolvimento da entrevista, deixando aberta a possibilidade de serem abordados outros questionamentos com base na fluidez da conversa. Foram realizadas quatro entrevistas presenciais (duas na universidade e duas nas residências dos entrevistados), e duas sessões virtuais pela ferramenta digital *google meet*. As entrevistas tiveram a duração média de 1:00h à 2:00h, entre pausas e assuntos aleatórios, como estratégia para torná-la uma conversa mais interativa.

Como subterfúgio de construir e preservar um discurso com os indivíduos sobre o tema discutido, foi informado aos entrevistados a possibilidade e consentimento de gravações de áudio e vídeo, já que por analogia a Minayo (2001), essa técnica facilita

na extração de conteúdos objetivos e subjetivos de tal forma que o roteiro formulado seguiu um padrão semiestruturado (May, 2004), aliado aos métodos utilizados em entrevistas focalizadas com o propósito de atingir a subjetividade das informações dadas. Além disso, conferências desse teor permite que o entrevistado responda de maneira individual e informal, pois será possibilitado um diálogo claro e amistoso, mas com direcionamento para que venham a responder às arguições objetivadas para a ocasião.

6.3 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa, que formaram o *corpus* do trabalho, são todos estudantes negros gays que ingressaram na universidade e que estão atualmente matriculados na UFPI - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e que se prontificaram a contribuir com pesquisa; cinco participantes tiveram ingresso por ampla concorrência e apenas um aluno acessou o ensino superior como cotista. Os informantes requeiram seis cursos distintos. Esse grupo é composto por três alunos pretos retintos e três alunos pretos com característica fenótipos distanciando do padrão (cabelo liso, nariz afilado, pele mais clara), mas que não entram em características de pessoas pardas.

Eles relataram suas vivências conflituosas ou não, dos caminhos percorridos desde os primeiros instantes que adentraram na universidade pública, assim como as inter-relações com professores, alunos, e demais funcionários que compõem o cenário do curso. Vale destacar novamente que todos os envolvidos nas entrevistas foram antecipadamente informados do propósito da pesquisa, a fim que autorizem, por escrito, a destinação dos dados coletados para esta dissertação, sendo preservadas as suas identificações.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não é exigido um certo número de participantes precedentemente especificado, pois segundo o entendimento de Minayo (2017, p. 04) “a amostra de uma pesquisa qualitativa deve estar vinculada à dimensão do objeto que, por sua vez, se articula com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados e acompanhados por observação participante”. Nessa direção, espera-se que no final da coleta e produção de dados com os participantes da pesquisa, a partir das indicações de Minayo (2017) e com a observação do objeto de estudo, seja

possível fazer uso do método de saturação para especificar o momento de finalizar a coleta de dados.

6.4 Procedimentos Analíticos

A proposta para analisar os dados obtidos, foi inicialmente utilizar o site <https://www.reshape.com.br/> que converte vídeos e áudios para textos, para melhor facilitar a análise dos dados. O vídeo e áudio de cada entrevista foi dividido em pequenas partes, pois o site não converte vídeos longos. Após transformados em textos, tal qual as falas dos entrevistados, o material gerado fora devidamente lido e relido, separado por perguntas, observando em quais momentos os dados se cruzavam entre si para organizar os marcadores sociais de diferentes análises. Enquanto aporte analítico, a interseccionalidade foi ancorada na teoria que possibilita estudar fenômenos sociais de nível micro, meso e macro (Collins, 2003), pois revela o funcionamento do poder, entendido como perverso e opressor em diversos níveis das relações sociais (Dill; Zambrana, 2009).

Por se tratar de uma análise de coleta de dados de experiência de vida, os dados foram tratados com fundamentação em Bourdieu (1986), no artigo “A Ilusão Biográfica”. Esta obra adverte que os pesquisadores devem ter precaução ao mourejar com “histórias de vida” para não transportar os entendimentos do senso comum do que seria essa “biografia” para assimilar os relatos de vida como direcionamentos lineares no sentido de caminho, sem trazer os conflitos para construir as conexões e histórias de vida. Nas palavras do autor, “A construção de um *locus* é a sucessão de posições ocupadas por um mesmo sujeito (ou grupo) em um espaço que é ele próprio uma mudança, sujeito a constantes transformações.” (Bourdieu, 1986, p. 189). Nessa proposta, os dados que foram coletados nas entrevistas serviram para formular as respostas para as problemáticas levantadas nesta pesquisa.

7. ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DA PELE QUE SE HABITA

A análise de dados a partir da pele que se habita, revela-se essencial para uma compreensão mais profunda das construções de identidades, conflitos pessoais,

disparidades sociais e discriminações raciais, existentes no âmbito acadêmico, que entra em conflito com a ideia da universidade pública, democrática e plural. Esta abordagem sugere um olhar sensível que vai além da mera coleta de dados, indicando a importância de considerar as experiências vividas pelos diferentes grupos étnico-raciais. Além disso, ao reconhecer a interseção entre raça e orientação sexual, permite-se identificar os padrões e as tendências dos participantes envolvidos, que podem estar ocultos em um conjunto de dados convencionais. E a partir desse olhar, é possível uma análise mais holística e sensível às nuances das experiências de diferentes memórias, fornecendo percepções valiosas para o desenvolvimento de políticas de prevenção, acolhimento e intervenções que promovam a equidade e a justiça social.

7.1 Revivendo Memórias

Aquilo que se preserva na memória e o que se opta por esquecer contam muito sobre a identidade e objetivos, oferecendo novas oportunidades de reconstruir o destino dos indivíduos, com base nas recordações das vivências e experiências. É fato que as memórias refletem as experiências de vida, traumas, emoções e crenças, enquanto que as escolhas conscientes de esquecer demonstram o poder de seleção e controle cognitivo, dessa forma “só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido, e também somos o que resolvemos esquecer” (Izquierdo, 2018, p. 21).

Com base na citação do autor acima, torna-se evidente a importância das experiências e conhecimentos que internalizamos ao longo da vida, e nossas memórias são o resultado direto do que registramos e aprendemos, compondo assim a base de nossa compreensão do mundo e de nossa própria identidade. Cada lembrança, cada experiência armazenada em nossa mente, contribui para a construção de quem somos, influenciando nossas decisões, comportamentos, perspectivas, e a constituição da nossa própria identidade .

Portanto, o ato de esquecer não é apenas um fenômeno passivo, mas pode ser uma escolha ativa, semelhante a um mecanismo de defesa para proteger nossa saúde mental e emocional. Ao decidir esquecer certas experiências ou informações, estamos, de certa forma, moldando nossa narrativa pessoal e eliminando elementos que consideramos desnecessários ou dolorosos. Assim, nossa identidade é uma

combinação dinâmica do que escolhemos lembrar e esquecer, refletindo nossas tentativas contínuas de construir e manter uma autoimagem coerente e saudável.

Essa capacidade de lembrar detalhes importantes e como o sujeito seleciona e valoriza as informações do passado, revela uma perspectiva única do mundo. Portanto, entender as escolhas do que lembrar ou esquecer, voluntariamente, proporciona uma visão valiosa sobre si mesmo e a capacidade de agir com sabedoria nas diferentes situações da vida.

A partir dessa compreensão, minha análise se baseia nas memórias contadas pelos participantes da pesquisa durante a investigação, já que suas narrativas fornecem relatos de suas vivências em primeira mão, permitindo um exame abrangente dos tópicos em questão para que, dessa forma, seja possível perceber os desafios, os conflitos e como são construídas as masculinidades negras gays na universidade.

Ao considerar essas experiências, pude obter uma compreensão diferenciada do assunto e de suas implicações. Além disso, as narrativas contribuem para enrobustecimento de um discurso mais rico, com destaque para a diversidade da população pesquisada.

Percorrendo por essas memórias que permanecem sempre ativas no consciente de cada participante, fui percebendo os conflitos e obstáculos, ao descortinar diversos caminhos que foram transpassados por questões delicadas como aceitação, armário, racismo, preconceito, olhares discriminatórios, representatividade, invisibilidade social, e outras questões que foram sendo abordadas.

No entanto, foi crucial reconhecer quaisquer limitações que surgiram durante as entrevistas, dado o contexto de preconceitos individuais vividos ou de recuperação seletiva de memória. Portanto, embora essas memórias tenham servido como fontes valiosas de dados em nossa análise profissional, elas foram avaliadas criticamente em conjunto com outras informações relevantes para garantir uma interpretação precisa e completa dos resultados da investigação.

Dessa forma, início as análises percorrendo as primeiras indagações e fazendo suas intersecções, buscando extrair o máximo de detalhes dos fragmentos dessas vivências, levando em consideração que os participantes, por princípio, permeiam o mesmo universo social, embora sejam pessoas de personalidades totalmente distintas.

7.2 Rabiscos de perfis e suas impressões iniciais

Para melhor assimilação, tracei um perfil descritivo de cada participante com intuito de perceber suas diferenças entre pele que lhes habita. Nessa proporção, analisei, de início, as duas perguntas iniciais de cada participante separadamente, e ao término desta apresentação segui analisando-as em conjunto.

O primeiro contato foi com o participante R.A.S, um negro alto, bem resolvido com a questão racial e sexual. Aparentemente, um jovem tímido, rosto redondo e pequeno, retraído, cabelo crespo cortado à “máquina 01”, traços fenóticos fiéis ao que podemos denominar preto retinto ou de negro raiz, mostrando-se eloquente e educado. A conversa fluiu tranquilamente e no processo de interação, lancei primeira pergunta:

1 - Como você se sente e o que espera estudando em um curso superior na universidade?

Me sinto muito orgulhoso, sensação de sonho realizado. Era algo desejado, mas que sempre me parecia muito distante, algumas vezes até impossível. Espero me formar superando as expectativas, por ser o primeiro da família a ingressar em um curso superior e também espero adentrar no mercado de trabalho e exercer a minha profissão (R.A.S. 2024).

Logo em seguida, após diálogo sobre a resposta, realizei a segunda pergunta ao participante:

2 - Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em um curso superior?

Existem muitas dificuldades antes mesmo de entrar na universidade, principalmente na questão socioeconômica para se manter fora do ninho. Mas com certeza, a primeira é conseguir entrar devido às adversidades da sociedade racista, machista e homofóbica, e depois de entrar, é ter que enfrentar esses desafios na instituição com tratamentos diferentes de preconceito e exclusão. Todavia, me sinto confiante e pronto para me adaptar e vencer nessa jornada (R.A.S. 2024).

As narrativas de R.A.S. demonstram uma clara satisfação por ter ingressado em um curso superior, o que indica que ele reconhece a importância dessa conquista

para o seu futuro e para a sua família. Além disso, é perceptível em seu olhar uma expectativa positiva em relação às projeções para o futuro, mesmo ele estando ciente de que tal jornada não será fácil, pois reconhece que haverá diversos desafios a serem enfrentados ao longo de uma trajetória profissional.

Apesar das adversidades impostas pelo sistema social normativo, R.S.A. mostra-se preparado para superá-las, uma vez que está disposto a enfrentar as normas e padrões estabelecidos pela sociedade, buscando trilhar seu próprio caminho e alcançar seus objetivos futuros.

As ideias de R.S.A. caminham em consonância com o pensamento de Audre Lorde (2019), quando ela fala que “uma das mais básicas habilidades de sobrevivência das pessoas negras é a de mudar, de metabolizar a experiência, boa ou má, em algo que seja útil, duradouro, eficaz” (Lorde, 2019, p.173). Entre outras palavras, a autora sugere que, diante de experiências diversas e muitas vezes desafiadoras, as pessoas negras desenvolveram uma capacidade de transformar essas experiências em algo construtivo e positivo. Em vez de serem completamente consumidas ou derrotadas por essas experiências, elas são capazes de extrair lições, força e resiliência delas, transformando-as essas experiências em recursos que podem ser utilizados para enfrentar futuros desafios e prosperar na sua jornada.

No nosso novo encontro, deparei-me com o D.S.S. um jovem negro franzino, com características fenótipos padrão, de estatura média, sorriso largo, cabelo crespo com sinais de entrada de futura calvície, sempre ativo, falante, participativo, sonhador, orientação sexual não assumida totalmente para todos, ao que ele se coloca como “sexualidade não definida ou sem rótulos”. No decorrer da entrevista, pude perceber traços da fragilidade de alguém que ainda tem muito por vencer e que luta por um lugar melhor na vida. O aluno D.S.S. ao ser interpelado *como se sente e o que espera estudando em um curso superior na universidade*, respondeu da seguinte forma:

Essa é uma pergunta complexa, porém no contexto atual e desde quando estive no ensino médio, sempre pensei em estudar um curso superior para poder ingressar no mercado de trabalho e ter uma profissão que eu gostasse. Hoje me sinto honrado e bem agraciado por Deus e por todo meu esforço de chegar até aqui, pois quando passei no sisu foi de suma importância na minha vida, me senti como se o meu futuro dependesse em grande parte daquilo, e que ali iniciaria uma das jornadas mais inesquecíveis e ao mesmo tempo difícil da minha vida. Me sinto feliz e realizado por estar em uma universidade cursando o que eu gosto, pois há uns tempos atrás, geração de minha mãe e meus avós o acesso ao ensino não era tão fácil igual hoje em dia. Eu espero, na verdade, me tornar uma pessoa

que vá fazer a diferença no mundo, por meio da educação como um todo e por meio da matemática. Quero ajudar e abraçar todas as pessoas para que elas possam ter acesso a tal conhecimento, espero poder repassar muito do que eu aprendi durante esses anos, e que lembrem de mim em um futuro próximo, como um excelente professor e que fez a diferença na vida de muitas pessoas, e ter uma profissão foi o que sempre quis (D.S.S. 2024).

Ao ser questionado sobre *quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em um curso superior*, ficou nítido em meios as suas falas, que sentia um certo desconforto de quando era questionado por outros sobre sua orientação sexual.

Como um homem negro, não tenho uma sexualidade bem definida por não me considerar assumido e não me rotular, posso garantir que as dificuldades que nós negros e também a comunidade lgbtqiapn+ sofrem são muitas. A primeira delas é a discriminação por maior parte da sociedade por querer criar uma hierarquia de raças e sexualidade que não existe, e por achar que somos inferiores por nossa cor de pele, ou sexualidade. Tendo como uma das maiores dificuldades a discriminação e o abuso, por acharem que somos frágeis e estamos vulneráveis. A sociedade e as próprias instituições na maioria das vezes nos inferiorizam, sofremos com o racismo, preconceito, homofobia entre outras dificuldades que passamos durante o curso superior e na vida em si. Eu sofro constantemente tanto na sociedade como na universidade, as pessoas questionando minha sexualidade, isso é algo arcaico. A sua sexualidade só diz respeito a você mesmo, e mais ninguém. Então, existem inúmeros tabus e descasos na sociedade brasileira. Não se tem a acessibilidade para mulheres ou homens trans frequentarem banheiros, as pessoas não se importam. Não há proteção em caso de agressão ou homofobia, e a sociedade nos discrimina por sermos “diferentes” e não nos achar iguais a todos os outros (D.S.S. 2024).

A necessidade de vencer, de chegar ao topo e de se consagrar como um profissional que emergiu da zona rural, e retornar como alguém que venceu o sistema, é um sonho que exala na fala e no brilho do olhar desse jovem aluno. No entanto, a sociedade em sua totalidade, busca cercear aqueles que são considerados diferentes, e que não seguem via de regra o padrão normativo imposto pelo legado do patriarcado. Nas primeiras respostas de D.S.S, não foi difícil entrever os diversos marcadores sociais que denotam as práticas de racismo e homofobia, conduzindo-o participante para um silenciamento da sua orientação sexual, como forma de invisibilizar e de se esconder das discriminações.

A prática de preconceitos e discriminações contra pessoas com diversas expressões de orientações sexuais, sejam elas homo, bi, trans, e outras formas de diversidade sexual, constitui manifestações de homofobia. Essas atitudes implicam

em uma significativa negação dos direitos humanos fundamentais, impedindo assim o pleno exercício da cidadania por parte desses indivíduos (Jesus, 2015).

No decorrer de suas expressões, observei que dentro dessa “sexualidade não definida” que D.S.S tenta se enquadrar e se reconhecer, ele não busca isolamento ou invisibilidade. O que ele almeja, na verdade, é romper barreiras de preconceito e ser tratado como o dito “normal, embora por mais que ele não se define e fique incomodado, a sociedade o cobra e questiona constantemente. Para essa reflexão, busquei apoio em Michel Foucault (1999) aos nos dizer que:

Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (Foucault, 1999, p. 43).

Com essa reflexão, Foucault discute a ideia de que a sexualidade não é algo separado ou externo ao sujeito, mas sim uma força que permeia todos os aspectos da vida e da identidade de uma pessoa. Ele argumenta que a sexualidade não está apenas relacionada às atividades sexuais em si, mas está presente em todas as condutas e comportamentos de um indivíduo, pois ela é vista como um princípio ativo que influencia e molda as ações e a forma como as pessoas se apresentam ao mundo. Foucault também destaca que a sexualidade não é algo que pode ser completamente ocultado, visto que ela está inscrita no próprio corpo e na expressão facial do sujeito, mesmo quando se tenta escondê-la, e quando se tenta viver no armário. Em resumo, ele enfatiza a influência onipresente da sexualidade, diga-se orientação sexual, na vida humana.

É possível ainda trazer uma reflexão sobre os preconceitos e as discriminações enfrentadas, em detrimento da falta de conhecimento, entendimento, e aceitação sobre a identidade de gênero e orientação sexual, tomando como base as falas de D.S.S. quando relata que “na maioria das vezes nos inferiorizam, sofremos com o racismo, preconceito, homofobia entre outras dificuldades que passamos durante o curso superior e na vida em si”. Para essa reflexão sobre reconhecer a si mesmo, tanto pessoas cis, quanto pessoas gays, trazemos o pensamento da escritora Audre Lorde (2019) na afirmação de que, “quando nos definimos, quando defino a mim mesma, o lugar em que sou como você e o lugar em que não sou como você, eu não a estou impedindo de unir-se a mim - estou ampliando suas possibilidades de união” (Lorde, 2019, p. 15).

A autora traz a ideia de identidade e autoconhecimento, sugerindo que ao se definir e reconhecer tanto as semelhanças quanto às diferenças entre si e outra

pessoa, não se está impedindo uma união, mas, na verdade, está ampliando as possibilidades dessa relação. Ou seja, ao reconhecer o seu gênero e orientação sexual e aceitar as diferenças entre si e os outros, há uma criação de espaço para uma conexão mais autêntica e significativa. Ao invés de tentar negar ou suprimir as diferenças, abraça-as como parte integrante das experiências humanas, reconhecendo que é por meio da aceitação mútua das diferenças que a verdadeira união pode ser alcançada.

Dessa forma, levar em conta o tempo e a autoconsciência individual, bem como as escolhas e desejos de cada pessoa, é, no mínimo, uma atitude justa. Cada indivíduo tem sua própria jornada de descoberta e aceitação de sua orientação sexual, e é importante respeitar esse processo. As diversas formas de orientação sexual, não são medidas de autorizações ou justificações; o que elas exigem é acessibilidade, respeito, igualdade e a garantia de direitos humanos.

A cada novo encontro se descortinava um mundo de sonhos, vivências e inquietações no dia a dia desses alunos. No encontro com J.A.M.C., um jovem negro, de estatura média, casado, cabelos crespos, um pouco liso, sorriso leve e casual para todos os instantes, aparentava um corpo com perfil de músculos, que denotava ser praticante de esportes, posteriormente disse já haver praticado jiu jitsu, embora fosse perceptível um leve cansaço na sua fisionomia. Tão logo começamos a entrevista, pude perceber o motivo do seu cansaço: estuda pela manhã, estágios e laboratório à tarde, e trabalha até meia noite. Começamos sempre com a mesma sequência de interrogações, e como resposta para a primeira pergunta que foi, *como você se sente e o que espera estudando em um curso superior na universidade?* Ele relata que:

Acredito que todos antes de entrar na universidade, vem repletos de sonhos, desejos, e uma série de fatores que nos impulsionam a sair da zona, que nem sempre é de conforto. Eu me sinto pressionado na maioria das vezes, tendo em vista que possuo muitas demandas, pois sou casado, trabalho durante a noite e estudo durante o dia. Quase que não rola essa entrevista... Eu espero me aprimorar cada vez mais no curso escolhido, me desenvolvendo e adquirindo mais conhecimentos. Quero fazer a diferença, quero ser alguém melhor do que fui ontem (J.A.M.C. 2024).

2) Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em um curso superior?

Nos primeiros dias de quando entrei no curso escolhido, percebi vários olhares que não conseguia decifrar, não sei por conta da cor da pele, ou se por conta da orientação sexual, que me incomodaram profundamente. Mas creio que as pessoas questionam muito nosso caráter, nos julgam sem nos conhecer. É difícil também criar vínculos dentro da própria turma, pois algumas pessoas já possuem um conceito pré-estabelecido de quais pessoas elas desejam perto de si. Somos atirados ao isolamento social por alguns, mas acolhidos por outras classes que também se sentem desprezadas (J.A.M.C. 2024).

Diante dos relatos de J.A.M.C., observei que, assim como nos demais relatos, a necessidade de se qualificar em nível de graduação para se destacar como um bom profissional na área escolhida. O confronto com o isolamento e olhares discriminatórios foram queixas também pertinentes em outras entrevistas, nos levando a refletir com Grada Kilomba (2019) em torno da sua discursão do Racismo Cotidiano, que gera discursos, linguagens, expressões, atitudes, “ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o”, mas como “Outricidade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca” (Kilomba, 2019, p. 78).

Essas são algumas das características centrais do racismo cotidiano, no qual as pessoas negras são frequentemente consideradas como distintas e estranhas, em relação ao padrão definido pelas pessoas brancas. A partir dessa percepção de diferença, muitas vezes resultante de tratamentos desiguais, marginalização e exclusão social, perpetua-se a ideia de superioridade branca e da subjugação dos grupos étnicos minoritários. São dinâmicas que reforçam as desigualdades estruturais e contribuem para a persistência do racismo sistêmico em várias esferas da sociedade.

Seguindo nessa experiência de ser constantemente colocado como "Outra/o" atravessado pelos olhares fixos das pessoas, é extremamente frustrante e doloroso, pois o "Outra/o" é o indesejável, o intruso, o perigoso, o violento, o marginal, o exótico, potencializando o sentimento de não pertencimento, contribuindo, assim, para que se sintam excluídos, isolados e discriminados por algo que não escolheram, a sua raça.

O racismo está enraizado na sociedade, de tal forma que as pessoas, possivelmente, não percebem o impacto negativo que seus olhares acusadores

podem ter sobre determinados grupos periféricos, impactando muitas vezes negativamente, em seus sentimentos, sonhos e aspirações próprias.

Partindo para mais um encontro de entrevista, o selecionado do dia foi o R.J.R.S, um negro magro, estatura mediana, sempre sorridente e fora do padrão fenótipo tradicional, pois embora seja um negro, ele traz características de cabelo muito liso, nariz afilado e olhos castanhos escuros. Isso não o tira da condição racial, na verdade o privilegia em não ser discriminado em alguns aspectos fenótipos. Quando questionado sobre *quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em um curso superior*, sua resposta para a primeira indagação foi a seguinte:

Eu espero adquirir conhecimento técnico e teórico mais aprofundado na minha área de estudo, além de ampliar minha perspectiva de mundo, desenvolver habilidades de pensamento crítico e obter melhores oportunidades profissionais. Além de conhecer pessoas, e me encaixar no ambiente universitário. Eu me sinto empolgado com as oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal que um curso superior oferece, além de ter conseguido me encaixar bastante na minha universidade (R.J.R.S. 2024).

2) Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em curso superior?

Acredito que assim como todos que são negros e gays, às vezes sinto um sentimento de preconceito e discriminação pairando sobre mim por causa da minha cor e orientação sexual. Isso se torna bastante desafiador, e quase sempre me pergunto embora eu já saiba da resposta, porque não encontramos referências e representatividade negras em um ambiente majoritariamente heterossexual e branco (R.J.R.S. 2024).

A ausência de referências negras como representatividade nas salas de aulas, como foi observado por R.J.R.S., é uma triste realidade de um passado não muito distante, onde a falta de ações afirmativas mais eficazes impossibilitou a plena implementação da política de cotas raciais. Isso contribuiu e reforçou a limitação do acesso de alunos negros ao cenário acadêmico, privando-os de oportunidades essenciais para seu desenvolvimento educacional e pessoal. Tal exclusão não apenas priva esses alunos de um ambiente inclusivo, mas também perpetua um ciclo prejudicial de marginalização e falta de representação. Essa falta de diversidade compromete não apenas a experiência educacional dos estudantes negros, mas

também o enriquecimento do ambiente acadêmico como um todo, privando-o de perspectivas e contribuições valiosas.

Convém lembrar, que por meio da disseminação equitativa de vagas e promoção da igualdade de oportunidades (Souza; Brandalise, 2015; Silva; Silva, 2012), corrigem-se disparidades estruturais e supera-se a ausência de representatividade enfrentada por grupos que historicamente foram excluídos do ensino superior. Essa expansão de acesso é considerada como um meio de promoção da justiça social, dada a relevância da educação na construção da cidadania (Veras; Silva, 2020), compreendendo que essas oportunidades não devem ser vistas como simples facilidades, mas sim como uma conquista de um direito que historicamente foi negado aos filhos de mães negras e pobres (Souza; Barbosa, 2016).

Dando continuidade na jornada de entrevistas, um objetivo não poderia se perder de vista, o de sempre buscar extrair da pele que se habita os fragmentos de vidas nem sempre falados, nem sempre ouvidos, e tão pouco compreendidos. Trago como participante da vez, o jovem negro H.L.S.M., com estatura mediana, um pouco retraído, cabelos crespos, um negro com tom de pele mais clara, mas que não o qualifica na condição de pardo, algumas tatuagens no corpo, destaque para uma gata no deltoide esquerdo, o mesmo considera sua orientação sexual e gênero em construção, no momento se diz que se encontra como “não-binário”. Questionado sobre *como você se sente e o que espera estudando em um curso superior na universidade*, o H.L.S.M. responde assim:

Apesar das adversidades, (que são muitas) é gratificante para mim e para os meus, acompanhar meu processo de evolução e ter em vista a possibilidade de um futuro melhor. Espero uma melhoria de vida, não só para mim, tendo em vista o contexto social em que estou inserido. A universidade é um dos caminhos que pode possibilitar tal acesso às demais oportunidades (H.L.S.M. 2024).

2) Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em curso superior?

Sem dúvidas o racismo institucional e o estrutural, é extremamente destruidor em todos os sentidos, ele esmaga sem piedade a personalidade do homem negro. Ainda tem o preconceito e a discriminação pela cor da pele, tatuagens, piercing, que vem por meio de olhares estranhos e julgadores. Tudo isso gera dificuldades com o primeiro contato com a turma. Mas, é satisfatório encontrar outros como a gente, que partilham os mesmo conflitos e poder se unir a essas pessoas num elo de amizade e cumplicidade (H.L.S.M 2024).

Nas inquietações de H.L.S.M. é possível perceber na sua observância, a existência da dor construída pelas duas faces do racismo, atrelado a diversas formas de outros preconceitos, e ao mesmo tempo a criação de uma divisão de classe a partir da perspectiva de que os oprimidos se unem “num elo de amizade e cumplicidade”.

Na obra Florestan Fernandes (2013), *O negro no mundo dos brancos*, o autor destaca essa divisão de classe, a partir da reflexão de que a estrutura da sociedade colonial foi concebida para favorecer os grupos majoritários, evidenciando uma organização social que privilegiava amplamente os interesses, valores e perspectivas da população branca dominante, em detrimento da dominação dos grupos minoritários, os negros. O autor reitera que o negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Ao contrário, foi ativamente moldado e afetado por essa estrutura, enfrentando desafios, lutas e resistências em meio a um ambiente que muitas vezes o excluía e o marginalizava. “O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual” (Fernandes, 2013, p. 30).

Vale ressaltar que o racismo estrutural opera de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Enquanto que o racismo institucional não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado, pois o mesmo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas, de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos discriminados (Kilomba, 2019, p. 77).

Com base nessas reflexões, compreendo que o racismo é uma forma violenta de opressão, que limita a liberdade de pensamento e impõe barreiras psicológicas e emocionais. E quando alguém é exposto a atitudes racistas, seja de forma explícita ou velada, isso afeta profundamente sua capacidade de pensar livremente, pois a dor causada por essas experiências cria um ambiente hostil no qual o indivíduo se sente encurralado, e sem espaço para expressar suas ideias e perspectivas.

Dessa forma, “o pensamento do negro é um pensamento sitiado, acuado e acochado pela dor de pressão racista” (Santos, 2019, p. 08), em um contexto de opressão que também pode levá-lo à autocensura, criando bloqueios psicológicos com inibições, que o impede de expressar abertamente suas experiências e opiniões.

O medo de retaliações ou julgamentos da sociedade pode levar à internalização do racismo, levando esses indivíduos a silenciar suas vozes e a se retratar em espaços públicos.

Ao me encontrar com o J.A.S.L. para a nossa entrevista, deparei-me com um negro alto, forte, pele não tão escura quanto de outros entrevistado, mais deixo claro que não se enquadra no perfil de “moreno claro ou pardo”, cabelo crespo tendenciado um pouco mais para o liso, trajava veste com estilo afro, adornava pelo pescoço e punho seus acessórios de miçangas, suas “guias”, uma mini bolsa transversal masculina, e um turbante na cabeça que não lhe deixava passar despercebido.

Ao começar a sessão de entrevista, ele brinca e fala: *“Sua entrevista hoje é com a bixa preta macumbeira!”*

A entrevista aconteceu de maneira bastante colaborativa e sem resistência de forma que o tempo passou rápido. Ao questionamento da primeira pergunta, ele relatou:

A Universidade é uma experiência única, que me proporcionou muitas mudanças enquanto ser social que busca mudanças para si próprio e para a educação do país. Eu acredito e espero por um futuro melhor, mais digno, igualitário, onde tenhamos oportunidades e a valorização dos nossos direitos humanos. Talvez eu não espere muito, ou espere... sei lá! Na verdade, a minha busca é para ter paz e ser tratado sem preconceito e discriminações (J.A.S.L. 2024).

2) Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em curso superior?

Aqui nós temos dois fatores alvo de preconceito e discriminação, etnia e sexualidade, ressaltando que eu ainda carrego um terceiro fator que é ser umbandista. Entretanto, esse terceiro fator não me causa constrangimento. A universidade é um espaço de inclusão, mas infelizmente como qualquer outro espaço temos a infelicidade de ter pessoas que não respeitam o próximo, acredito que os olhares preconceituosos são os primeiros desafios de qualquer pessoa negra e gay, pois são devastadores (J.A.S.L. 2024).

Diante dessa fala de J.A.S.L. “acredito que os olhares preconceituosos são os primeiros desafios de qualquer pessoa negra e gay, pois são devastadores”, pude inferir que em todas as falas do que já foi relatado até esse momento, que embora tenha se falado de racismo, discriminação, preconceito, representatividade e direitos humanos, todos sentem no início os “olhares” ameaçadores, inquisidores, julgadores

e excludentes, e esses na minha avaliação são os primeiros fatores que contribuem para proliferação de uma série de marcadores racistas, homofóbicos e sexistas, embora nem todos os alunos tenham percebidos essa categoria logo no primeiro momento, sendo que o mesmo contribui para o isolamento, silenciamento, e até mesmo a evasão escolar.

A razão desses olhares relatados pelos sujeitos da pesquisa, podem ser explicados por Frantz Fanon (1986). Na obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, o autor descreve como se sentiu destruído na sua condição de homem negro, pelos olhares da branquitude: “através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador” e “desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado” (Fanon, 1986, p. 103/108).

Buscando compreender esses sentimentos de “olhares” que os participantes relatam em seus depoimentos, estabeleço tais respostas no pensamento de Fanon (1986), que descreve a sensação de ser constantemente observado e avaliado pelos olhares brancos, o que contribui para uma profunda alienação e desconexão do eu. Ele argumenta que os olhares da branquitude são carregados de estereótipos e preconceitos e têm o poder de “dissecar” o sujeito negro, transformando-o em um objeto de escrutínio e de negação da sua humanidade.

Seguindo pela percepção do autor citado, esses olhares afetam a autoimagem do indivíduo negro, levando-o a internalizar as percepções racistas e a desenvolver uma “máscara branca” para se adequar às expectativas dominantes. Essa máscara representa uma tentativa de se conformar aos padrões culturais brancos, mas ao mesmo tempo resulta em uma alienação ainda maior do eu autêntico.

A partir desse parágrafo, seguiremos nossa análise de dados da pesquisa trazendo as respostas não mais de forma individuais, mas de forma coletiva. Tendo em vista que já se tem noções do perfil dos participantes.

3) Qual a maior dificuldade para um estudante negro gay, entrar ou permanecer em um Curso Superior?

Para R.A.S. e R.J.R.S ambas são iguais em sua conjuntura, desde a falta de oportunidades oriundos do seu contexto social, bem como o preconceito enfrentado em todos os espaços e a homofobia. Eles acreditam que ambas as etapas apresentam desafios. A entrada pode ser afetada por barreiras socioeconômicas, acesso limitado

a oportunidades educacionais de qualidade e desigualdades. A permanência pode ser afetada por preconceito, discriminação, falta de suporte emocional e acadêmico e falta de representatividade. Enquanto que J.A.M.C. e H.L.S.M. enfatiza que permanecer se torna mais complexo do que ingressar, devido a muitas pressões no ambiente social.

Para J.A.S.L., infelizmente vivemos em um país que ainda traz marcas e raízes coloniais firmes, vestígios disso, é que ainda se vive em espaços acadêmicos extremamente homofóbico e racista, o que dificulta cada vez mais a entrada e permanência das pessoas negras e gays nas universidades. Ele ainda afirma que, por inúmeros fatores sociais, as pessoas negras têm menos oportunidades ao espaço universitário; e que, apesar de ser um espaço de conquista a permanência do aluno, infelizmente depende de uma rede de apoio familiar que por questões de preconceito e homofobia, os ingressantes ao espaço universitário, muitas das vezes, não podem contar com essa rede de apoio, o que dificulta a permanência do aluno.

Nas palavras de D.S.S., o maior desafio de entrar e permanecer em curso superior é justamente permanecer, por conta da discriminação, o abuso, a falta de direitos e de proteção para pessoas como nós, e a própria instituição que as vezes cria dificuldades para barrar o nosso acesso a tal instituição.

Com base nas falas dos participantes, seguimos com o pensamento de bell hooks (2003) ao relatar que ainda “há pouco foco no nosso país na criação de ambientes de aprendizagem que sejam antirracistas na estrutura e no conteúdo, que atendam às necessidades específicas dos estudantes negros, ao mesmo tempo que permanecem inclusivos” (hooks, 2003, p. 83).

No trecho citado, a autora bell hooks aborda sobre a falta de atenção e de ações concretas para criar ambientes de aprendizagem que sejam inclusivos e antirracistas, especialmente no contexto da educação superior. Para isso, destaca que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros para entrar e permanecer na universidade, ainda há pouca ênfase na criação de ambientes que atendam às suas necessidades específicas e que sejam sensíveis às questões raciais.

Em outras palavras, a autora aponta para a necessidade urgente de reconhecer e abordar as barreiras estruturais e sociais que impedem o acesso equitativo à educação superior para os estudantes negros. Isso envolve não apenas garantir que eles tenham acesso às oportunidades justas de ingresso, mas também criar um

ambiente de aprendizagem que seja verdadeiramente inclusivo, onde se sintam valorizados e apoiados em sua jornada acadêmica. Essa abordagem antirracista na estrutura e no conteúdo da educação superior é essencial para promover a equidade e a justiça no cenário acadêmico.

4) Você se assumiu gay na universidade? Ou ela apenas lhe deu mais liberdade para viver sua orientação sexual? Porquê?

No meu caso me deu mais liberdade e também foi um momento de aceitação, porque eu conheci mais pessoas como eu e pude aprender muito com elas (R.A.S. 2024).

Eu me assumi na universidade, pois como falei anteriormente me senti confortável e bem, em um ambiente onde há outras pessoas como eu, cada uma com uma história diferente, porém todos passamos pela fase de sair do armário (R.J.R.S. 2024).

Me assumi com 14 anos, não aguentava o fardo de ter que me esconder. Em casa foi um pouco complicado, mas hoje em dia minha mãe (que é quem me criou sozinha desde sempre) é compreensiva e me entende do meu jeito. Na universidade pude sim explorar mais da minha sexualidade e entender melhor algumas questões que me assolavam (H.L.S.M. 2024).

Me deu mais liberdade, pois vivo longe da minha família, o que me gera mais segurança para mostrar quem sou de fato (J.A.M.C. 2024).

Não, ela apenas me deu maior liberdade, pois pude conhecer mais pessoas como eu e que não se importavam com qual seja a minha sexualidade, conheci e pude viver com mais pessoas igual eu, aprendi diversas coisas novas e pude me aceitar e me ver como quem realmente sou, e pela representatividade de muitas pessoas de se impor e mostrar sua força na universidade (D.S.S. 2024).

Sempre fui gay, nasci gay e vou morrer gay com muito orgulho do que sou e do que conquistei. Minha orientação sexual nunca foi um problema para mim, mas só tive liberdade de falar sobre minha orientação depois que entrei na universidade. Quando passei a ter contato com outras pessoas que também eram gays assumidas, libertas de si mesmo, daí tive coragem de quebrar o armário, a porta, a janela e principalmente o tabu dentro da minha família. Pois todos sabiam, só era algo que não era falado, hoje celebro meu corpo e quem eu sou em qualquer espaço (J.A.S.L. 2024).

Com base nos depoimentos dos participantes, avalio que a universidade permitiu, para a maioria dos entrevistados, mais liberdade para viver e para se aceitar, “sair do armário”, e assumir sua orientação sexual de forma mais confiante. Ressaltando que a instituição escolar foi construída com a percepção de gerar,

reproduzir e manter um conjunto de elementos de dispositivos como discurso, valores e práticas que retroalimentam os padrões da heteronormatividade, e esses elementos são responsáveis por estabelecer a heterossexualidade como a única possibilidade natural e legítima de expressão de orientação sexual (Warner, 1993, p. 17).

Cabe destacar que, embora possa parecer uma atitude descomplicada, o ato de se assumir requer uma série de negociações internas por parte do indivíduo. Além disso, há uma constante necessidade de avaliar os possíveis impactos que essa revelação pode ter em sua vida e em seus relacionamentos. Esses dilemas conduzem o sujeito a uma demanda contínua de reflexões sobre o que revelar, para quem e em que contexto irá. Essas são dúvidas e decisões que perdurarão ao longo de sua existência (Saggese, 2008; Drescher, 2014).

Nessa conjuntura complexa e multifacetada, a experiência de se assumir revela-se como um verdadeiro labirinto emocional e social, repleto de nuances e desafios que moldam profundamente a trajetória de vida de quem decide trilhá-lo. Esse processo é muito mais do que uma simples declaração de identidade; é uma jornada que envolve uma reavaliação profunda de valores pessoais e o enfrentamento de uma sociedade que, muitas vezes, impõe normas rígidas e preconceituosas. Ao se assumir, os indivíduos iniciam um caminho de autodescoberta e aceitação, que pode ser tanto libertador quanto assustador, dependendo das circunstâncias e do ambiente em que se encontram.

Ao dar esse passo corajoso, os indivíduos não apenas revelam sua essência mais autêntica, mas também confrontam estruturas sociais estabelecidas há tempos e encaram potenciais reações adversas por parte de seu círculo social e da comunidade em geral. Esse confronto pode resultar em uma série de mudanças significativas, tanto internas quanto externas. Internamente, há um fortalecimento da autoestima e uma sensação de alívio por viver de acordo com a sua própria verdade. Externamente, podem surgir desafios, como a necessidade de lidar com o preconceito e a discriminação, que exigem resiliência e apoio social. Portanto, se assumir é um ato de grande importância e complexidade, que impacta profundamente a vida dos indivíduos e das comunidades ao seu redor, refletindo uma busca contínua por autenticidade e reconhecimento.

Assim, o processo de se assumir e sair do armário pode ser comparado a uma jornada de autodescoberta e afirmação, permeada por vitórias e perdas que deixam marcas indeléveis na vida e na psique de quem a percorre. A revelação da identidade

verdadeira não só redefine os laços interpessoais, mas também desafia a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e a maneira como é percebido pelos outros. É um ato que demanda coragem, pois as repercussões dessa autenticidade podem ser profundamente dolorosas, lançando o indivíduo em um turbilhão de emoções, onde o medo da rejeição, do isolamento e da discriminação muitas vezes se faz presente, impondo um desafio adicional à sua jornada de autodescoberta e aceitação.

Contudo, para inúmeros indivíduos, o momento de se assumir transcende os limites do mero ato de revelar-se; é um ponto de virada que simboliza uma libertação, uma oportunidade de se despojar do fardo das expectativas alheias, de se despir das máscaras e artifícios que por tanto tempo foram utilizados para ocultar a verdadeira essência. É como abrir as portas de um armário empoeirado, deixando para trás os disfarces e as convenções sociais que antes aprisionavam a identidade autêntica. Esse passo corajoso não apenas marca o início de uma jornada em direção à autenticidade, mas também inaugura um capítulo de relações mais profundas, íntimas e verdadeiras.

Neste sentido, o percurso em busca da auto aceitação se revela como uma trilha sinuosa, repleta de desafios e obstáculos que testam a resiliência e a determinação do indivíduo. Contudo, é importante ressaltar que essa jornada também está impregnada de momentos de celebração, gratidão e empoderamento. Ao se despir das camadas de autoengano e conformidade social, o indivíduo encontra uma nova liberdade, uma sensação de alívio e plenitude que só pode ser alcançada quando se vive em consonância com a própria verdade interior. Assim, cada passo rumo à autoaceitação não só fortalece o vínculo consigo mesmo, mas também cria um espaço fértil para a construção de relacionamentos autênticos e enriquecedores, baseados na verdade, na compreensão e no respeito mútuo.

5) A cor da pele contribui como obstáculos e preconceitos?

Sim, na maioria das vezes, sou o último escolhido dos grupos, dentre outras problemáticas que podem não ser só desencadeadas por isso, mas que pode ser um fator determinante (J.A.M.C. 2024).

Sim, obstáculo particularmente para mim não, pois luto pelos meus direitos desde sempre (J.A.S.L. 2024).

A cor da pele não, mas sim a forma que as pessoas te veem por causa da cor da nossa pele (R.A.S. 2024).

Em certas ocasiões, sim. O racismo escrachado, ou aquele que tenta ficar oculto sempre serão questões que precisam ser trabalhadas no ambiente da universidade. Infelizmente ele ainda existe e é um dos responsáveis pela evasão de pessoas negras na universidade (H.L.S.M. 2024).

Infelizmente, a cor da pele ainda é um fator que contribui para o preconceito e obstáculos enfrentados por nós negros, em diferentes esferas da sociedade, inclusive em ambientes educacionais. O racismo pode afetar a maneira como nós somos tratados e percebidos pelos outros, o que de certo modo pode interferir na minha vida acadêmica (R.J.R.S. 2024).

Com certeza isso acontece, desde os tempos da escravidão os negros sofrem na sociedade devido seu tom de pele, pois éramos tratados como objetos sem liberdade, não tínhamos direito a nada. Atualmente as coisas vêm mudando, porém ainda existem pessoas que tem uma visão de mundo arcaica e que acha que por sermos negros somos inferiores, então a resposta é sim, a cor contribui muito, pois como todos sabemos isso ocorre desde os tempos da escravidão, e até hoje existem pessoas que acham que isso não mudou (D.S.S. 2024).

O preconceito da cor da pele, de acordo com G. Allport (1954, p. 09), é uma forma de antipatia que se fundamenta em propagações falhas e inflexíveis, que podem ser aplicadas a um grupo na totalidade ou a um indivíduo determinado, simplesmente por ele fazer parte de um grupo étnico específico. Essa definição ressalta a natureza irracional do preconceito étnico, pois não considera as características individuais pertencentes ao grupo. Ao invés disso, tem como base os estereótipos e suposições simplistas sobre todo o grupo étnico.

A cor da pele negra, infelizmente, tem sido historicamente um motivo de preconceito, racismo e discriminação em muitas sociedades ao redor do mundo, essa discriminação é uma manifestação dolorosa que acarreta diversos problemas para o negro. O racismo sendo um preconceito complexo e enraizado, que persiste como uma ferida que não cicatriza, é uma triste realidade afetando inúmeras vidas, tendo como consequência, “banir da vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer” (Sousa, 1990, p. 18).

Essa forma de preconceito racial na sociedade muitas vezes se manifesta de maneiras sutis ou veladas, tornando-se fundamental reconhecer que a cor da pele não define o valor de um indivíduo. Assim, é imprescindível desafiar as ideias

preconcebidas e promover a conscientização sobre a igualdade racial, para podermos construir uma sociedade com conceitos mais justos e inclusivos.

Trazendo essa discursão aos estudos de bell hooks (2003), que coadjuva afirmando que “a internalização mais óbvia da vergonha que impactou historicamente a autoestima dos negros e continua até os dias atuais é a vergonha da aparência, da cor da pele, do formato do corpo e da textura do cabelo” (hooks, 2003, p. 43). Aqui, hooks sugere que essa vergonha é o resultado direto da exploração e opressão perpetradas pelos colonizadores brancos ao longo da história. Isso porque, se não tivessem estigmatizado a aparência física dos negros enquanto os exploravam e oprimiam, o trauma psicológico resultante da escravidão não continuaria a se manifestar até os dias atuais da mesma maneira. Ou seja, a perpetuação da vergonha e do trauma psicológico está intrinsecamente ligada à maneira como os negros foram historicamente tratados e marginalizados pelos colonizadores brancos.

Nesse sentido, vamos perceber com a autora a necessidade de reconhecer e confrontar não apenas as estruturas de poder e opressão que ainda persistem na sociedade contemporânea, mas também os impactos psicológicos duradouros dessas estruturas nas comunidades negras. A compreensão desse legado é fundamental para abordar as questões de autoestima e as identidades entre os negros dentro dessas comunidades.

6) Já sofreu preconceito ou racismo? Que tipo? Como você reagiu?

Sim, já sofri diversas vezes através de palavras e ações discriminatórias, não fiz nada. É algo que te desconcerta e te tira a estrutura. Não acreditamos que está acontecendo, na minha cabeça, naquele momento não adiantaria intervir, nada resolveria, pois nos falta apoio para nos fortalecer e saber como agir (R.A.S. 2024).

Homofobia dentro da família apenas, mas tenho uma excelente rede de apoio, e sou muito conscientizado sobre o que sou, sentei e conversei com o meu tio e fiz ele entender o porquê de estar sendo homofóbico. Já o racismo, sofri inúmeras vezes dentro de lojas, acho engraçado que as pessoas sempre esperam que nós negros iremos baixar a cabeça e aceitar, mas cada vez mais temos pessoas negras reativas a qualquer forma de racismo, e eu sempre vou falar, gritar, chamar a polícia porque eu sei dos meus direitos enquanto pessoa e cidadão que luta por igualdade (J.A.S.L. 2024).

Foram diversos os ataques de homofobia, os de racismo foram menos. Os de racismo em sua maioria foram ataques sobre o meu cabelo, os homofóbicos foram agressões verbais. Como não sou de abaixar a cabeça, então sempre revidei, e na maioria das vezes adiantou, nas outras algumas brigas, mas nada muito grave (H.L.S.M. 2024).

Sim, sempre perguntam se sou gay e tals, as vezes acham que quero ficar com algum menino só porque sou gay, e acham que será mais fácil me chamando de “viadinho”. e ainda falam que tenho o jeito esquisito. Na questão de cor, certa vez quando fui aprovado no vestibular da própria ufpi, uma mulher me perguntou se eu havia passado por cotas por causa da minha cor, como se eu não tivesse capacidade de entrar em uma universidade. Fiquei muito constrangido e me perguntava por que acontece isso comigo se não faço mal a essas pessoas, tive medo, fiquei com vergonha, e com medo da reação das pessoas que eu amo de falar como eu sou, e quem eu sou, e como me sinto de verdade (D.S.S. 2024).

Até hoje dentro da universidade nunca me ocorreu o caso de sofrer algum tipo de preconceito, no sentido de racismo propriamente dito. No entanto os olhares, os cochichos, os boatos, se tornam demasiadamente cruéis, mas, eu geralmente ignoro, dou um belo sorriso, e tchau! (R.J.R.S. 2024).

Já sofri várias vezes de forma subentendida, nunca diretamente. Já ouvi piadas sobre meu cabelo e sobre meu caráter inúmeras vezes. Eu nunca baixo a cabeça, tento não discutir, mas é uma discussão onde estamos sempre em desvantagem (J.A.MC 2024).

O racismo é uma realidade que permeia todas as esferas da sociedade, desde as estruturas políticas e econômicas até as interações cotidianas entre os indivíduos, portanto, como afirma Munanga (2009), “o racismo é cotidiano na sociedade brasileira”. E com a intersecção do racismo com a homofobia, cria-se uma teia complexa de discriminação, ampliando os danos causados por ambos os fenômenos já que essa combinação de preconceitos não apenas perpetua estigmas, mas também marginaliza indivíduos que pertencem a grupos raciais e sexualmente minoritários.

Tais práticas discriminatórias não apenas impactam a autoestima e o bem-estar emocional das pessoas afetadas, mas também geram consequências negativas, pois tendem a causar maiores estragos, já que se tratam de um fenômeno discriminatório, baseadas na ideia de superioridade de determinados grupos étnicos em relação a outros, resultando em tratamento desigual com preconceito e violência.

Diante das falas dos participantes, os quais afirmam terem sido vítimas de homofobia, racismo e preconceito – de forma “subentendida” ou consciente, atacados por “piadas sobre meu cabelo”, “caráter” e “agressões verbais” –, nas suas reações adversas, muitos ficaram constrangidos, outros se omitiram por não saber lidar com a

situação, em alguns casos reagiram, já em muitas outras situações racistas, assumiram como própria culpa de que não foi racismo, ou que talvez tenha sido apenas “um simples mal entendido”. O racista sempre vai colocar a culpa na vítima.

Sob essas circunstâncias, cabe ressaltar o Kabengele Munanga (2009), quando fala que “o nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema”.

Nesse mesmo pensamento beel hooks (2003) afirma que,

quando os negros abordam a questão do racismo cotidiano, nomeando como este afeta o nosso bem-estar cotidiano, apenas para serem acusados de exagerar, os indivíduos cuja autoestima é frágil passam a temer nomear o que dói (hooks, 2003, p.71).

Ancorado nas palavras de hook (2003), entendo que o problema cotidiano das vivências da negritude é que são constantemente desencorajados a falar sobre o racismo que enfrentam diariamente. Quando eles tentam abordar abertamente como o racismo impacta seu bem-estar diário, são frequentemente confrontados com acusações de exagero, de *mimimi* – expressão contemporânea utilizada para se referir ao choro –, de que houve um mal-entendido, ou de criar problemas nos quais, supostamente, não existem. Esse tipo de reação faz com que as pessoas negras, cuja autoestima já é frágil, sintam-se ainda mais desencorajadas a nomear e confrontar as injustiças que enfrenta.

A autora ressalta que a negação ou minimização do racismo impedem que os negros expressem suas experiências e busquem as formas de lidarem com elas. Isso cria um ciclo prejudicial em que a falta de validação das suas experiências e da sua dor, contribuem para uma maior fragilidade da autoestima, tornando ainda mais difícil o enfrentamento do racismo de forma assertiva e construtiva e que, conseqüentemente, vai se perpetuando um ciclo de silenciamento e marginalização que prejudica não apenas os indivíduos afetados, mas também a sociedade como um todo, impedindo, assim, a verdadeira progressão em direção à igualdade, inclusão e justiça. Portanto, é urgente a necessidade de desconfigurar e combater as diversas formas de discriminações que surgem de maneira sutil, velada ou descarada, que ocorrem em todo meio social, e cada vez mais de maneira naturalizada.

No âmbito velado, o racismo ocorre por meio de estereótipos de piadas ofensivas sobre o cabelo, sobre a cor da pele, roupas, acessórios, exclusão social e oportunidades limitadas para pessoas racializadas e, no âmbito consciente, percebe-

se atos explícitos de ódio racial, como agressões físicas e verbais motivadas pela cor da pele, cabelo, ou origem étnica.

O cabelo do negro, sendo uma parte visível do corpo, “visto como “ruim”, é uma expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito”. Muitas vezes ele é utilizado como um critério para julgar a aparência e a adequação social de uma pessoa. Portanto, “ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito” de preconceito e discriminação (Gomes, 2007, P. 17). Infelizmente, certos tipos de cabelo são frequentemente estigmatizados e considerados inadequados ou não profissionais, o que pode levar à discriminação e ao preconceito por parte dos colegas de classe, professores e até mesmo da própria instituição escolar.

É de suma importância que lutemos contra os estereótipos enraizados de racismo e preconceito, especialmente aqueles relacionados à aparência física, relacionados ao tipo de cabelo, cor da pele, lábios e nariz. Ao promovermos ativamente a diversidade e a aceitação da individualidade, estamos pavimentando o caminho para a construção de sociedades mais inclusivas e justas. Devemos, pois, trabalhar incansavelmente para desfazer os nós dos estigmas que cercam características físicas, reconhecendo e valorizando a beleza e a singularidade de cada pessoa, independentemente de sua origem étnica ou características físicas. Ao criar ambientes onde a diversidade é celebrada e o respeito à individualidade é uma norma, estamos construindo um futuro mais promissor, onde todos têm a oportunidade de prosperar e se sentir verdadeiramente aceitos.

7) De que modo os acadêmicos negros gays se tornam resistência e representatividade no cenário universitário?

Como já sofremos esses ataques, sejam simbólicos ou violentos, durante toda a nossa vida somos acostumados a ter que lutar sempre, e na universidade podemos encontrar grupos para lutar juntos contra as desigualdades (R.A.S. 2024).

Pela sobrevivência e insistência mesmo, muitas vezes precisamos demandar um esforço maior sobre como permanecer no ensino, pois existem inúmeros obstáculos e dificuldades que podem nos levar a desistir (J.A.M.C. 2024).

Resistir a qualquer forma de opressão é lutar pelos direitos, estar em uma universidade pública é um direito de conquista de qualquer ser humano, resistir ao sistema opressor que também habita no espaço universitário é dever individual e coletivo das pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ (J.A.S.L. 2024).

Atuando de forma ativa, com projetos, artigos e outros métodos que mostrem representatividades para os demais da comunidade, não só os que já estão inseridos nas universidades, mas também para que os que irão entrar se sintam vistos e representados. Às vezes o ato de resistir resume-se ao simples (porém complexo) fato de concluir a graduação (H.L.S.M. 2024).

Infelizmente, a cor da pele ainda é um fator que contribui para o preconceito e obstáculos enfrentados por nós negros, em diferentes esferas da sociedade, inclusive em ambientes educacionais. O racismo pode afetar a maneira como nós somos tratados e percebidos pelos outros, o que pode interferir na minha experiência acadêmica (R.J.R.S. 2024).

De modo que quando todos se juntam em grupos, tentam e buscam lutar pelos seus direitos para sermos quem somos, e de como nos expressarmos da maneira que nascemos. Ou seja, acredito que se unirmos nossas forças e buscarmos lutar e protestar pelos nossos direitos, conseguiremos alcançar nossos objetivos, buscando ter voz e sermos ouvidos na comunidade acadêmica e na sociedade em geral. Necessitamos de representações, de direitos e proteção, e isso só conseguiremos se todos nos unirmos e começarmos a trabalhar juntos em prol de nossos direitos (D.S.S. 2024).

Diante dessas narrativas, percebo o nítido sofrimento, a resistência e sobrevivência em detrimento de uma sociedade racista, que traz cravada a ideia errônea de que o negro é uma raça inferior às demais. É possível perceber a existência desse estigma, profundamente enraizado e que se desenvolveu como uma justificativa ideológica para a escravidão e outras formas de discriminação racial. Essa ideologia persistiu ao longo dos anos, alimentando estereótipos competitivos e contribuindo para a marginalização de comunidades negras em muitas sociedades.

A escritora bell hooks (2003, p. 72), na sua obra "Rock my soul black people and self-esteem" (Balance minha alma, pessoas negras e autoestima), deixa evidente que os negros, ao abordarem conscientemente o tema do racismo, devem buscar as formas de discuti-lo sem perpetuar a ideia de que são sempre vítimas. Ela reconhece que há uma narrativa difundida na mídia e na sociedade em geral, que retrata os negros como se estivessem se vitimizando ao falar sobre racismo, em vez de reconhecer e confrontar as realidades do racismo estrutural e institucional.

A autora destaca a importância de se encontrar as maneiras corretas de falar sobre o impacto do racismo de uma forma que se reconheça a resiliência da comunidade negra, sem negar as injustiças que enfrentam. Nessa obra, ela critica a tendência da mídia em desvalorizar as vozes dos negros, além de perpetuar a ideia de que eles estão exagerando ou se vitimizando ao abordar questões de racismo. Ela também sugere que é necessário desafiar ativamente essa narrativa para promover uma compreensão mais precisa e justa das experiências negras.

Portanto, no ambiente universitário é imperativo se tornar resistente para sobreviver, onde os conflitos discriminatórios estão sempre presentes. Dessa forma, foi observado junto aos participantes, a necessidade de promover debates, se unir aos grupos específicos, lutar de forma resistente, e abraçar o movimento para seguir vencendo.

8) Você se sente fora do ambiente, que falta uma representatividade ou algo que você que se identifique?

Não me sinto fora do ambiente, mas para que isso acontecesse eu tive que criar um ambiente confortável para mim, através de muita luta, falas, discussões, eu ocupo esse espaço sem medo (J.A.S.L. 2024).

Na minha realidade atual, não. Não abaixo a cabeça no meu ambiente, assumo na maioria das vezes uma postura defensiva, pois não é fácil para nós sermos inseridos em ambientes assim pelos demais. Sou simpático com quem me trata bem, e vice-versa, sabe! Hoje em dia sou minha própria referência de representatividade. Não escondo, e nunca escondi quem eu sou (H.L.S.M. 2024).

Sim, eu me sinto fora do ambiente, sinto que falta algo. É como se eu estivesse sozinho, sem ter alguém para me unir e lutar (R.A.S. 2024).

Mesmo que nos dias atuais os negros e gays estejam mais incluídos na universidade do que a anos atrás, é muito bom ver que estamos evoluindo e conquistando mais espaço através de diversas lutas, porém não posso deixar de enfatizar que os brancos como sempre estão em maioria, e que o negro ainda tem um longo caminho a percorrer. (R.J.R.S. 2024).

Ambos, pois atualmente, só tive um professor preto em toda a minha graduação(J.A.M.C. 2024).

As vezes sim, mas como não tem essa representatividade sinto que não me identifiquei com nada e só sigo meu caminho (D.S.S. 2024).

Para esses acadêmicos, essa percepção de serem corpos estranhos fora do ambiente do ensino superior, pode gerar um sentimento de exclusão que dificulta a integração desses jovens no meio acadêmico, visto que, muitas vezes, já enfrentam barreiras culturais, sociais e econômicas que os tornam diferentes dos demais estudantes. Além disso, a falta de representatividade para esses jovens nas instituições de ensino superior e a ausência de referências e modelos que se assemelham às suas realidades, contribuem para o seu isolamento, gerando um sentimento de não pertencimento.

A existência de modelos identitários que sirvam como representações étnico-raciais dentro do âmbito acadêmico é crucial, não apenas para enriquecer a diversidade cultural, mas também para fortalecer as identidades das masculinidades negras gays e de toda comunidade LGBTQIAPN+. Ao oferecer espaços onde as raízes ancestrais e culturais são reconhecidas e valorizadas, estamos contribuindo para a construção de ambientes que propiciam diversos sentimentos de aceitação e pertencimento. Essas referências não apenas empoderam indivíduos LGBTQIAPN+ negros, mas também inspiram outros a abraçarem suas identidades de maneira autêntica e orgulhosa. Portanto, ao promovermos a presença de modelos que representem essa diversidade, estamos não apenas enriquecendo o tecido social e acadêmico, mas também criando condições mais favoráveis para o florescimento pessoal e profissional de todos os membros da comunidade.

Dialogando com Louro(2000), reconheço que em uma identidade implica em aceitar e se identificar com uma interpelação, ou seja, responder positivamente a um chamado que nos coloca como parte de um grupo social específico. Esse reconhecimento também envolve o estabelecimento de um senso de pertencimento a esse grupo de referência. No entanto, essa questão não é simples nem estática, pois “somos sujeitos de múltiplas identidades” (Louro, 2000, p. 06), que podem exigir lealdades diferentes, divergentes ou até mesmo contraditórias. Somos seres complexos e diversos, refletidos nas diversas facetas de nossa identidade. Por exemplo, é possível que haja reconhecimento como membros de uma determinada comunidade étnica ou cultural, ao mesmo tempo em que também se faz parte de um grupo profissional ou religioso. Essas diferentes identidades podem gerar conflitos ao se exigir uma tomada de decisões ou a criação de ambiente hostil.

9) Você se sente uma representatividade no curso superior?

Sim, eu acredito que sou uma fonte de inspiração, pois sou militante dos direitos lgbtqiapn+ e das causas raciais. Participo de movimentos sociais dentro da universidade, e busco sempre me politizar para melhor viver, conviver e sobreviver nessa sociedade. (R.A.S. 2024).

Com toda a certeza, sim! Sou alguém que luta, que não se cala, que reage, que não leva desaforos para casa, e jamais permitirei que outras pessoas tentem me diminuir como pessoa (J.A.S.L. 2024).

De certa forma, sim. Fazer parte de coletivos negros também ajudam a segurar a barra em alguns momentos. Partilhar suas vivências com pessoas que provavelmente passam pelas mesmas coisas que você ajuda (H.L.S.M. 2024).

As vezes sim e as vezes não, de modo geral alguns cursos lutam e batalham mais pelos direitos dos negros e gays como a história, já outros pouco ligam para as causas (R.J.R.S. 2024).

Acredito que sim, pois luto e tento mostrar as pessoas quando converso que quero ser influência na vida de todos e uma representatividade de maneira geral, inspirar jovens como eu a lutar e não desistir das batalhas apesar dos obstáculos, acho que como sendo um dos únicos negros do curso de matemática na ufpi de picos e ainda lgbtqiapn+ sinto que represento algo é inspiro algumas pessoas a também não desistir (D.S.S.2024).

Sim! Principalmente em um curso elitizado como a Nutrição, onde a maioria é toda de pessoas brancas e elitizadas (J.A.M.C. 2024).

No cenário acadêmico, junto aos grupos minoritários, a representatividade é importante em diversos contextos, sejam nos movimentos políticos, na mídia, na cultura e em outros aspectos da sociedade. Ela é extremamente fundamental para que o aluno se sinta incluído e pertencente a um determinado grupo, seja ele social, cultural ou de qualquer outra natureza. Pois estando relacionada à necessidade de inclusão e reconhecimento da diversidade, permite que diferentes perspectivas e identidades sejam adequadamente refletidas e consideradas, visto que, quando nos sentimos representados por alguém ou por uma expressão humana, conseguimos nos identificar com aquilo que está sendo transmitido e compartilhado.

Segundo Farias (2018), o conceito de representatividade se refere à qualidade de nos sentirmos representados por um grupo, indivíduo ou expressão humana em relação às nossas características físicas, comportamentais ou socioculturais, sendo que essa qualidade é fundamental para que nos sintamos parte de um grupo,

estabelecendo uma conexão e compartilhando experiências, impressões, sentimentos e pensamentos com os membros desse grupo.

Ter alguém em quem se espelhar é fundamental para o desenvolvimento de uma identidade saudável, especialmente durante as diferentes fases da vida. Portanto, é importante ter figuras de destaque que representam diferentes grupos sociais e culturais, permitindo dessa forma, a compreensão e valorização da diversidade e das diferenças entre as pessoas.

A representatividade desempenha um papel imprescindível, principalmente na fase das descobertas e da formação das identidades de gênero e orientação sexual, que muitos alunos ao entrar na universidade, veem-se nesses conflitos pessoais. Dessa forma, ter modelos que reflitam suas próprias características e experiências podem ajudar a fortalecer a autoestima e autoaceitação a partir da perspectiva de vermos pessoas bem-sucedidas em posições de destaque que compartilham semelhanças conosco, sentimos que também podemos alcançar nossos objetivos. Essa presença de representatividade cria um ambiente onde cada aluno se sente validado e encorajado a explorar plenamente sua identidade, contribuindo assim, para um ambiente acadêmico mais inclusivo e enriquecedor para todos os envolvidos.

10) Que fatores podem prejudicar a vida acadêmica dos estudantes negros gays no ensino superior?

Alguns fatores que podem prejudicar a vida acadêmica dos estudantes negros gays incluem preconceitos e discriminação por parte de colegas, professores ou funcionários da universidade. A falta de espaços seguros para expressar sua identidade e poder falar, a falta de representatividade em currículos acadêmicos e falta de acesso a oportunidades (R.J.R.S. 2024).

Homofobia e racismo são os principais fatores, mas também a falta de proteção, a falta de acolhimento, e a falta de uma rede de apoio para as vítimas de discriminação e violência(H.L.S.M. 2024).

Preconceito, Bullying, homofobia, racismo, dificuldades financeiras, falta de uma rede de apoio, ocorre uma pressão social que nos sufoca com a nossa dor, é como se ficássemos engasgados. São tantos fatores que não dá pra enumerar (J.A.S.L. 2024).

A violência, a exclusão de projetos de grupos sociais, o racismo, o preconceito e a homofobia. E tantos outros fatores que procuram excluir, segregar, oprimir e calar a voz dos negros gays (R.A.S. 2024)

Ocorre uma pressão social dentro do convívio com outros colegas, o ciclo social se torna escasso e não temos lugar de fala (J.A.M.C. 2024).

Constato, diante dos dados aqui expostos, a notoriedade de um sentimento de ausência de liberdade, ausência de reconhecimento, de aceitação, de inclusão, ausência de ser quem realmente é na sua verdadeira essência, tudo isso exacerbado por multifatores do sistema social normativo hegemônico, que são dilaceradores da personalidade das masculinidades negras gays consideradas periféricas, já que existe uma grande pressão social para tentar encaixá-los em um molde que não reflete a sua identidade de gênero e orientação sexual.

O sistema social normativo hegemônico, refere-se às normas e expectativas dominantes na sociedade privilegiada por certas identidades e formas de ser, em detrimento de outras. Nesse contexto, as masculinidades negras gays que não se encaixam nesses padrões hegemônicos enfrentam um dilema, pois são forçadas a tentar se moldar a um ideal de masculinidade que não reflete quem elas são verdadeiramente, exercendo uma pressão para se conformar a padrões irreais e excludentes, que podem ser prejudiciais para a saúde mental e emocional desses indivíduos, dilacerando suas personalidades e causando conflitos internos.

Ainda é possível dizer que tal pressão, para o homem negro gay se encaixar nos padrões dos outros, pode ser extremamente desafiadora para um aluno negro gay que se reconhece na pele que se habita. Isso porque a sociedade, em muitos momentos, impõe padrões e expectativas que não levam em consideração a diversidade sexual, e isso pode levar o aluno a se sentir desmotivado, oprimido, excluído e silenciado.

Todos esses fatores mencionados pelos participantes, retroalimentam e reproduzem os reflexos do colonialismo junto a raça negra, que se torna visível ao meu olhar quando dialogo com Grada Kilomba (2019, p. 27) ao afirmar que houve uma longa história de silenciamento forçoso e marcada por vozes atormentadas, línguas brutalmente interrompidas, idiomas impostos, discursos reprimidos e consideráveis lugares dos quais fomos excluídos e privados da oportunidade de expressar nossas vozes. O relato da autora revela um passado de restrições e barreiras que interseccionaliza com a narrativa dos participantes cujo sofrimento é fruto de diversos tipos de preconceitos e discriminações e não apenas o acesso a certos locais que é

visto de malgrado, mas também a permanência para compartilhar suas próprias vozes que são silenciadas.

11) Como se poderia melhorar o ingresso e a permanência dos negros na universidade?

O ensino no Brasil é escasso e de certa forma ridículo, não por conta dos professores mais por conta das atitudes que são tidas por aqueles que possuem poder e decidem como o ensino deve ser levado aos alunos. Criar medidas como a implementação de políticas de ação afirmativa, programas de bolsas de estudo direcionados, orientação acadêmica e suporte socioemocional específicos para estudantes negros, além de um currículo mais inclusivo que reflita a diversidade da população, podem contribuir para melhorar o ingresso e a permanência dos negros na universidade (R.J.R.S. 2024).

Acredito que para se melhorar de forma significativa, devemos começar com a ampliação das cotas e a melhoria do ensino público base (fundamental e médio). E as políticas de permanência também deveriam ser ampliadas, existindo uma lei exclusiva para esse público (H.L.S.M. 2024).

Já contamos com o sistema de cotas para pessoas negras que felizmente facilita a entrada dessas pessoas na universidade. Eu por exemplo sou cotista e tenho muita gratificação por esse sistema que me possibilitou a oportunidade de sonhar algo melhor para mim, e não é sobre a capacidade intelectual entre etnias e sim sobre a falta de oportunidades para pessoas negras. Enquanto militante do movimento negro e estudantil, acredito que coletivos, eventos, programas que buscam melhorias de permanências ainda não são a solução, mas sem dúvidas já é um bom caminho (J.A.S.L. 2024).

Através de mais representatividade dentro da universidade, mais discursos de resistência, além de claro, uma melhor qualidade de estudos (J.A.M.C. 2024).

Com políticas públicas afirmativas, não só na universidade, mas também nas escolas públicas, mais assistência propiciando mais oportunidades para os jovens pretos, e lutar contra o racismo e a homofobia de forma mais expressiva com punições e fiscalização (R.A.S. 2024).

Criando leis de proteção, aumentando as vagas para cotistas, lutar e defender os direitos, criar e debater temas relacionados dentro e fora da instituição e entre outros (D.S.S. 2024).

A presença de jovens negros gays nas universidades, por meio das medidas de ação afirmativa, é um avanço significativo na busca pela igualdade de oportunidades educacionais. No entanto, é importante reconhecer que o acesso à

universidade é apenas o primeiro passo para a inclusão e o sucesso acadêmico desses estudantes. Uma vez dentro da instituição, os jovens negros ainda enfrentam desafios relacionados à permanência e ao progresso acadêmico, o que tange a urgência de novas políticas de ações afirmativas, que não apenas insira na academia esse aluno, mas que o acolha e dê o suporte em todas esferas públicas para que ele possa conviver e sobreviver. Vale ressaltar que muitas vezes, eles se deparam com ambientes que reproduzem padrões culturais e estruturas de poder historicamente dominantes, o que pode dificultar sua adaptação e integração plena na vida universitária. No entanto, esses desafios também podem ser vistos como oportunidades para fortalecer a identidade étnico-racial dos jovens negros gays ao se confrontarem com seus conflitos.

É importante mencionar que a implementação de ações afirmativas no Brasil, com o objetivo de viabilizar o ingresso da população negra no ensino superior, surge como uma ferramenta crucial na busca pela mitigação das disparidades entre negros e brancos. Tais políticas visam primordialmente fomentar a inclusão e garantir igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua cor ou origem étnica. Ao propiciar o acesso de um número maior de estudantes negros ao ensino superior, as políticas afirmativas têm desempenhado um papel significativo na ampliação do diálogo sobre o racismo e a discriminação racial no país.

12) Na sua visão, o que falta na universidade para romper os obstáculos de inclusão e aceitação dos negros nos diversos cursos?

Políticas de inclusão, de combate ao racismo e a homofobia são boas alternativas. Políticas de acolhimentos às vítimas, eventos específicos para falar de temas raciais, e também punir quem comete esses crimes (H.L.S.M. 2024).

É fundamental uma abordagem holística que inclua políticas inclusivas, criação de espaços seguros e diversificados, educação antirracista e LGBTQ+ nas grades curriculares, treinamento para professores e funcionários em questões de diversidade e inclusão, além da promoção de eventos, grupos ou organizações que apoiem a inclusão e a aceitação de minorias étnicas e sexuais (R.J.R.S. 2024).

Faltam muitas coisas, mas destaco uma luta maior e maior importância sobre as causas racismo, de gênero e sexualidade, políticas públicas voltadas para isso (R.A.S. 2024).

A homofobia e o racismo são problemas de estruturas sociais e infelizmente não se destrói um sistema estruturado do dia para a noite.

O que os alunos, os professores, os coordenadores e todas as pessoas que compõem o espaço universitário, devem fazer com que pessoas racistas e homofóbicas sejam minorias diante uma maioria conscientizada, através de palestras, programas, eventos que tem como objetivo trazer tais pautas para o meio universitário (J.A.S.L. 2024).

Mais informação e muita conscientização. Uma atuação mais pertinente das políticas públicas garantindo nossa acessibilidade e permanência, bem como nossos direitos humanos (J.A.M.C. 2024).

A abertura de vagas, e que haja uma maior discussão do tema e que as pessoas parem de nos ver como diferentes, que nos respeitem, nos aceitem, e nos deixem viver em paz (D.S.S. 2024).

Nesta sessão, identifiquei, de acordo com os relatos dos participantes, que por mais que já existam políticas públicas voltadas para o público negro, é notório a necessidade urgente de uma implantação mais eficaz de políticas públicas, diga-se ações afirmativas, que legalize garantias de direitos mais eficientes, inclusive o direito à vida, uma vez que refletindo a partir do raciocínio de Daflon, Feres e Campos (2013, p. 41), explicitando que essas políticas de ação afirmativa, especialmente aquelas que visam a inclusão étnico-racial, têm desempenhado um papel fundamental na transformação da sociedade, tanto em termos práticos quanto simbólicos.

Por um lado, entendo que as políticas de ação afirmativa têm buscado corrigir desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos étnico-raciais marginalizados, mediante as garantias de acesso igualitário a oportunidades educacionais, empregos, moradia e outros recursos essenciais. Por outro lado, apenas essas ações ainda não se mostram o suficiente para a inclusão, aceitação e permanência dos negros gays nos cursos superiores das universidades, devido as diversas formas de racismo e preconceito aos grupos minoritários que estão atrelado as estruturas de poder hegemônico. Dessa forma, ao estabelecer cotas ou programas de reserva de vagas para esses grupos, as políticas de ações afirmativas têm permitido que indivíduos que antes eram excluídos tenham acesso a espaços e posições que lhes foram negados por muito tempo.

Refletindo sobre esse pensamento, anco-me em Lima e Vala (2004, p. 402), para dizer que o fato de existirem vários grupos socialmente desvalorizados e vários tipos de preconceito relativos a grupos minoritários na estrutura de poder. A gênese do preconceito é uma manifestação do poder e da hierarquia social, onde aqueles que estão em posições privilegiadas tendem a discriminar e marginalizar aqueles que

estão em posições de desvantagem, e esses grupos são desvalorizados socialmente porque não se encaixam nos padrões dominantes.

13) Na sua opinião, porque geralmente existem um percentual maior de brancos em cursos superiores?

Por que a sociedade é racista e as pessoas brancas são privilegiadas em todas as camadas sociais tendo muito mais oportunidades do que pessoas pretas e assim tem mais facilidade de ingressar em cursos superiores (R.A.S. 20124).

Existem inúmeros fatores, posso citar alguns, como a falta de oportunidades para as pessoas negras, que infelizmente por questões sociais muitas das vezes precisam largar os estudos para trabalhar. Outra questão é que infelizmente as famílias não conseguem entender e respeitar a sexualidade de seus filhos, colocando essas pessoas em situações difíceis e tendo que virar adulto, trabalhar, ter responsabilidades antes do tempo. Isso infelizmente anula um processo muito importante para a criança e adolescente, que é buscar os estudos e uma perspectiva melhor de futuro, isso são desejos e sonhos retirados de jovens negros e gays, que lutam pela sua existência em uma sociedade cruel desumana e preconceituosa com esses corpos (J.A.S.L. 2024).

Apesar de no Brasil 51% da população seja negra, os brancos são os que estão em mais escala em relação a dinheiro e poder, então de modo geral eles possuem mais oportunidades de ensino e estabilidade que um adolescente precisa para estudar e passar em uma universidade (R.J.R.S. 2024).

Por conta das oportunidades que essas pessoas tiveram ainda no ensino médio. A maioria vem de escolas privadas, competem com pessoas que passam pela escola pública precarizada e se sobressaem. Por isso a importância das cotas, para que desigualdades como essa sejam reparadas (H.L.S.M. 2024).

A educação pré-ensino superior deles é de maior qualidade, muitos frequentam cursinhos e se desenvolvem melhor, além de fraudarem cotas raciais (J.A.M.C. 2024).

Devido a vivermos em uma sociedade preconceituosa, onde a maioria branca tem mais direitos que todos os outros, a miséria e a defasagem está aí, principalmente na questão salarial e nas vagas de universidades que as pessoas brancas na maioria das vezes utilizam e conseguem as vagas nos Cursos por meio de cotas, uma coisa absurda (D.S.S 2024).

Após transcorrido 11 anos da aprovação da Lei de Cotas, n. 12.711/2012, é possível observar uma quantidade irrisória de alunos negros ocupando as salas

universidades brasileira, o que levam os participantes a alegarem como principais fatores determinante para essa discrepância, o privilégio branco, o racismo, o preconceito, a defasagem da educação básica e os desafios para permanência nos cursos. Contudo, o crescimento substancialmente de alunos negros nas universidades, demonstra que a política de cotas tem sido eficaz em aumentar a diversidade racial no ensino superior.

Pode-se observar que muito dessa comunhão de ideias no pensamento de Ristoff (2013, p. 11) traz a reflexão de que apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, o ambiente universitário brasileiro ainda reflete e amplifica as desigualdades presentes na sociedade. E, ao analisar os números e fazer contas, chega-se à conclusão de que os cursos de graduação no *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos, contribuem para a hipertrofia dessas desigualdades.

Esse pensamento reflete as argumentações dos participantes desta pesquisa, justamente quando eles observam que o acesso à educação superior no Brasil ainda é muito restrito a uma parcela privilegiada da população, perpetuando dessa forma as desigualdades socioeconômicas.

A ausência de políticas públicas mais efetivas que garantam a inclusão do negro gay ao ensino superior, dificulta o ingresso e a permanência desses estudantes provenientes de camadas mais vulneráveis da população, associado a uma perda de qualidade do ensino oferecido nas universidades públicas que muitas vezes é insuficiente pela falta de investimentos governamentais, também contribui para a perpetuação das desigualdades sociais enfrentada pelos negros.

14) Já pensou em desistir do curso por conta desses conflitos? O que te fez voltar atrás?

Sim, mas a vontade de vencer e ser representatividade para outras pessoas foi maior (J.A.M.C. 2024).

Sim, diversas vezes. Mas como disse, acredito que a universidade seja a porta de entrada para o meu futuro brilhante, não posso deixar que terceiros tomem as rédeas do meu destino dessa forma. Serei resistência e irei concluir a minha graduação. Provarei de uma vez por todas que nós merecemos sim, ocupar esses espaços e que o faremos com maestria (H.L.S.M. 2024).

Não, acredito que Deus sempre me deu forças para continuar seguindo em frente apesar dos desafios e obstáculos no caminho (D.S.S. 2024).

Não, nunca me passou pela cabeça tal pensamento (R.J.R.S. 2024).

Não, lutei muito para esta nesse lugar, e não permitirei que nada me tire desse caminho (R.A.S. 20124).

Não, aqui é somente a ponta do iceberg. Ainda tenho muito caminho a percorrer, muitos sonhos e lutas para conquistar (J.A.S.L. 2024).

Os desafios enfrentados pelos alunos negros gays nas universidades, que podem ocasionar sua desistência, são muitos, mas a resiliência e a determinação em superá-los são igualmente notáveis. Logo, é importante que cada indivíduo examine, de forma explícita e atenta, as particularidades de sua própria vida para determinar onde a ação e a energia são necessárias, pois “a mudança é responsabilidade imediata de cada um de nós, não importa onde ou como nos posicionamos, ou qual arena escolhemos” (Lorde, 2019, p. 178).

Ainda refletindo com os aportes teóricos de Audre Lorde (2019), faz importante marcar o convite a resistir no seguinte destaque:

Não deixem que uma falsa sensação de segurança (“isso não me afeta”) ou o desespero (“não há nada que possamos fazer”) os levem à passividade. Cada um de nós deve descobrir qual trabalho nos cabe e colocá-lo em prática. Militância não significa portar armas em plena luz do dia, se é que algum dia foi isso. Significa trabalhar ativamente pela mudança, às vezes sem nenhuma garantia de que ela esteja a caminho (Lorde, 2019, p. 178).

Tal convite traz a urgência e a natureza pessoal da responsabilidade pela mudança, destacando que esta transcende o contexto individual ou as escolhas de cada um. Ao reconhecer e enfrentar os desafios que surgem, podemos não apenas melhorar os ambientes escolares, tornando-os mais inclusivos e acolhedores, mas também há a possibilidade de criar espaços onde todos os alunos possam verdadeiramente prosperar e desenvolver seu potencial máximo, independentemente de sua orientação sexual. Em essência, sua mensagem é um chamado para que as pessoas se engajem ativamente na busca por mudanças positivas, mesmo quando isso implica enfrentar incertezas e obstáculos.

Antes de adentrarmos na análise final dos resultados das entrevistas, achei pertinente colocar um trecho da canção “Não Recomendado” do cantor Caio Prado, para uma breve reflexão sobre o atravessamento que ela faz com a nossa pesquisa.

Uma foto, estampada numa grande avenida. Uma foto, publicada no jornal. Uma foto, na denúncia de perigo na televisão. A placa de censura no meu rosto diz, não recomendado à sociedade. A tarja de

conforto no meu corpo diz, não recomendado à sociedade. Pervertido, mal-amado, menino malvado, muito cuidado, má influência, péssima aparência, menino indecente, viaado...(Caio Prado, 2014).

Cantada e interpretada pelo músico brasileiro Caio Prado, que explora sua dupla identidade como homem negro e gay, a canção traz à tona questões relacionadas à diversidade sexual e aos desafios enfrentados pela comunidade negra e LGBTQIAPN+. A música pode ser vista como uma forma de expressão artística que busca desafiar e romper com os estereótipos e preconceitos presentes na sociedade.

Apesar da melodia não ser o foco principal deste estudo, ela contém elementos que se conectam significativamente às trajetórias e histórias compartilhadas pelos participantes, sendo possível construir reflexões e interpretações sobre um discurso moral e conservador enraizado em princípios e num conjunto de regras que norteiam a sociedade.

De maneira metafórica, as placas de censura que se relacionam sobre os corpos discriminados, assemelham-se aos rótulos que delineiam os desvios e curvas que são traçados, contrariando a linearidade esperada pela heteronormatividade. É possível experimentar essas deliberações de preconceitos e discriminações quando os corpos transitam pela vida, conforme expresso na canção: “uma foto, na denúncia de perigo na televisão” à “má influência, péssima aparência, menino indecente, viado”.

A partir desses marcadores citados acima, atribuídos pejorativamente à maioria dos negros gays, busquei identificar dentro das narrativas compartilhadas juntos aos participantes desta pesquisa, na condição de estudantes negros gays universitários, elementos que ilustram as vivências, conflitos e conquistas na trajetória acadêmica, norteados a partir do tempo e local de suas experiências.

Como resultado final desta análise, ao refletir sobre os relatos compartilhados por esses estudantes, torna-se evidente a magnitude das dificuldades enfrentadas na construção, consolidação e fortalecimento das identidades masculinas negras gays, que se desdobram em um contexto social marcado pela dominação e supremacia branca, onde os valores eurocêntricos subjagam as narrativas e experiências da comunidade negra, que são constantemente subestimadas, marginalizadas e depreciadas. Nessa dinâmica, tudo que é associado à cultura negra é sistematicamente desvalorizado, perpetuando um ciclo de desvalorização e inferiorização.

Desde os primeiros anos de vida, os jovens negros gays enfrentam uma avalanche de estereótipos negativos e preconceituosos, que os colocam em uma

posição de desvantagem injusta em uma sociedade onde os padrões de beleza, comportamento e sucesso são predominantemente moldados por uma perspectiva hegemonicamente influenciada e muitas vezes inalcançável para muitos desses jovens. Essa exposição precoce a expectativas irrealistas não apenas impacta profundamente a autoestima e a identidade desses indivíduos, mas também molda suas percepções sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, criando barreiras adicionais para sua aceitação pessoal e integração social.

A pressão incessante para se adequarem a um molde branco idealizado, força-os a negar sua própria identidade racial e cultural, pautando um processo doloroso que inevitavelmente corrói sua autoestima e autoconfiança. Esta dinâmica, profundamente arraigada, perpetua um ciclo de marginalização e alienação que demanda uma abordagem mais compassiva e inclusiva para garantir que todos os jovens negros gays possam se orgulhar de quem são, sem medo de rejeição ou discriminação.

Em virtude da proliferação do racismo estrutural, nas entranhas das estruturas sociais que permeiam o ambiente acadêmico, vai-se impactando e infectando diretamente a construção psicossocial das masculinidades negras gays, interferindo negativamente em sua saúde mental e na validação dos seus méritos acadêmicos.

O sistema social, nessa normatização tóxica, vai construindo e fortalecendo outras formas de ramificações de preconceito e discriminação como o racismo institucional, recreativo, cultural, sistêmico e científico, criando um ciclo de exclusão e marginalização, que se perpetua minando a autoestima e as perspectivas de sucesso desses estudantes negros gays, pois como destaca bell hooks (2003, p. 54), “essa baixa autoestima pode levá-los à autossabotagem em áreas onde podem ter todas as habilidades para se destacarem”.

Com efeito, torna-se evidente que a construção das identidades das masculinidades negras gays no contexto universitário é um processo intrincado, complexo, multifacetado e influenciado por uma variedade de fatores sociais, culturais e individuais. Esses jovens se encontram imersos em um ambiente dinâmico, onde as interações com colegas, professores e estruturas institucionais desempenham um papel significativo na forma como percebem a si mesmos e como são percebidos pelos outros.

É um processo contínuo, o delinear dessas identidades, pois se fundamenta a partir das interações com colegas, professores e funcionários da instituição, exigindo

dessas identidades, que sejam constantemente negociadas e reafirmadas, considerando tanto a orientação sexual quanto a raça. Esse processo ocorre em meio aos desafios como preconceito, racismo, violência e homofobia.

A partir dessas ponderações, torna-se dolorosamente evidente que a validação da identidade de homem negro gay no contexto acadêmico é uma tarefa árdua, quando deveria ser uma progressão natural e descomplicada. O que deveria ser um processo inerentemente integrativo, muitas vezes, transforma-se em uma batalha utópica, na qual a aceitação e a legitimidade são elusivas. Ao considerarmos a construção dessas identidades de masculinidades gays, é crucial reconhecer que elas são moldadas por uma infinidade de experiências, marcadas por lutas, dores e sofrimentos. Essas trajetórias são permeadas por obstáculos e desafios que, indubitavelmente passam despercebidos ou são minimizados pela sociedade, já que estamos em contínua construção, como afirmou sabiamente Lélia Gonzalez:

a gente não nasce negro, a gente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada (...) (Esse trecho está num depoimento de Lélia de Almeida Gonzalez, publicado em 1988).

Diante dessa reflexão, percebo a abordagem da autora em direção a uma construção da identidade racial negra e da complexidade desse processo ao longo da vida, e ela faz isso justamente ao afirmar que "a gente não nasce negro, a gente se torna negro". Para essa questão ela está destacando que a identidade racial não é inata, mas sim algo que é formado e desenvolvido ao longo do tempo, em resposta às experiências e às interações vivenciadas ao longo da construção pessoal de cada indivíduo.

A autora descreve essa jornada como uma "conquista dura, cruel" que se desenrola ao longo da vida, que se forja a base de muitas dores da alma. Isso sugere que a identidade negra, diga-se masculinidade negras gays, é forjada em meio aos desafios, discriminações e lutas contra a homofobia e o racismo estrutural e individual, sempre marcada por inúmeras dificuldades e adversidades na sua trajetória formativa.

Ao mencionar que a identidade negra não é algo "pronto, acabado", compreendo que a autora enfatiza a natureza dinâmica da constante evolução e construção dessa identidade. Ela é moldada pelas experiências, pelas relações sociais e pela consciência racial ao longo da vida de uma pessoa negra, com destaque para a importância de se reconhecer a complexidade e a individualidade das

experiências negras, rejeitando a ideia de uma identidade racial monolítica e estática, fazendo-nos refletir o quão desafiador é a construção das masculinidades negras gays nas universidades.

Portanto, ao compreender que a identidade negra é um processo contínuo de construção e evolução, é crucial adotar uma abordagem inclusiva e sensível às diversas experiências vividas pelos indivíduos negros, reconhecendo a multiplicidade de caminhos e desafios enfrentados, especialmente no contexto da formação das masculinidades negras gays nas universidades.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade em todo o seu processo de construção institucional, ainda perpetua a estrutura de uma série de paradigma normativos enraizados, que privilegia e acolhe toda uma população branca dentro do seu cenário acadêmico elitizado, em detrimento da exclusão dos negros com base nas suas estruturas de poder.

Verifiquei que nesse cenário, os estudantes negros gays enfrentam uma série de desafios para acessar e permanecer na universidade, devido as estruturas das desigualdades do sistema social, além das questões financeiras, discriminação sistêmica, ausência de acolhimento e de não pertencimento.

A princípio, o enfoque deste trabalho tem sido a minha reflexão sobre o tema desta escrita, “Na pele que se habita - diálogos, vivências e construção das masculinidades negras gays nas universidades”. Embora eu, inicialmente, nutrisse algumas dúvidas quanto ao interesse da comunidade acadêmica por um estudo que abordasse a trajetória de um grupo específico de alunos, de certa forma, encarei esse processo científico como uma conversa íntima com os meus pares, explorando as trajetórias educacionais dentro de um contexto particular, a negritude segregada que acessa a universidade.

Essa preocupação inicial, essencialmente pessoal, foi gradualmente dissipada ao longo do processo de pesquisa e diálogo, à medida que me convenci de que este trabalho é relevante e também pode ter um caráter histórico e coletivo. Isso foi possível porque se descortinava para mim caminhos que me levaram para uma série de reflexões interconectadas a diversas facetas dos diálogos, vivência e construção das identidades masculinas negras e gays na universidade.

O processo de pesquisa, de certo, deu-se a partir do pensamento de Jurandir Ferreira Costa (1983) prefaciando o livro "Torna-se Negro" da Neusa Santos (1983), quando o autor expressando sua dificuldade em abordar o assunto em questão com uma perspectiva distante e julgadora, como muitas vezes é feito na academia, ao analisar teses e trabalhos. Ele sugere que a credibilidade do que está sendo afirmado não surge apenas do cumprimento dos padrões tradicionais de validação científica, como "rigor teórico e fidedignidade do fato empírico", mas que essa verdadeira legitimidade vem da experiência pessoal e "coerência conceitual", a qual "a dor cria a noção; a indignação; o conceito; a dignidade; o discurso" a partir dessas vivências (Costa, 1983, p. 01).

Dentro dessas reflexões foi possível perceber que o autor valoriza uma abordagem mais empática e contextualizada reconhecendo, dessa forma, a importância das emoções e das narrativas individuais na produção científica do conhecimento. Portanto, com base nessa afirmação, na qualidade de pesquisador e indivíduo envolvido, estabeleço que a prioridade do objetivo geral buscou compreender a construção, os conflitos e desafios das vivências das masculinidades negras gays, a partir da entrada, bem como das negociações, das vivências e percepção da universidade, por meio das inter-relações sociais para a permanência na academia.

Evidenciei, nesta pesquisa, que a construção dos diálogos, vivências e construção das masculinidades negras gays na universidade é um processo complexo que envolve múltiplos aspectos sociais, culturais e individuais. Em primeiro lugar, esses diálogos, vivências e a própria construção da masculinidade negra gay, são moldados pela interação constante com outros estudantes, professores e funcionários da universidade, onde as identidades são negociadas e reafirmadas, percorrendo um caminho interseccional pelos marcadores de orientação sexual e raça, sob olhares de preconceito, racismo, violência e homofobia.

Convém lembrar que essas experiências individuais de discriminação sistêmica, preconceito e segregação, são confrontadas e interpretadas à luz de um contexto mais amplo das desigualdades estruturais baseadas em relações de poder, exigindo a priori, uma constante negociação e resistência por parte das masculinidades negras gays.

Por todos esses aspectos, a permanência de um negro gay, em uma universidade, é uma jornada marcada por desafios e conquistas na qual a persistente

interação da identidade negra fomenta a contraposição ao preconceito e a busca por espaços de inclusão, cujo reconhecimento das identidades são elementos essenciais.

Logo, a construção das masculinidades negras gays na universidade não se dá de forma isolada, mas sim com a utilização de uma rede de relações e práticas quotidianas que visa não apenas a sobrevivência individual, mas também a transformação das estruturas de poder da branquitude, que perpetuam o racismo, homofobia, discriminação e a exclusão.

Para se alcançar a compreensão dessa realidade multifacetada, mediada por uma análise mais aprofundada das diferentes perspectivas de racismo e homofobia confrontado pelos negros gay na universidade, procurei, com as particularidades dos objetivos específicos, trazer uma clareza do enfrentamento discriminatório da pele que se habita. Ao passo que foi possível identificar de que modo os acadêmicos exercem suas masculinidades negras gays como meio de resistência e a naturalização das diferenças devido à cor da pele, tipo de cabelo, fatores entendidos como obstáculos e preconceitos; e de como se processa a construção do racismo e da homofobia no cenário universitário, sendo notório que no ambiente acadêmico, os alunos negros gays se deparam constantemente com diversas formas de violências que estão fortemente enraizadas em todas esferas da sociedade.

Uma vez que as escolhas metodológicas e teóricas realizadas ao longo da pesquisa desempenharam um papel crucial na habilidade de organizar e examinar minuciosamente um conjunto de dados empíricos tão vasto e intrincado, consegui imergir nas lembranças compartilhadas pelos participantes, retratando uma conexão profunda entre suas narrativas, com vistas aos relatos frequentemente relativos à solidão vivenciada e os momentos em que foram silenciados por olhares, expressões ou situações preconceito e racismo, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário.

As análises da pesquisa revelaram que as masculinidades negras gays são profundamente moldadas pelos espaços que frequentam e pela forma como são percebidas e aceitas nesses ambientes, ficando evidente que o imenso processo de exclusão, segregação, racismo, homofobia, preconceito, discriminação e violências, baseadas na raça e na orientação sexual dos participantes, são tidos como normais no ambiente acadêmico e também fora dele, destacando que são amparados pelas estruturas sociais em detrimento da ausência de suporte e proteção para as vítimas negras gays.

Em todas as entrevistas realizadas, os relatos dos estudantes negros gays, revelaram uma lacuna significativa no que diz respeito ao acolhimento oferecido pela instituição, ao passo que muitos se sentem desamparados, excluídos e sem orientação, sem sentimento de pertencimento, lançados à própria sorte em um ambiente que muitas vezes é hostil e lhe causa adoecimento físico e mental.

Essas dificuldades, por vezes, são invisibilizadas de tal maneira que essa jornada investigativa me levou a perceber que à medida que desvendamos essas narrativas, não apenas este trabalho contribui para a compreensão da trajetória desses alunos, mas também lança luz sobre as questões ditas “normais” (racismo, homofobia, preconceito, etc.) de forma mais ampla e relacionada à diversidade, a inclusão, a identidade racial e de gênero dentro do ambiente universitário.

Este trabalho, portanto, emerge como uma voz, entre tantas outras, que clama pela promoção da população negra, especialmente dos estudantes negros gays, impõe-se como um ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre as complexidades da construção das masculinidades negras e gays na academia; já que ao ouvir os relatos dos participantes da pesquisa, objetivar e compreender as suas trajetórias na universidade, faz com que surja a necessidade de se reconhecer suas lutas pela permanência nos espaços acadêmicos como propósito fundamental para a construção de políticas públicas e práticas educacionais mais inclusivas e equitativas. Ademais, as ações afirmativas não devem se limitar apenas ao ingresso do discente, mas devem abranger todo o percurso acadêmico, visando não apenas a sua inclusão, mas também a promoção da ascensão social, e do acesso às oportunidades para toda população acadêmica negra.

Aqui, permito-me, como pesquisador, na minha pele que habito, ir além do pensamento da artista Viola Davis em seu discurso na premiação do Oscar de 2015, quando ela diz que “a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é a oportunidade”. Ouso dizer que somos corpos identitários coagidos a não poder viver a nossa própria identidade, conscientes de que nem sempre o que separa as pessoas pretas das pessoas brancas seja apenas o racismo, mas também a falta de oportunidades. Dê-nos oportunidades, e conquistaremos o mundo.

Dessa forma, reafirmo que ser resistência, ser articulado e ser conhecedor das leis e de seus direitos não é meramente uma opção, mas sim uma necessidade de sobrevivência, já que os vilões surgirão na sutileza dos olhares desprezíveis e julgadores; nos comentários de asco, nas falas debochadas em relação ao cabelo e

à cor da pele, em ataques frente a comportamento sensível de uma masculinidade considerada frágil ou não viril e, por fim, na normalização da resposta para o enfrentamento das violências aqui tratadas: “agora tudo é racismo e homofobia”.

Os resultados extraídos desta pesquisa, sublinham a importância de se considerar não apenas as experiências individuais, mas também os contextos sociais e institucionais nos quais essas experiências estão inseridas, visto que a alarmante falta de suporte institucional demonstra a necessidade urgente de mais implantação de políticas públicas para que se possa fomentar uma educação mais inclusiva e justa.

Contudo, diante de séculos de injustiças, indignação e privação, é de vital importância enfrentar as barreiras de racismo, homofobia e dos diversos preconceitos presentes nos ambientes universitários. Portanto, torna-se necessário criar espaços nos quais todos os estudantes se sintam respeitados, valorizados e capacitados a desenvolver todo o seu potencial acadêmico e pessoal, promovendo, desta forma, um ambiente mais acolhedor e enriquecedor para todas as diversidades.

Explorando as diferentes possibilidades de estudos acadêmicos, percebo que este trabalho não se limita ao que se propôs investigar; ao contrário, abre caminhos para novas explorações e aprofundamentos dentro de um tema complexo e pertinente para a sociedade, considerando suas restrições de estrutura e tempo. Sendo assim, é crucial aumentar a quantidade de produções científicas nesse segmento, mas mantendo a leveza de produções de qualidade, que devem ser sensíveis às experiências das pessoas negras, que não sejam apenas dados a serem analisados friamente, mas sim narrativas de vida, em um contexto no qual o racismo é profundamente enraizado e estrutural.

Na visão de pesquisador, percebo que este estudo aborda algumas lacunas iniciais, porém, como é comum em trabalhos acadêmicos, não foi possível conseguir abarcar todas as nuances ou elementos abordados na temática deste trabalho. Por isso, adiante, pretendo provocar e levantar questionamentos que considero complementares a esta investigação e para futuras pesquisas: Como a interseccionalidade entre a identidade racial e a orientação sexual pode ser pensada nas interações com colegas, professores e funcionários da universidade? Na condição de negro gay, como se percebe a representatividade nos currículos e nos recursos disponíveis na universidade? Como se vê o papel dos estudantes negros gays na promoção da diversidade, das lutas e da inclusão dentro da comunidade universitária?

Concluo esta pesquisa revisitando os caminhos tortuosos e labirínticos que me conduziram até esta investigação. Esses caminhos representam as lembranças da pele que sempre me habitou, onde se entrelaçam o passado e o presente, evocando a sensação de que, muitas vezes, o presente repercute o passado. Não em relação a si mesmos, mas sim ao mundo que cerca cada corpo negro gay, permeado pela persistência do racismo e da homofobia. Essas memórias, narradas pelos participantes da pesquisa, auxiliaram-me na compreensão de nós mesmos (como sujeito coletivo), a expressar as identidades e aspirações e a traçar cada jornada, em particular. Aqui, deixo os rabiscos de memórias construídos nas entrelinhas da minha pele que eu habito, moldados pelo meu corpo, que juntamente com outros corpos, carregam consigo narrativas profundas adubadas com as dores da alma, que clamam por serem compartilhadas de dentro para fora. Que outros homens negros gays se sintam motivados a partilhar suas próprias narrativas, tão essenciais e urgentes, como um ato político, como um ato solidário aos irmãos de cor e como ato acadêmico de resistência. Que esse desejo possa transcender as páginas deste trabalho!

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922000000200006&script=sci_arttext

AGUIAR, M. M. Márcio Macedula Aguiar: depoimento. **Entrevista concedida a: Maria Aparecida Pereira dos Santos Ribeiro**, 12 abr. 2016.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte, Letramento: Justificando, p. 39, 2018.

ALAMBERT, Z. **A mulher na história, a história da mulher**. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de . **Racismoestrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo :Sueli Carneiro; Ed. Pólen, 2019.

Allport, G. **Theories of prejudice**. In G. Allport (Ed.). *The Nature of Prejudice*. (Ed.25). United States: Addison-Wesley publishing company, 1954.

ANDERSON, K. L., Umberson, D.. **Gendering violence: masculinity and power in men's accounts of domestic violence**. *Gender & Society*, v. 15, n. 3, p. 358-380, 2011. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/089124301015003003>

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** [tradução Sérgio Miller]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BEASLEY, C. **Rethinking hegemonic masculinity in a globalizing world**. *Men and Masculinities*, v. 11, n. 1, p. 86-103, 2008. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1097184X08315102>

BENTO, M. A. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-58, 2002.

BERTÚLIO, D. L. de L.; DUARTE, E. C. P.; SILVA, P. V. B. da. **Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

BOULLE, Pierre. François **Bernier and the origins of the modern concept of race**. In: **Sue Peabody**; Tyler Stovall (ed.). *The color of liberty: histories of race in France*. Durham, NC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique**. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, p. 69-72, jun., 1986.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciações**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006.

BRASIL. **Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo, Brasiliense, p. 101, 1989.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico**. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência**. Brasília, DF: IPEA/FBSP, 2017.

Disponível

em:<<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8623170602atlasdaviolencia2017.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

COLLINS, Patricia Hill **Pensamento feminista negro** tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

COLLINSON, D., HEARN, J. **Naming men as men: implications for work, organization and management**. *Gender, Work & Organization*, v. 1, n. 1, p. 2-22, 1994. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.1994.tb00002.x>

CONNELL, R. W. **Gênero em termos reais** . São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, R. W. **Políticas de masculinidade. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. University of California Press Berkeley and Los Angeles, California, 2nd ed.: 2005.

CONNELL, R. W.; PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma Perspectiva Global**. São Paulo-SP: nVersos Editora, 3 ed., 2015.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Hegemonic masculinity: rethinking the concept**. *Gender & Society*, p. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>

COSTA, Jurandir Ferreira. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 5-16, 1983.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior**. *Avaliação*, v. 18, n. 1, Campinas; Sorocaba, 2013.

COSTA, Rosely Gomes. **Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades**. In: ALMEIDA, H. B. D. et al. (eds.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, p. 213-241, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”**. *The University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1.989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em 10/03/2023.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015>

DILL, B. T.; ZAMBRANA, R. E. **'Critical Thinking About Inequality: Na Emerging Lens.'** **Emerging Intersections: Race, Class, and Gender in Theory, Policy and Practice.** New Brunswick. New Jersey: Rutgers University Press, p. 1–21, 2009.

DONALDSON, M. **What is hegemonic masculinity?** *Theory and Society*, v. 22, n. 5, p. 643-657, 1993. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/BF00993540>

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, p. 62-83, 2005.

DRESCHER, J. **O que tem em seu armário?** In: LEVOUNIS, P.; DRESCHER, J.; BARBER, M. E. (Org.). **O livro de casos clínicos LGBT.** Porto Alegre: Artmed, p. 21-33, 2014.

ECCO, C. **A função da religião na construção social da masculinidade.** *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 14, n. 1, p. 93-97, 2008.

FARIAS, Jordão. **Representatividade negra como meio de auto afirmação: usos e sentidos.**[S.l.]: Medium, 2018. Disponível em: <http://medium.com/@fariasjordao>. Acesso em: 20 set., 2019.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Racismo e cultura.** Editora Terra sem Amos: Brasil, 32 p., 2021.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C.. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro:EDUERJ, Sociedade e política collection, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** Vol. I. – SP, Ed. Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan . **O negro no mundo dos brancos.** 1ª edição. – SP, Ed. Globo, 2013.

FONSECA, C. P. A. N. S. **Uma genealogia de gênero.** Paper presented at the Pensando gênero: histórias e tendências, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber;** trad. Maria Terezada Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, 10639/2003.** Brasília: Ministério da Educação, v.2, p. 39-62, 2005.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz - Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GARCIA, F. A. D. C., Jesus, G. R. **Uma avaliação do sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 26, n. 61, p. 146–165 2015. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae266102773>

GRAMSCI, A.. **Selections from the prison notebooks**. London, UK: Lawrence and Wishart, 1971.

GROSGUÉL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016a.

GROSGUÉL, R. **What is racism?** Journal of World-Systems Research, v. 22, n. 1, p. 9-15, 2016b.

GUAMIÉRE, F. V.; MELO-SILVA, L. L. **Cotas universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 21, n. 2, p. 183–193, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121100>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Sistema de cotas para negros amplia debate sobre racismo**. ComCiência, 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/06.shtml>

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15–46, jul./dez, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC–Rio; Apicuri, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2. Ed. 316 p., 2005.

HOOKS, Bell, **Rock my soul: black people and self-esteem**. Ed. Atrias Books - New York, London, Sydney, p. 71-83, 2003.

HOOKS, Bell, **The will to Change - Men, Masculinity, and love**. Ed. Atrias Books - New York, London, Sydney, 2004.

HOOKS, Bell, **Não sou eu uma mulher**. Tradução Plataforma Gueto – Rio de Janeiro, 2014.

HOOKS, Bell, **Teoria Feminista, da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota - 1. ed. - São Paulo :Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell, **Olhares negros: raça e representação** / bell hooks; tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 140, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; SOUZA, N. G. S.; GOELLNER, S. V. e SOUZA, J. F. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, p. 59-69, 2007a.

JESUS, Cassiano Celestino de. **Homossexualidades nas Escolas: as concepções de educadores acerca da homofobia no contexto escolar**. Boletim historiar, n. 08, mar./abr., p. 19-32, 2015. Disponível em <http://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/3712> Acesso:14/11/2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. p. 37. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda, **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

Lima, M. E. O., Vala, J. **Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo**. *Análise Social*, v. 37, p. 181-207, 2002.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**; tradução Stephanie Borges. 1ª edição - Belo Horizonte - Autêncita Editor, p. 15-173, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Por Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro- Posições*, v. 19, n. 2, maio/ago, 2008.

VIVEROS, M. (Comp.). **Gênero e identidades** *Ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Bogotá: T. M./ Uniandes/ UN. p.123-146, 1995.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra** . Portugal: Antígona, 2014.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1998.

MARQUES, E. P. S. **O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul — 2005-2008**. 2010. Tese (Doutorado EM Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 1999.

MINAYO, Cecília de Sousa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MISKOLCI, Richard. “**Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais**”, em Bagoas, Natal, v. 8, n. 11, p. 51-78, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro** [recurso eletrônico] / Clóvis Moura. - 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**, p. 62, SP., ed. Atica, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Revista Espaço Acadêmico, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga**, 2009. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/?gclid=Cj0KCQiAnrOtBhDIARIsAFsSe50MhAvkFQ1rEsCgEdbMHYuntNN3S4CVpsJOM4dSERpn8lgCAo_bWMArsLEALw_wcB

NASCIMENTO, G. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

NKOSI, Deivison. F. **O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo**. Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher, Eva Alterman Blay (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75, 2014.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 6, n. 01, 1998.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. **Identidades interseccionais e militâncias políticas**. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, p. 385-404, 2007.

OYEWUMI, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** / Ano 1997; tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARKER, Richard G. **Corpos, Prazeres e Paixões- a cultura sexual no Brasil contemporâneo**; trad. Maria Terezinha M. Cavallari. 2a edição. São Paulo, SP: Best Seller, 1991.

PEREIRA, G. L. M. **Lei de cotas nas universidades: constitucionalidade** Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3365, 17 set. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22632>>. Acesso em: 20 abr. 2019. e necessidade.

PINHO, Osmundo. **Qual a identidade do Homem Negro? Democracia Viva**, n. 22, p. 64-69, 2004.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antiracista**, 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, p. 12, 2019.

ROCHA, C. L. A. **Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade**. Brasília: Revista de Informação, n. 131, p. 283-295, jul/set, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 151, 2004.

_____. **Primórdios do conceito de gênero**. In: Campinas: Cadernos Pagu – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, nº 12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, 1999b.

SAGGESE, G. S. R. **Quando o armário é aberto: visibilidade, percepções de risco e construção de identidades no coming out de homens homossexuais**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Santa Catarina. Corpo, Violência e Poder, n. 8, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Gustavo_Santa_Roza_Saggese_46.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **“A Epistemologia do Armário”**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 28, n. 19, p. 19-54, 2007.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 110-129, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, P. B.; SILVA, P. **Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade**. *Fractal: Revista de Psicologia*, n. 24, v. 3, p. 525–542, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1984-02922012000300007>

SILVA, A. C. Da, **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador, CEAOCED, 1995.

SCOTT, Joan. **Gender on the Politics 01 History**. New York: Columbia University Press, p. 28-50, 1988.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica** (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trans.). Nova Iorque: Columbia University Press, 1990.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, J. **A construção do mito da brasilidade**. In: SOUZA, J. (org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, F. D. S.; BARBOSA, J. **O alcance das ações afirmativas e o discurso do mérito na universidade** estadual do sudoeste da Bahia-UESB. *Revista Eletrônica Georaguaia*, v. 6, n. 2, p. 6194, 2016.
<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4903>

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. Â. T. **Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa**: Com a palavra, os estudantes. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 23, n. 86, p. 181–212, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100007>

SOUZA, R. G.; MENDES, J. F.; REIS, D. C. Um debate sobre o colonialismo e as cotas raciais: A democratização do lugar social. *Revista de Direito*, v. 13, n. 02, p. 1–21, 2021. DOI: <https://doi.org/doi.org/10.32361/2021130211645>

RISTOFF, D. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENANDE (2004-2009)**. *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro: FLACSO, v. 2, n. 4, p. 1-36, jul./dez, 2013. Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 570-571, 2008.

TELEVISION ACADEM. **Viola Davis Gives Powerful Speech About Diversity and Opportunity | Emmys 2015**. Youtube, 2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=OSpQfvd_zkE&t=69s. Acesso em: 12/03/2024

THORPE, C. et al. **O Livro da Sociologia**. São Paulo: Globo Livros, 2016, C. A **democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-20032014>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VANTREELS, C. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

VERAS, R. M.; SILVA, D. D. L. **A democratização do acesso ao ensino superior no Brasil é um instrumento de justiça social?** Possibilidades e desafios na formação de professores. EccoS – Revista Científica, v. 54, e17325, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17325>

VIEIRA, K. E.; DELL'AGLI, B. A. V.; CAETANO, L. M. **Desempenho acadêmico de alunos cotistas antes da Lei de Cotas**: Revisão. Revista Da Universidade Vale Do Rio Verde, v. 17, n. 1, p. 1–10, 2019. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.5158>

WARNER, Michael (Ed.). **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, p. 17, 1993.

WANDERLEY, R. S. **A Política de afirmação étnica em face do princípio constitucional da isonomia**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a Sexualidade**. In LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Dados dos Entrevistados	
Nome:	
Idade:	Gênero:
Estado civil:	
Curso:	
Usa Cotas :	Sim () Não ()
2. Perguntas	
1. O que você espera estudando em um curso superior na universidade?	
2. Como você se sente estudando em um Curso Superior ?	
3. Quais são as primeiras dificuldades que os negros gays encontram ao ingressar em curso superior?	
4. Qual a maior dificuldade para um estudante negro gay, entrar ou permanecer em um Curso Superior?	
5. Você se assumiu gay na universidade? Ou ela apenas lhe deu mais liberdade para viver sua orientação sexual? Porquê?	
6. A cor da pele contribui como obstáculos e preconceitos	
7. Já sofreu preconceito ou racismo? Que tipo? Como você reagiu?	
8. De que modo os acadêmicos negros gays se tornam resistência e representatividade no cenário universitário ?	
9. Você se sente fora do ambiente, que falta uma representatividade ou algo que você que se identifique?	
10. Você se sente uma representatividade no curso superior?	
11. Que fatores podem prejudicar a vida acadêmica dos estudantes negros gays no ensino superior?	
12. Como se poderia melhorar o ingresso e a permanência dos negros na universidade?	
13. Na sua visão, o que falta na universidade para romper os obstáculos de inclusão e aceitação dos Negros nos diversos cursos ?	
14. Na sua opinião, porque geralmente existem um percentual maior de brancos em cursos superiores?	
15. Já pensou em desistir do curso por conta desses conflitos? O que te fez voltar atrás ?	

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada: **NA PELE QUE SE HABITA – DIALÓGOS, VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DAS MASCULIDADES NEGRAS GAYS NA UNIVERSIDADE.** Esta pesquisa está sob a responsabilidade do pesquisador Dr. Rafael Fernandes de Mesquita, Prof. no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, e o aluno do mesmo programa, Antonio de Moura Fé.

A referida pesquisa tem como objetivo geral: compreender como se moldam as masculinidades negras gays a partir das vivências em cursos superiores na universidade federal do Piauí, bem como as negociações de sua vivência, percepção e compreensão dos múltiplos fatores que enfrentam através dos processos de construção do preconceito, da discriminação e da segregação, por meio das inter-relações correlatas do seu gênero racializado, para sua permanência no curso.

Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura deste termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participantes. Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo também será assinado pelos pesquisadores em todas as páginas, ficando uma via com você e outra com os pesquisadores.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável pela pesquisa, o discente Antônio de Moura Fé: (89) 999292928). Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br; no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer

momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e o (os) pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento.

Esta pesquisa se justifica pela relevância de que o estudo poderá gerar grandes contribuições para a construção de uma sociedade plural e inclusiva.

E, para realização desta pesquisa serão utilizados os seguintes procedimentos: entrevista com os participantes, por meio de um questionário semiestruturado, aplicado e gravado pelo Google Meet em horário a combinar. Quando iniciar a entrevista, os pesquisadores se comprometem a repassar os riscos que os entrevistados devem colaborar, como não se encontrar em mais de uma sala virtual ao mesmo tempo, e principalmente verificar que a entrevista não será interrompida ou violada por outras pessoas alheias a pesquisa, bem como será enfatizado a importância de guardar o TCLE em ambiente seguro. Dessa forma buscando contornar os riscos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. E você terá livre acesso as todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser indenizado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto,

Eu _____

declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Preencher quando necessário

- Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;
- Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem;
- Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação.

Local e data: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NA PELE QUE SE HABITA DIÁLOGOS, VIVÊNCIAS E CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES NEGRAS GAYS NA UNIVERSIDADE

Pesquisador: ANTONIO DE MOURA FÉ **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 76872223.6.0000.8050

Instituição Proponente:EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.663.385

Apresentação do Projeto:

Todas as informações apresentadas nos itens Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa, Avaliação dos Riscos e Benefícios abaixo foram retiradas na íntegra do documento intitulado "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2249414.pdf", postado em 30/01/2024 às 12:08:33"

"Compreendendo que as políticas de ações afirmativas, como as cotas, não terminam no acesso ao ensino superior e devem englobar a permanência dos estudantes no cenário acadêmico, este estudo pretende se aprofundar na temática das masculinidades negras gays no contexto do acesso, da permanência, diálogos, vivências e construção de personalidades na universidade. Assim, o presente trabalho busca compreender como se moldam as masculinidades negras gays a partir da sua trajetória acadêmica na Universidade Federal do Piauí - UFPI, bem como as negociações de sua vivência, percepção e compreensão do racismo, da homofobia, e do domínio da masculinidade hegemônica por meio das inter- relações sociais, para a sua permanência no curso."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Objetivo Geral Compreender como se moldam as masculinidades negras gays a partir da entrada nos cursos da Universidade Federal do Piauí, bem como as negociações de sua vivência, percepção e compreensão multifatorial por meio das inter-relações sociais para a sua permanência no curso.

Objetivo Secundário:

Objetivos Específicos:

1. Identificar de que modo os acadêmicos buscam exercer suas masculinidades negras gays como meio de resistência no contexto universitário;
2. Perceber se a naturalização das diferenças entre os sujeitos devido à cor da pele é entendida como obstáculos e preconceitos;
3. Perceber como desencadeiam os processos da construção do RACISMO E DA HOMOFOBIA dentro do cenário universitário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esclareço que toda pesquisa que envolve seres humanos está passível de riscos que podem comprometer a investigação acadêmica. O participante, ao seu momento, pode vir a si sentir constrangido na entrevista presencial, online ou pelo roteiro de entrevistas, ocasionando uma pausa, pular uma questão, ou até mesmo desistir da pesquisa. O que será compreensível num tema delicado, que pode reviver memórias desagradáveis aos participantes. Esta pesquisa acarreta os seguintes riscos: 1. Possibilidade de constrangimento ao responder algumas das perguntas das entrevistas; 2. Desconforto ao abordar temas sensíveis para o (a) entrevistado (a); 3. Medo; 4. Vergonha; 5. Estresse; 6. Quebra de sigilo; 7. Cansaço ao responder às perguntas; 8. Quebra de anonimato.

Benefícios:

A contribuição dessa pesquisa acadêmica será de grande importância, pois se planeja investigar

como as masculinidades negras gays são construídas, reproduzidas e moldadas em cursos universitários, e como os estudantes negros gays vivenciam essas identidades emoldurada por seus conflitos muitas vezes enfrentados no cenário acadêmico. Portanto, busca-se contornar os possíveis riscos, proporcionando um ambiente aconchegante para a entrevista escolhido pelo voluntário, e garantindo o anonimato dos participantes e a confidencialidade durante todo o processo, a partir da não identificação das respostas. Além disso, o

apresentadas informações a respeito da estratégia utilizada para determinação do tamanho amostral supracitado. Conforme item III da Resolução 466/2012, é necessária a descrição da estratégia utilizada para definição do tamanho amostral do estudo.

PENDÊNCIA RESOLVIDA

PENDÊNCIA 4 - PARTICIPANTES DA PESQUISA

Esclarecer como serão recrutados e em qual local, com quais critérios de segurança, para participante e pesquisador, além da garantia de privacidade e sigilo, os participantes serão entrevistados.

PENDÊNCIA RESOLVIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2249414.pdf	30/01/2024 12:08:33		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLEATUALIZADO.pdf	30/01/2024 12:07:39	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito

Página 04 de

Ausência	TCLEATUALIZADO.pdf	30/01/2024 12:07:39	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2249414.pdf	29/01/2024 23:29:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISAATUALIZADO.pdf	29/01/2024 23:26:44	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	29/01/2024 23:21:14	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAATUALIZADO.pdf	29/01/2024 23:18:37	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEATUALIZADO.pdf	29/01/2024 23:18:10	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEATUALIZADO.pdf	29/01/2024 23:18:10	ANTONIO DE MOURA FÉ	Recusado
Outros	09TermodeCompromissoTCUDassinadaOK.pdf	12/01/2024 20:18:17	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	04TermodeConfidencialidadeassinadaOK.pdf	12/01/2024 20:17:46	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	02DeclaracaoCompromissoPesquisadoresassinadaOK.pdf	12/01/2024 20:16:50	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	12AutorizacaoInstitucionalassinadaOK.pdf	12/01/2024 20:15:19	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	01CartadeEncaminhamentoassinadaOK.pdf	12/01/2024 20:14:22	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	CurriculodoRafaelFernandes.pdf	11/12/2023 15:27:45	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	CurriculodoMourafe.pdf	11/12/2023 15:27:15	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	12AutorizacaoInstitucional.pdf	11/12/2023 15:25:10	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	01CartadeEncaminhamento_assinado_assinado.pdf	11/12/2023 15:22:50	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	04TermodeConfidencialidade_assinado_assinado.pdf	11/12/2023 15:22:08	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	09TermodeCompromissoTCUD_assinado_assinado.pdf	11/12/2023 15:21:25	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	02DeclaracaoCompromissoPesquisadores_assinado_assinado.pdf	11/12/2023 15:19:11	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	09TermodeCompromissoTCUD.pdf	04/12/2023 22:25:50	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Outros	06InstrumentodeColeta.pdf	04/12/2023	ANTONIO DE	Aceito

Página 05 de

Outros	06InstrumentodeColeta.pdf	22:22:54	MOURA FÉ	Aceito
Outros	04TermodeConfidencialidade.pdf	04/12/2023 22:21:03	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Orçamento	08ORCAMENTO.pdf	04/12/2023 22:15:43	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito

Declaração de Instituição e Infraestrutura	12DeclaracaoInstituicao.pdf	04/12/2023 22:08:18	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito
Folha de Rosto	folharosto2.pdf	17/11/2023 20:53:52	ANTONIO DE MOURA FÉ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 22 de Fevereiro de 2024

**Assinado por:
Lia Cruz Vaz da Costa Damásio
(Coordenador(a))**